

Em - 5/10
12/10

89

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI : 001022292 DE 1992

NATUREZA : PL

01-0222/92-8 DE 23/06/92

MOVENTE: EXECUTIVO

DRA LUIZA ERUNDINA DE SOUZA

OFICIO ATL : 277 / 92

MENTA :

Reestabelece cargos de Psicólogo altera parcialmente a Lei 10.788 de 8 de dezembro de 1989, revoga a alínea "a" do inciso I do art. 2o. da Lei 10.860, de 28 de junho de 1990, e dá outras providências.

NDICE :

CARGOS E FUNCOES
LEI 10.788/89
LEI 10.860/90
PSICOLOGO

OBSERVACOES :

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
22/10/2010 09:23:51

00000011063-92



ARQUIVADO EM 23/03/93

CHEFE DA SEÇÃO



Prefeitura do Município de São Paulo

Folha n.º	1	de proc.
n.º	222	do 19 92
Candida		

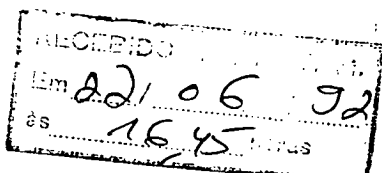
GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º

São Paulo, 22 de junho de 1992

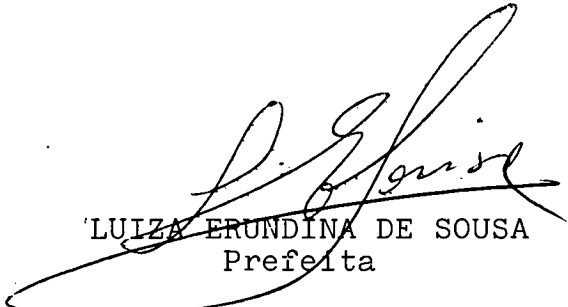
277 /92

Senhor Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, acompanhado da respectiva exposição de motivos, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que restabelece cargos de Psicólogo; altera parcialmente a Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revoga a alínea "a" do inciso I do artigo 2o. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.


LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
Prefeita

Anexos: projeto de lei, exposição de motivos, Anexo Único e legislação citada no texto.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Paulo Seiti Kobayashi
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo


LMBN/mag.

Ar T. M. Janaro



Folha n.º 2 de proc.
n.º 222 do 19 92
Condição 1

PROJETO DE LEI

01. -- PL.

01-0222/92-8

ÂS COMISSÕES DE:

CONSTITUIÇÃO REVOLUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SAÚDE, PROM. SOCIAL E NAS
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Restabelece cargos de Psicólogo; altera parcialmente a Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revoga a alínea "a" do inciso I do artigo 2o. da Lei ~~no.~~ 10.860, de 28 de junho de 1990, e dá outras providências.

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO

04 NOV 1992

★

PRESIDENTE

A Câmara Municipal de São Paulo

D E C R E T A:

Art. 10. - Ficam restabelecidos como cargos de Psicólogo, integrantes da carreira de Psicólogo, organizada pela Lei no. 10.430, de 29 de fevereiro de 1988.



Folha n.º	3	de proc.
n.º	222	do 19.º
Condição		

os cargos de Psicólogo na Saúde, constantes da coluna "Situação Nova" do Anexo Único da Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989.

Art. 2o. - Em razão do disposto no artigo anterior, os cargos de Psicólogo na Saúde I, constantes da Tabela "B" do Anexo II da Lei no. 10.869, de 17 de julho de 1990, da Tabela "B" do Anexo II da Lei no. 10.955, de 28 de janeiro de 1991 e do Anexo Único da Lei no. 11.024, de 2 de julho de 1991, ficam com a denominação alterada para Psicólogo I.

Art. 3o. - Em decorrência do disposto nos artigos 1o. e 2o., a carreira de Psicólogo fica reorganizada na conformidade da coluna "Situação Nova" do Anexo Único, integrante desta lei.

Art. 4o. - O provimento dos cargos constantes do Anexo Único desta lei far-se-á:

I - Mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, para os cargos da classe inicial;

II - Mediante concurso de acesso, dentre titulares de cargos da classe imediatamente inferior, para os cargos das classes superiores.

Art. 5o. - Os cargos provisoriamente constantes no Nível I, conforme Anexo Único desta lei, correspondem aos cargos vagos existentes nos níveis superiores da carreira ora reestruturada e visam permitir que a Administração conte, de imediato, com a quantidade de titulares suficientes ao atendimento de suas necessidades.



Art. 6o. - Quando ocorrer a vacância de cargos no Nível I, em consequência do acesso de seus titulares a cargos superiores da carreira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - Quando se tratar de cargo provisoriamente situado no Nível I, será ele excluído dessa situação;

II - Quando se tratar de cargo definitivamente situado no Nível I, será ele preenchido por um titular de cargo em situação provisória, sendo este por sua vez dela excluído.

Parágrafo único - O procedimento estabelecido no "caput" deste artigo será obedecido até que a quantidade de cargos situados no Nível I da carreira fique reduzida aos cargos constantes, de forma definitiva, do Anexo Único desta lei.

Art. 7o. - Os cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal da Saúde, privativos da carreira de Psicólogo na Saúde, retornam à situação anterior, de privativos da carreira de Psicólogo.

Art. 8o. - Os atuais titulares dos cargos ora restabelecidos manterão, na "Situação Nova", o mesmo grau que detinham na situação anterior.

Art. 9o. - Os tempos de permanência no cargo e na carreira de Psicólogo na Saúde, a que se referem os artigos 1o. e 2o. desta lei, serão considerados como de exercício no cargo e na carreira de Psicólogo, para todos os



Folha n.º	5	de proc.
n.º	2222	do 19 92
Candida		

efeitos legais.

Art. 10 - Os atuais servidores admitidos nos termos da Lei no. 9.160, de 3 de dezembro de 1980, que exerçam funções correspondentes aos cargos constantes da "Situação Atual" do Anexo Único, integrante desta lei, terão a denominação das respectivas funções alterada, nos termos do estabelecido na "Situação Nova" do mesmo Anexo.

Art. 11 - As disposições desta lei aplicam-se nas mesmas bases e condições aos aposentados e pensionistas.

Art. 12 - Fica revogada a alínea "a" do inciso I do artigo 2o. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SPF/sffs



Folha n.º	6	de proc.
n.º	222	do 19.º
Candidato		

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente projeto de lei objetiva restabelecer como cargos de Psicólogo os cargos existentes de Psicólogo na Saúde, alterar parcialmente a Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989, bem como revogar a alínea "a" do inciso I do artigo 2o. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990.

A carreira em causa foi organizada pela Lei no. 10.430, de 29 de fevereiro de 1988, sendo certo que, posteriormente, por força do disposto na Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989, os cargos de Psicólogo providos por funcionários lotados, à época da edição da lei, na Secretaria Municipal da Saúde, bem como os cargos que viessem a ser lotados na mencionada Secretaria, foram transformados em cargos de Psicólogo na Saúde.

Sucede, no entanto, que com o transcurso do tempo, restaram superados os motivos que aconselharam a transformação referida, o que deu margem ao oferecimento da presente mensagem, com a proposta, em resumo, do retorno dos mencionados cargos à situação anterior à Lei no. 10.788/89, reunificando-se as carreiras.



Folha n.º	7	de proc.
n.º	222	do 19.º
Condição		

Afirme-se, desde logo, que a transformação dos cargos de Psicólogo, decorrente da Lei no. 10.788/89, limitou-se a sua denominação, mantidas as referências e a forma de provimento.

Com a unificação da carreira em pauta, torna-se indispensável alterar-se a legislação pertinente, adequando-a à nova situação proposta. Essa modificação alcança, então, o Anexo Único da Lei no. 10.788/89, na parte referente aos cargos de Psicólogo, a Tabela "B" do Anexo II da Lei no. 10.869/90 e a Tabela "B" do Anexo II da Lei no. 10.955/91. Ainda nessa linha, forçoso acomodar-se o texto da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990, ao pretendido nesta oportunidade, motivo pelo qual a propositura cuida da revogação da alínea "a" do inciso I do artigo 2º. desse diploma legal.

Em decorrência dos ajustes propostos, a mensagem cuida também, e por necessário, da reorganização da carreira de Psicólogo, estabelecendo, inclusive, a forma de provimento dos cargos respectivos.

A hipótese de vacância de cargos no Nível I da carreira, em razão do acesso de seus titulares a cargos superiores, configura também objeto de consideração e vem prevista no artigo 6º. da propositura.

A seu turno, o artigo 7º. do projeto firma que os cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, privativos da carreira de Psicólogo na Saúde, passam a ser privativos da carreira de



Folha n.º	8	de proc.
n.º	2022	de 19 92
Condição		

3

Psicólogo.

Não foram esquecidas, ainda, as funções dos atuais servidores admitidos e correspondentes aos cargos constantes da Situação Atual do Anexo Único da presente mensagem, que terão a denominação alterada, na forma do estabelecido na Situação Nova do mesmo anexo.

Em remate, de ficar consignado que o presente projeto não acarretará despesas à Administração, o que torna desnecessária qualquer previsão a respeito.

Dos motivos alinhados decorre o real significado da propositura que, por certo, receberá o aval dessa Casa.


LMBN/sffs

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 1º DA LEI Nº

, DE DE

DE 1992

Folha n.º	9	de proc.
n.º	302	do 19 92
Condição		



SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA	CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
22	Psicólogo IV	NS-4	PP-III	61	Psicólogo IV	NS-4	PP-III	382
--	Psicólogo na Saúde IV	NS-4	PP-III					
47	Psicólogo III	NS-3	PP-III	131	Psicólogo III	NS-3	PP-III	
--	Psicólogo na Saúde III	NS-3	PP-III	---				
86	Psicólogo II	NS-2	PP-III	246	Psicólogo II	NS-2	PP-III	
--	Psicólogo na Saúde II	NS-2	PP-III					
154	Psicólogo I	NS-1	PP-III	438	Psicólogo I	NS-1	PP-III	
567	Psicólogo na Saúde I	NS-1	PP-III	---				
—				—				
876				876				

LEI Nº 10.788, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1.989.
"D.O.M." , DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.989.

LEI Nº 10.788 , DE 8 DE Dezembro DE 1989

Dispõe sobre a transformação e lotação de cargos para a Secretaria Municipal da Saúde, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 21 de novembro de 1989, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os cargos constantes da "Situação Atual" do Anexo Único integrante desta lei, providos pelos funcionários que, na data desta lei, estejam lotados na Secretaria Municipal da Saúde, ficam transformados de acordo com a "Situação Nova" do mesmo anexo.

§ 1º - Os atuais titulares dos cargos transformados nos termos do "caput" deste artigo serão integrados, nas novas carreiras, mediante decreto, mantidos, na nova situação, as mesmas referências, graus e forma de provimento de cargos em que se encontram.

§ 2º - As atribuições que caracterizam cada classe nas novas carreiras serão fixadas através de decreto.

Art. 2º - Em decorrência das transformações constantes do Anexo Único, ficam alteradas, provisoriamente, as carreiras citadas nesta lei, organizadas pelas Leis n.ºs. 10.430, de 29 de fevereiro de 1988, 10.691, de 7 de dezembro de 1988, e 10.713, de 16 de dezembro de 1988.

Art. 3º - Os servidores lotados na Secretaria Municipal da Saúde que exerçam funções correspondentes aos cargos constantes na "Situação Atual" do Anexo Único, integrante desta lei, terão a denominação das respectivas funções alteradas, nos termos do estabelecido na "Situação Nova" do mesmo Anexo.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal da Saúde, privativos das carreiras constantes da "Situação Atual", do Anexo Único, integrante desta lei, passam a ser privativos das carreiras estabelecidas na "Situação Nova" do mesmo Anexo, repletada a situação dos atuais titulares.

Art. 5º - Os cargos vagos correspondentes aos constantes no Anexo Único, destinados aos candidatos aprovados nos concursos públicos ora em vigor, serão transformados, na conformidade desta lei, desde que seu titular venha a optar pela lotação na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 6º - Ficam transferidos para as novas carreiras, nos termos do Anexo Único, os cargos vagos constantes na "Situação Atual", cujo provimento se destinaria, nos concursos de acesso em vigor na data desta lei, aos funcionários atualmente lotados na Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º - Os cargos vagos transferidos em conformidade com o "caput" deste artigo serão providos pelos candidatos lotados na Secretaria Municipal da Saúde, como se estivessem concorrendo ainda na situação anterior.

§ 2º - Retornam à "Situação Atual" do Anexo Único desta lei os cargos constantes na "Situação Nova" que se tornarem vagos em decorrência da ascensão dos funcionários a níveis superiores das respectivas carreiras, e que se destinariam, nos concursos de acesso em vigor na data desta lei, aos funcionários atualmente integrantes do Quadro Geral de Pessoal.

Art. 7º - (VETADO)

Art. 8º - (VETADO)

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 8 de Dezembro de 1989, 4369 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA
ALFREDO FREIRE FILHO, Respondendo pelo Expediente da Secretaria dos Negócios Jurídicos
AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças
FERMINO FECHIO FILHO, Secretário Municipal da Administração
EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde
LADISLAS DOWBOR, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 8 de Dezembro de 1989.
JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

SMS

Prex 10.00.707.89*00

EXECUTIVO

ORUNDA DO PROJETO DE LEI N.º 574/89

LAURA MARIA DE BERNOS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

RA MARIA DE BARKOS NASCIMENTO

Assessor - S.G.M. - A.T.L;

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFIERE A LEI Nº 10.788

Nutricionista III	NS-3	PP-III	Nutricionista na Saúde III	NS-3	PP-III
Nutricionista II	NS-2	PP-III	Nutricionista na Saúde II	NS-2	PP-III
Nutricionista I	NS-1	PP-III	Nutricionista na Saúde I	NS-1	PP-III

BIOLOGISTA

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA
Biologista	NS-1	PP-III	Biologista na Saúde	NS-1	PP-III

ASSISTENTE SOCIAL

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA
Assistente Social IV	NS-4	PP-III	Assistente Social na Saúde IV	NS-4	PP-III
Assistente Social III	NS-3	PP-III	Assistente Social na Saúde III	NS-3	PP-III
Assistente Social II	NS-2	PP-III	Assistente Social na Saúde II	NS-2	PP-III
Assistente Social I	NS-1	PP-III	Assistente Social na Saúde I	NS-1	PP-III


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
 Assessora - S.G.M. - A.T.L.

LEI Nº 10.860, DE 28 DE JUNHO DE 1.990.

"D.O.M." , DE 29 DE JUNHO DE 1.990.

LEI Nº 10.860 DE 28 DE Junho DE 1990

Concede abono aos servidores municipais que especifica; institui a Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - GASS, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de junho de 1990, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 19 - A partir de 19 de outubro de 1989 e até a data da publicação desta lei, fica concedido abono aos servidores referidos nos incisos I, II e III deste artigo, nos percentuais a seguir especificados:

I - 95% (noventa e cinco por cento) do pa
drão correspondente à classe inicial da carreira, aos ocu
pantes de cargos ou funções de:

- a) Auxiliar de Administração Hospitalar;
- b) Educador de Saúde Pública;
- c) Enfermeiro;
- d) Enfermeiro de Pronto-Socorro;
- e) Farmacêutico;
- f) Fisioterapeuta;
- g) Fonoaudiólogo;
- h) Obstetritz;
- i) Técnico de Ortóptica;
- j) Terapeuta Ocupacional;

II - 85% (oitenta e cinco por cento) do pa-
drão correspondente à classe inicial da carreira, aos ocú-
pantes de cargos ou funções de:

- a) Auxiliar de Farmacêutico;
- b) Protético;
- c) Técnico de Autópsia;
- d) Técnico de Eletrocardiografia;
- e) Técnico de Eletroencefalografia;
- f) Técnico de Fisioterapia;
- g) Técnico de Gasoterapia;
- h) Técnico de Hemoterapia;
- i) Técnico de Histologia e Citologia;
- j) Técnico de Laboratório;
- k) Técnico de Material Médico-Hospitalar;
- l) Técnico de Radiologia;
- m) Técnico de Recreação Médico-Infantil;
- n) Técnico de Manutenção, Reparos e Reforço Médico-Assistenciais;
- o) Técnico em Arquivo Médico e Estatístico;
- p) Supervisor de Manutenção, Reparos e Reforço

FORMS:

III - 50% (cinquenta por cento) do padrão correspondente à classe inicial da carreira, aos ocupantes de cargos ou funções de:

- a) Auxiliar de Necrópsia;
- b) Auxiliar de Farmácia;
- c) Auxiliar de Laboratório;
- d) Técnico de Lavanderia Hospitalar;

Art. 29 - A partir de 9 de dezembro de 1989 e até a data da publicação desta lei, fica concedido abono aos servidores referidos nos incisos I e II deste artigo, nos percentuais a seguir especificados:

I - 95% (noventa e cinco por cento) do padrão correspondente à classe inicial da carreira, aos ocupantes de cargos e funções de:

- a) Psicólogo na Saúde;
- b) Nutricionista na Saúde;
- c) Biologista na Saúde;
- d) Assistente Social na Saúde;

II - 85% (oitenta e cinco por cento) do padrão correspondente à classe inicial da carreira, aos ocupantes de cargos ou funções de Auxiliar Administrativo da Saúde.

Art. 39 - Os abonos de que trata esta lei não se incorporarão à remuneração do servidor para qualquer efeito.

§ 19 - Sobre os abonos previstos nesta lei não incidirão quaisquer vantagens de ordem pecuniária.

SMS

GASS

Li 10.793/89

PL. 524/87

lei 8.807/78

DL. 171/75

Rs 9.400/24

p/ 234/81

Li 10.053/86

PL 09/86

lei 10-186/86

PL 236/86

lei 10430/88
1009/87

DL# 207/01

Proc 40.001.574/90th 51.

(Vide Dec. 28. 85 2/90
Fixs percentual 6555)

Y. Decreto 30.531/91

.....
Retificação da publicação do dia 29/junho/1990
Lei nº 10.860, de 28 de junho de 1990
No Preâmbulo - Leia-se como segue e não como conôtuou:
Para saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de junho
de 1990, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
.....
Art. 6º - Parágrafo único - Leia-se como segue e não co-
mo conôtuou:
.....personal assegurada nos parágrafos 1º e 2º do artigo
3º desta lei.

ORIGINA DO PROJETO DE LEI N.º 57/90

EXECUTING

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.C.M. - A.T.L.

§ 2º - Sobre o valor dos abonos recebidos nesta lei não incidirão os descontos relativos às contribuições devidas ao Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM e ao Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM.

Art. 4º - Ficam revogadas, em todos os seus termos, as Leis nº 10.053, de 23 de abril de 1986, e nº 10.186, de 12 de novembro de 1986, bem como o artigo 19 da Lei nº 10.430, de 29 de fevereiro de 1988.

§ 1º - Fica assegurado, como vantagem de ordem pessoal, até a instituição do Quadro Municipal da Saúde, o recebimento de percentual sobre o padrão de vencimento, de valor correspondente à Gratificação por Atividade Complementar, ora extinta, aos servidores que estejam recebendo tal vantagem na data da publicação desta lei.

§ 2º - As disposições contidas no parágrafo anterior estendem-se, até a instituição do Quadro Municipal da Saúde, ao pessoal inativo, aposentado e pensionista, assegurando-se, ainda, sua integração aos proventos dos servidores por ele abrangidos que se aposentarem até a instituição do referido Quadro.

Art. 5º - Fica instituída, a partir de 1º de março de 1990, a Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - GASS, que será atribuída aos integrantes do Quadro Geral do Pessoal da Prefeitura e aos servidores admitidos que estiverem efetivamente exercendo suas atividades profissionais em áreas de serviços de saúde.

§ 1º - A gratificação ora criada não se incorpora aos vencimentos do servidor, para qualquer fim, e será devida exclusivamente enquanto perdurar o exercício em áreas de serviços de saúde.

§ 2º - A gratificação será fixada em percentuais a serem determinados por decreto do Executivo, tendo como limite as percentagens fixadas nos incisos I, II e III do artigo 19 desta lei, para cargos ou funções de mesmo nível.

§ 3º - A gratificação será concedida individualmente pelo Secretário Municipal da Saúde e, nas Secretarias que contarem com unidades de serviços de saúde, pelos respectivos Titulares, mediante prévia autorização da Prefeitura.

§ 4º - O disposto neste artigo aplica-se, em caráter excepcional, a partir de 1º de março de 1990 e até a instituição do Quadro Municipal da Saúde, ao Colpeiro Hospitalar, ao Agente de Controle de Zoonoses e ao Químico.

Art. 6º - A Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - GASS, ora instituída, será concedida, em caráter excepcional, a partir da data da publicação desta lei e até a instituição do Quadro Municipal da Saúde, às categorias relacionadas nos artigos 1º e 2º desta lei.

Parágrafo Único - A gratificação de que trata este artigo é inacumulável com a vantagem de ordem pessoal assegurada no parágrafo único do artigo 4º desta lei.

Art. 7º - A partir da data da publicação desta lei, os candidatos aprovados nos concursos públicos de Médico, Médico Veterinário, Cirurgião Dentista e Auxiliar de Enfermagem farão jus à Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - GASS, a contar do início do exercício no cargo efetivo e até a instituição do Quadro Municipal da Saúde.

Art. 8º - Havendo interesse da Administração, os Médicos, Cirurgiões Dentistas e Educadores de Saúde Pública da Secretaria Municipal da Saúde, sujeitos à jornada de trabalho H-24, prevista na Lei nº 8.807, de 26 de outubro de 1978, alterada pela Lei nº 9.400, de 23 de dezembro de 1981, poderão optar pelo ingresso na jornada H-40, fazendo jus ao acréscimo correspondente em seus vencimentos.

Art. 9º - O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de lei visando à criação do Quadro Municipal da Saúde.

Art. 10 - O disposto nesta lei aplica-se, nas mesmas bases e condições aos servidores do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM.

Art. 11 - O prazo máximo das contratações, previsto no artigo 3º da Lei nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989, não se aplicará às contratações celebradas no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, que poderão ser prorrogadas até 31 de dezembro de 1990.

Art. 12 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13 - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos pecuniários:

I - Com relação ao disposto no artigo 1º, a 1º de outubro de 1989;

II - Com relação ao disposto no artigo 2º, a 9 de dezembro de 1989;

III - Com relação ao disposto no artigo 5º, a 1º de março de 1990, afetando-se, nesse caso, o pagamento da vantagem atualizado pelo índice de reajuste do funcionalismo municipal referente ao mês do respectivo pagamento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de Junho de 1990, 4379 da fundação de São Paulo.
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA
WALTER PIVA RODRIGUES, Secretário dos Negócios Jurídicos
AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças
FERMINO PECHIO FILHO, Secretário Municipal da Administração
CARLOS ALBERTO PLETZ NEDER, Secretário Municipal da Saúde
PAUL ISRAEL SINGER, Secretário Municipal do Planejamento
LADISLAS DOWBOR, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 28 de Junho de 1990.
JOSE EDUARDO MARTINS CARDOSO, Secretário do Governo Municipal

Laura Maria de Barros Nascimento
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

LEI Nº 10.430, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1.988

"D.O.M."

DE 19 DE MARÇO DE 1.988

Folha n.º 13 de proc.

222 do 1992

Concluída

LEI Nº 10.430, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1.988

Dispõe sobre a reorganização dos Quadros de Pessoal da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

JANIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de fevereiro de 1.988, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a reorganização dos Quadros de Pessoal da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, reequilibrando os cargos e funções, reordena os Grupos estabelecidos pela Lei nº 8.183, de 20 de dezembro de 1974, e nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980, cria novas Escalas de Vencimentos e institui diretrizes básicas na área de administração de pessoal.

Art. 2º - Os cargos da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município ficam distribuídos na seguinte forma:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- I - Quadro Geral do Pessoal;
- II - Quadro do Ensino Municipal;
- III - Quadro da Fiscalização Tributária;
- IV - Quadro de Atividades Artísticas;
- V - Quadro da Procuradoria Geral do Município;
- VI - Quadro de Engenharia e Arquitetura;
- VII - Quadro da Guarda Civil Metropolitana.

TRIBUNAL DE CONTAS

- I - Tabela Especial;
- II - Quadro Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- III - Quadro da Procuradoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- IV - Quadro da Engenharia do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Art. 3º - Os cargos dos Quadros e Tabela Especial referidos no artigo anterior ficam incluídos nas Partes e Tabelas discriminadas a seguir:

- I - Parte Permanente - Tabela I (PP-I) - cargos de provimento em comissão;
- II - Parte Permanente - Tabela II (PP-II) - Tabela III (PP-III) - cargos de provimento efetivo;
- III - Parte Permanente - Tabela Especial - cargos vitalícios;
- IV - Parte Suplementar - (PS) - cargos destinados à extinção na vacância ou à inserção em futuras carreiras constantes do Anexo V, integrante desta lei.

Parágrafo único - Comportam substituição apenas os cargos da Tabela I (PP-I), da Tabela II (PP-II) e da Tabela Especial.

Art. 4º - Os cargos dos Quadros da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, de conformidade com a natureza, o grau de complexidade, o nível de responsabilidade das atribuições e a escolaridade mínima exigida para seu provimento, distribuem-se em 6 (seis) Grupos, a saber:

I - GRUPO I - Cargos de direção, chefia, encarregatura, assistência ou assessoramento e outros, de provimento em comissão, que exijam, ou não, requisitos específicos para seu provimento, na conformidade da legislação própria.

II - GRUPO II - Cargos de natureza técnica ou técnico-científica, correspondentes a profissões regulamentadas, ou não, em lei federal, cujo exercício exija formação de grau superior ou habilitação legal equivalente.

III - GRUPO III - Cargos de natureza técnica de nível médio, cujo exercício exija formação escolar correspondente ao 2º grau completo ou equivalente, com habilitação profissional específica.

IV - GRUPO IV - Cargos de natureza técnica, técnico-auxiliar e administrativa, cujo exercício exija formação escolar correspondente ao 2º grau completo ou equivalente.

V - GRUPO V - Cargos correspondentes às atividades de escritório e auxiliares, cujo exercício exija formação escolar mínima equivalente à 4ª série do 1º grau, suplementada por conhecimento e habilidades especiais, adquiridos mediante cursos ou treinamento em serviço.

VI - GRUPO VI - Cargos correspondentes às atividades manuais qualificadas, semi-qualificadas ou de auxiliares de artefices, cujo exercício exija conhecimento de 1º grau incompleto e experiência que possa ser adquirida através de cursos de aprendizagem, qualificação ou prática de serviço.

Art. 5º - Ficam incluídos nos Grupos a que se refere o artigo anterior os cargos e funções da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, conforme os Anexos I e VI, integrantes desta lei.

Art. 6º - A criação de novos cargos, de provimento efetivo ou em comissão, deverá obedecer as diretrizes estabelecidas por esta lei, principalmente no que tange a Quadro, Parte, Tabela e Grupo, bem como a denominação, remuneração e formas de provimento.

Art. 7º - Ficam instituídas as Escalas de Padrões de Vencimentos, compreendendo as referências, os graus e os valores constantes do Anexo II, parte integrante desta lei, em substituição às Escalas vigentes.

§ 1º - Na composição das Escalas de Vencimentos observar-se-á, sempre, no mínimo, a razão de 10% (dez por cento) entre o valor de uma referência e a que lhe for imediatamente subsequente.

§ 2º - Observa-se-á, ainda, entre cada grau, no mínimo, o percentual de 10% (dez por cento).

§ 3º - Excetua-se do disposto nos parágrafos anteriores o Quadro do Ensino Municipal.

§ 4º - Todo cargo se situa, inicialmente, no grau "A", a ele retorna quando vago.

§ 5º - Ficam suprimidos os graus da escala de vencimentos dos cargos de provimento em comissão do Quadro Geral do Pessoal e do Quadro da Fiscalização Tributária.

Art. 8º - Ficam mantidas, na forma da legislação em vigor, as condições de acesso e as exigências para provimento dos cargos, bem como o número de classes das carreiras não reestruturadas por esta lei, observado o disposto nos artigos 28, 29 e 30.

Art. 9º - Os atuais cargos da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município de São Paulo ficam com as denominações e referências de vencimentos estabelecidas na conformidade dos Anexos III e VII, integrantes desta lei, observadas as seguintes normas:

I - Criados, os que constam na "Situação Nova", sem correspondência na "Situação Atual";

II - Extintos, os que figuram apenas na "Situação Atual";

III - Mantidos, com as transformações eventualmente ocorridas, os que estão nas duas situações.

§ 1º - Os cargos ora criados ou integrados, que correspondem a carreiras já instituídas, ficam incluídos nos Anexos próprios das respectivas leis, alteradas as estruturas das carreiras, quando for o caso.

§ 2º - Os servidores manterão, na nova situação, o mesmo grau que tinham na situação anterior, observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 7º.

Art. 10 - Pelo exercício de cargos de provimento em comissão, cuja natureza corresponda a encarregatura, chefia, direção, assistência ou assessoramento técnico, os integrantes do Quadro Geral do Pessoal - Tabela II (PP-II), Tabela III (PP-III) e Parte Suplementar (PS) - e do Quadro de Fiscalização Tributária, bem como os integrantes do Quadro Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Grupos II a V - farão jus a uma gratificação de função, de conformidade com os Anexos a cada escala de vencimentos, assegurado o direito de opção pela remuneração a eles devida.

§ 1º - A gratificação a que se refere este artigo, desde que percebida por 5 (cinco) anos, adquire caráter de permanência, computando-se, para tal finalidade, o tempo de exercício, anterior a esta lei, em cargos de provimento em comissão ou função gratificada transformada em cargo, da Administração Direta, do Tribunal de Contas e das Autarquias, exercidos durante a permanência na carreira ou no cargo efetivo.

§ 2º - Quando mais de um cargo tenha sido exercido, tornar-se-á permanente a gratificação de maior valor, desde que lhe corresponda uma percepção mínima de 1 (um) ano.

§ 3º - Nas hipóteses em que o funcionário, já alcançada a permanência da gratificação, venha a exercer outro cargo, pelo qual faça jus, àquele título, a percentual maior, perceberá ele apenas a respectiva diferença, até que, pelo decurso do prazo previsto no parágrafo anterior, este último se torne permanente.

§ 4º - O funcionário que já tenha alcançado a permanência da gratificação e esteja exercendo outro cargo, a que corresponda gratificação menor, perceberá apenas aquela já permanente.

§ 5º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria por invalidez ou compulsória, e da pensão devida por morte em atividade, considerar-se-á permanente, de imediato, a gratificação correspondente ao maior valor recebido, independentemente de prazo de percepção.

§ 6º - É vedada a percepção cumulativa de gratificação de função, e, bem assim, a de gratificação de função com o padrão de cargo em comissão, ressalvada a situação dos atuais titulares efetivos de cargos de chefia e encarregatura do Quadro Geral do Pessoal e do Quadro de Fiscalização Tributária, bem como o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

§ 7º - Os integrantes do Quadro de Fiscalização Tributária que, nos termos do parágrafo 1º deste artigo, já tenham alcançado a permanência da gratificação de função, e venham a exercer cargo de hierarquia inferior na carreira, farão jus à gratificação de produtividade de fiscal relativa a este último, calculada na forma da legislação vigente e corrigida pelos índices constantes do Anexo II - Gratificação de Função - Fiscalização Tributária.

DEC. 26.556/88
Grat. Atividade

DEC. 27.540/88
Quadro do Pessoal

DEC. 26.002/88
Grat. Atividade

ORIENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 281/82

NOVA Redação
8/11/88
11.04/88

Port. 204/88
S. Finanças

DEC. 25.741/88

Lei 10.512/88
PL. 118/88

DEC. 26.358/88
REAF. SALARIAL

DEC. 26.475/88
Solução Técnica

Lei 10.625/88
PL. 197/88

DEC. 28.640/88
TRANSFERE
PARTE DO SAR

Dec. 28.737/90

§ 89 - Sobre a gratificação de função, torna-se permanente em razão desta lei, não incidirá vantagem alguma a que faça jus o funcionário, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária.

§ 99 - Nos casos de exercício de cargo em comissão, com opção pela gratificação de função, as demais vantagens que incidam sobre o padrão do cargo do funcionário recairão, sempre, sobre o padrão do cargo de maior valor, seja ele o de provimento efetivo ou o de provimento em comissão.

Art. 11 - Mantidas as suas atuais competências, caberá, ainda, à Secretaria Municipal da Administração, por meio dos seus órgãos próprios:

I - Propor e manter atualizadas as lotações básicas a que se refere o artigo 12, ouvidos os órgãos interessados;

II - Sistematizar o dimensionamento dos Quadros de Pessoal, mediante Aferição de Produção e Produtividade das diversas categorias funcionais;

III - Organizar e manter atualizado o cadastro de cargos da Administração Direta do Município;

IV - Proceder ao levantamento das necessidades de criação de cargos;

V - Realizar, nas épocas próprias, os cursos necessários ao provimento dos cargos vagos, ressalvados os casos previstos em legislação específica;

VI - Analisar propostas de admissão de servidores, ressalvados os casos previstos em legislação específica;

VII - Aprimorar os processos de avaliação do desempenho para os efeitos de evolução funcional;

VIII - Processar as promoções e concursos de acesso, ressalvados os casos previstos em legislação específica;

IX - Desenvolver estudos sobre a organização e atualização permanente dos Quadros de Pessoal do Serviço Público Municipal;

X - Estudar, juntamente com a Secretaria das Finanças e a Secretaria Municipal do Planejamento, a concessão de reajustes salariais, objetivando manter o equilíbrio retributivo entre as classes do funcionalismo;

XI - Elaborar a descrição de cargos e funções, abrangendo atribuições, grau de responsabilidade, condições de provimento ou preenchimento e outros requisitos necessários ao seu exercício, bem como os respectivos níveis salariais;

XII - Estudar a necessidade e conveniência de introduzir alterações no Sistema de Classificação de Cargos e Funções;

XIII - Opinar sobre propostas de criação ou alteração de estrutura de órgãos e de Quadros de Pessoal da Administração Direta e Autárquica;

XIV - Analisar propostas relativas a quaisquer formas de remuneração de pessoal;

XV - Promover o periódico levantamento dos níveis salariais vigentes no mercado para profissões, ocupações ou empregos, visando subsidiar a política salarial a ser observada pela Administração Municipal.

Art. 12 - O Executivo, mediante decreto, fixará a lotação básica de cada Secretaria ou Órgão Municipal, observado o número de cargos constantes desta lei.

Parágrafo único - Quando a carreira comportar especialidades, a divisão dos cargos por estas será feita de acordo com os interesses da Pasta onde eles estiverem lotados.

Art. 13 - A partir de 1º de janeiro de 1990, o número de servidores admitidos nos termos da Lei nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, não poderá ultrapassar, em cada Secretaria ou Órgão equivalente, a 50% (cinquenta por cento) dos cargos de provimento efetivo nele lotados, limitadas as contratações a 1% (um por cento) dos referidos cargos.

Parágrafo único - O Executivo providenciará, até 31 de dezembro de 1989, a criação dos cargos necessários e a realização de concursos públicos objetivando atender o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 14 - Os extranumerários diaristas e mensalistas ainda remanescentes são incluídos no regime de servidores admitidos nos termos da Lei nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, ressalvados os direitos adquiridos na condição anterior.

Art. 15 - Os cargos em comissão, cujas Partes e Tabela foram alteradas pelos Anexos desta lei, passam a ser de provimento efetivo, ficando seus atuais titulares automaticamente admitidos para as funções correspondentes, com salários equivalentes ao do grau "A", da classe inicial do respectivo cargo.

Art. 16 - Os atuais servidores admitidos terão assegurada a sua inscrição, em caráter excepcional, no primeiro concurso público que se realizar após a publicação desta lei para provimento dos cargos correspondentes às funções que ocupam, ainda que não disponham, à época, da escolaridade exigida para o seu provimento.

Art. 17 - A redação dos parágrafos 1º e 3º do artigo 17, da Lei nº 8.807, de 26 de outubro de 1978, passa a ser a seguinte:

I - "§ 1º - A inclusão de que trata este artigo dependerá de opção, por escrito, do servidor, e produzirá efeitos a partir da data da autorização do Secretário da Pasta."

§ 39 - A inclusão na jornada H-40 terá caráter permanente, não podendo o servidor incluído tornar a jornada H-33, exceto quando a opção decorrer de nomeação ou designação para cargo de provimento em comissão, hipótese em que poderá ser temporária, produzindo efeitos enquanto o servidor permanecer nessa situação.

Art. 18 - O adicional previsto no artigo 3º da Lei nº 10.183, de 6 de novembro de 1986, passa a ser calculado sobre o Padrão EA-4-E, observando-se os percentuais fixados no Anexo II - Gratificação de Função - Nível Superior, integrante desta lei.

Art. 19 - A gratificação de que tratam as Leis nº 10.053, de 23 de abril de 1986, e nº 10.186, de 12 de novembro de 1986, passa a ter caráter permanente, ficando estendida, a partir da data desta lei, aos inativos e pensionistas.

Art. 20 - A gratificação de que trata o artigo 17 da Lei nº 8.645, de 21 de novembro de 1977, passa a ser devida, por inteiro, aos servidores aposentados até a data desta lei.

Art. 21 - As gratificações instituídas pelo artigo 8º da Lei nº 9.286, de 26 de junho de 1981, alterada pela Lei nº 9.897, de 24 de maio de 1985, e pela Lei nº 9.416, de 5 de janeiro de 1982, são fixadas em 30% (trinta por cento) do Padrão NO-1-A.

Art. 22 - As gratificações instituídas pela Lei nº 9.168, de 4 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.320, de 25 de setembro de 1981, passam a ser calculadas com base na Referência AA-13 da Escala de Vencimentos do Quadro de Atividades Artísticas.

Art. 23 - A gratificação de que tratam os artigos 8º e 9º da Lei nº 10.224, de 15 de dezembro de 1986, passa a ser calculada sobre o Padrão NM-2A.

Art. 24 - O artigo 6º da Lei nº 10.187, de 12 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Para efeito de cálculo, o valor unitário do ponto será de 0,005% (cinco milésimos por cento) do valor do vencimento correspondente ao padrão inicial da carreira de Contador."

Art. 25 - O valor da Bolsa-Auxílio prevista na Lei nº 8.642, de 10 de novembro de 1977, alterado pelo artigo 12 da Lei nº 8.807, de 26 de outubro de 1978, fica fixado em 70% (setenta por cento) do Padrão NM-1A.

Art. 26 - O parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 10.056, de 28 de abril de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º - O salário do menor admitido nas condições desta lei (M.E.) fica fixado em 70% (setenta por cento) do Padrão NO-1-A."

Art. 27 - Fica extinta a gratificação prevista no artigo 6º da Lei nº 8.215, de 7 de março de 1975.

Art. 28 - Os cargos de Diretor de Divisão, Referência DA-11, lotados nas Divisões Administrativas, passam a ser de livre provimento, em comissão, pelo Prefeito, dentre integrantes da carreira administrativa, preferentemente portadores de diploma de nível universitário, ou dentre integrantes da carreira de Administrador, ressalvada a situação dos atuais titulares.

Art. 29 - Os cargos de Gerente de Projetos e Orientador Técnico de Planejamento, Referência DA-12, do extinto Quadro Técnico Especial, ora transformados em Assessor Técnico, passam a ser de livre provimento, em comissão, pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de nível universitário, ficando assim distribuídos: 6 (seis) cargos para a Secretaria Municipal da Administração, 3 (três) para a Secretaria das Finanças, 3 (três) para a Secretaria Municipal do Planejamento, 2 (dois) para a Secretaria de Vias Públicas e 2 (dois) para a Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 30 - Dez cargos de Assistente Técnico de Direção II, criados pela Lei nº 9.417, de 5 de janeiro de 1982, e lotados na Secretaria Municipal da Administração, passam a ser de livre provimento, em comissão, pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de nível universitário.

Art. 31 - O tempo de serviço público prestado à União, aos Estados, a outros Municípios e às Autarquias em geral será computado, integralmente, para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade, adicionais por tempo de serviço e sexta-parte.

Parágrafo único - As disposições deste artigo alcançarão apenas os benefícios ainda não concedidos, e não terão efeitos retroativos de qualquer ordem.

Art. 32 - Para o servidor que se aposentar dentro de 90 (noventa) dias da data da publicação desta lei, contar-se-á pela metade os prazos vigentes à data da aposentadoria, necessários à obtenção definitiva de vantagens de natureza pessoal.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às vantagens de que tratam os itens VII e VIII do artigo 8º da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979.

Art. 33 - Os proventos dos inativos e as pensões devidas aos beneficiários do contribuinte serão revisados, automaticamente, quando ocorrer:

I - Reajustamento geral da retribuição dos servidores municipais;

II - Revalorização retributória da categoria igual à do aposentado ou à do contribuinte falecido;

III - Alteração do valor das vantagens incorporadas, percebidas pelo inativo ou pelo contribuinte na data do óbito.

Revogado p/ Lei 10.860/90

Laura Maria de Barros Nascimento
Assessora - S.G.M. - A.T.P.



Parágrafo único - O ônus financeiro decorrente da extensão dos benefícios previstos nos incisos II e III às pensões concedidas pelo Instituto de Previdência Municipal - IPREM sem a respectiva fonte de custeio será suportado, proporcionalmente, pela Prefeitura, a partir das leis que lhes derem origem, mediante repasses mensais à Autarquia, feita a comprovação da despesa.

Art. 34 - Os salários dos servidores admitidos nos termos das Leis nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, nº 9.168, de 4 de dezembro de 1980, e nº 9.320, de 25 de setembro de 1981, para funções correspondentes a cargos, ficam fixados, desde logo, no grau "A" da classe inicial da carreira ou cargo.

Parágrafo único - Quando não houver correspondência, os salários serão fixados pela Secretaria Municipal da Administração, nos termos da legislação em vigor.

Art. 35 - Os salários dos servidores contratados nos termos das Leis nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, nº 9.168, de 4 de dezembro de 1980, e nº 9.320, de 25 de setembro de 1981, serão reajustados, de acordo com a natureza das atribuições exercidas, mediante proposta de cada Secretaria, a ser apresentada em 30 (trinta) dias a contar desta lei, observada a legislação em vigor.

Art. 36 - Os proventos dos inativos serão revistos de acordo com as novas situações determinadas por esta lei, observando-se, quando for o caso, as alterações sofridas pelo cargo ou função correspondente, desde a aposentadoria até a data desta lei.

Parágrafo único - As pensões devidas aos beneficiários do contribuinte serão reajustadas, na conformidade do disposto no "caput" deste artigo.

Art. 37 - Os aposentados em cargos ou funções não abrangidos pelo artigo anterior terão seus proventos fixados com base nas referências constantes do Anexo IV.

Art. 38 - O Quadro das Funções Gratificadas será revisto através de decreto, que disporá sobre sua distribuição, formas de designação e reagrupamento de valores.

Art. 39 - As disposições desta lei, aplicam-se, no que couber, aos quadros das Autarquias Municipais.

Art. 40 - O Tribunal de Contas do Município de São Paulo promoverá as medidas necessárias à execução da presente lei, no seu âmbito e quando necessário, mediante Resolução.

Art. 41 - As novas classificações de cargos previstas nesta lei, bem como o intervalo mínimo entre os valores de graus e referências salariais, constantes do artigo 7º e seus parágrafos, entrarão em vigor em 1º de março de 1988, sendo o montante das despesas decorrentes do disposto neste artigo deduzido dos recursos reservados ao reajuste uniforme a ser concedido, na mesma data, a todo o funcionalismo municipal, nos termos da Lei nº 10.330, de 12 de junho de 1987.

Art. 42 - A remuneração bruta, a qualquer título, dos servidores municipais, das Autarquias e do Tribunal de Contas, incluídos os Conselheiros, não poderá implicar, ao final, em importância superior a 7 (sete) vezes o valor da Referência DA-15.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se, desde logo, a todo e qualquer servidor que, na data da entrada em vigor desta lei, estiver percebendo remuneração, em seu montante, e a qualquer título, superior ao limite fixado no "caput" do presente artigo.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se, nas mesmas condições, aos proventos dos inativos.

Art. 43 - Pelo exercício de cargos de provimento efetivo do QPL, cuja natureza corresponda à enquadramento, chefia, direção e assessoramento técnico e pelo exercício dos cargos em comissão de Diretor Geral, Chefe de Gabinete da Presidência, Chefe de Gabinete e Chefe de Subsecretaria Parlamentar, os servidores farão jus a uma gratificação de função de conformidade com o Anexo II desta lei.

Parágrafo único - A gratificação de função deste artigo torna-se permanente, desde que tenha sido ou venha a ser percebida por período mínimo de 5 (cinco) anos, computando-se para tal fim o tempo de exercício anterior a esta lei em cargos de provimento efetivo e em comissão, exercidos durante a permanência na carreira.

Art. 44 - Aplicam-se aos funcionários da Câmara Municipal de São Paulo as disposições do § 5º do art. 7º e dos §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do Art. 10 desta lei, com relação à gratificação de função estabelecida no artigo anterior.

Art. 45 - Os enquadramentos previstos nesta lei, bem como os demais princípios e normas nela estabelecidos são extensivos ao QPL e inativos, devendo a Mesa, através de Ato, no prazo de 30 (trinta) dias, formalizar as medidas necessárias a este fim.

Art. 46 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 1988, revogadas as disposições em contrário, especialmente o inciso I do artigo 65 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979, e o artigo 3º da Lei nº 10.186, de 12 de novembro de 1.986.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 29 de fevereiro de 1988, 435ª da fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

JOÃO MELLÃO NETO, Secretário Municipal da Administração

JAIR CARVALHO MONTEIRO, Secretário Municipal do Planejamento

ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de fevereiro de 1988.

FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

Portaria n.º 1195-88
Decreto n.º 30.448/88
Regulamento nº 20.34.34

Lei 10.760/89
PL 269/89

Dec. 28.671/90

Folha n.º 14 da proc.

n.º 222 de 1992

Condição

NOVA REVISÃO
Lei 10.571/88
PL 111/88

Retificação da publicação do dia 19/março/1.988
Lei nº 10.430, de 29 de fevereiro de 1.988
No Art. 10 - Leia-se como segue e não como constou:
.....
§ 6º - É vedada a percepção cumulativa
No Art. 33 e § único de Art. 36 - Leia-se como segue e não como constou:
.....
devidas aos beneficiários do contribuinte
No Anexo VII - Acres a Taboia - Parte Permanente - Nível Superior -
Leia-se: NÍVEL MÉDIO

DEM-9-3-88



ANEXO I A QUE SE REFERE O ART. 49 DA LEI Nº 10.430, DE 29 DE

FEVEREIRO DE 1.988

GRUPOS OCUPACIONAIS
GRUPO I
QUADRO GERAL DO PESSOAL

Folha n.º 16 de proc. n.º 2022 do 19 92

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.	Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
5	PP-1	Administrador de Aterro Sanitário	DA-6	2	PP-1	Encarregado de Serviços de Vigilância	DA-2
3	PP-1	Administrador de Estação de Transbordo	DA-6	39	PP-1	Encarregado de Setor 1	DA-2
3	PP-1	Administrador de Forno Incinerador	DA-6	1102	PP-1	Encarregado de Setor 11	DA-5
22	PP-1	Administrador de Mercado e Trigoítico	DA-6	132	PP-1	Encarregado de Setor Técnico	DA-9
20	PP-1	Administrador de Mial Mercado	DA-4	197	PP-1	Encarregado de Subunidade 1	DA-5
20	PP-1	Administrador de Parque	DA-6	95	PP-1	Encarregado de Subunidade 11	DA-6
9	PP-1	Administrador de Teatros e Auditórios	DA-6	180	PP-1	Encarregado de Subunidade Técnica	DA-9
2	PP-1	Administrador de Usinas de Computagem	DA-6	6	PP-1	Encarregado de Topografia	DA-2
33	PP-1	Administrador Regional	DA-15	202	PP-1	Encarregado de Tráfego	DA-2
1	PP-1	Assessor Chefe (Imprensa)	DA-15	270	PP-1	Encarregado de Turno de Conservação e Construção	DA-2
34	PP-1	Assessor Jurídico	DA-12	474	PP-1	Encarregado de Turno de Limpeza Pública	DA-2
5	PP-1	Assessor Jurídico Chefe	DA-13	152	PP-1	Encarregado de Turno de Vias Públicas	DA-2
1	PP-1	Assessor Jurídico Chefe (Cab. Prefeito)	DA-15	16	PP-1	Encarregado de Ziladoria	DA-2
7	PP-1	Assessor Jurídico (Cab. Prefeito)	DA-11	1	PP-1	Fiil de Tesouraria	DA-8
151	PP-1	Assessor Técnico	DA-12	4	PP-1	Insuptor de Segurança Contra Incêndio	DA-6
3	PP-1	Assessor Técnico Chefe (Cab. Prefeito)	DA-14	2	PP-1	Insuptor de Tráfego	DA-5
13	PP-1	Assessor Técnico (Cab. Prefeito)	DA-11	1	PP-1	Insuptor Geral de Finanças	DA-13
6	PP-1	Assessor Técnico Legislativo (Cab. Prefeito)	DA-13	48	PP-1	Insuptor Cultural	DA-5
1	PP-1	Assessor Técnico Legislativo Chefe	DA-15	170	PP-1	Oficial de Gabinete	DA-5
52	PP-1	Assistente Administrativo (Cab. Prefeito)	DA-6	5	PP-1	Oficial de Gabinete (Cab. Prefeito)	DA-6
40	PP-1	Assistente Jurídico	DA-11	93	PP-1	Pesquisador de Assuntos Culturais	DA-2
116	PP-1	Assistente Técnico I	DA-9	22	PP-1	Planteador Urbano	DA-11
346	PP-1	Assistente Técnico II	DA-11	1	PP-1	Procurador Chefe da Fazenda	DA-14
217	PP-1	Auxiliar de Gabinete	DA-2	8	PP-1	Procurador da Fazenda	DA-13
6	PP-1	Auxiliar de Restaurador	DA-2	6	PP-1	Redator	DA-2
10	PP-1	Auxiliar de Técnico de Educação Física	DA-5	5	PP-1	Restaurador	DA-2
22	PP-1	Chefe de Assessoria Técnica	DA-13	5	PP-1	Revisor de Braille	DA-5
1	PP-1	Chefe de Cerimonial	DA-14	19	PP-1	Secretário Municipal	SH
24	PP-1	Chefe de Gabinete	DA-15	1	PP-1	Secretário Particular do Prefeito	DA-15
1	PP-1	Chefe de Garagem	DA-9				
57	PP-1	Chefe de Seção I	DA-6	6	PP-1	Superintendente	DA-14
248	PP-1	Chefe de Seção II	DA-7	5	PP-1	Superintendente de Obras (Subprefeituras)	DA-13
942	PP-1	Chefe de Seção Técnica	DA-10	22	PP-1	Supervisor	DA-10
124	PP-1	Chefe de Unidade	DA-2	8	PP-1	Supervisor Geral	DA-13
77	PP-1	Chefe de Unidade Regional	DA-6	70	PP-1	Supervisor Técnico I	DA-11
292	PP-1	Chefe de Unidade Técnica I	DA-10	114	PP-1	Supervisor Técnico II	DA-12
26	PP-1	Chefe de Unidade Técnica II	DA-11	6	PP-1	Técnico de Artes Gráficas	DA-2
1	PP-1	Chefe de Gabinete Pessoal do Prefeito	DA-15	2	PP-1	Técnico de Laboratório Foto. Gráfico	DA-2

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO GERAL DO PESSOAL

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
5	PP-1	Coordenador (SAR)	DA-16
39	PP-1	Coordenador I	DA-11
2	PP-1	Coordenador II	DA-13
5	PP-1	Copiata de Braille	DA-5
17	PP-1	Delegado Regional de Serviço Social	DA-12
16	PP-1	Diretor de Balneário	DA-9
22	PP-1	Diretor de Centro	DA-10
285	PP-1	Diretor de Creche	DA-10
43	PP-1	Diretor de Departamento Técnico	DA-13
89	PP-1	Diretor de Divisão	DA-11
169	PP-1	Diretor de Divisão Técnica	DA-12
3	PP-1	Diretor de Escola de Artes	DA-10
2	PP-1	Diretor de Subdivisão	DA-7
9	PP-1	Diretor de Subdivisão Técnica	DA-11
1	PP-1	Diretor do Curso de Jardineiro	DA-10
1	PP-1	Encarregado de Administração (Locações)	DA-6
65	PP-1	Encarregado de Armazenagem	DA-2
9	PP-1	Encarregado de Borracharia	DA-2
41	PP-1	Encarregado de Carpintaria	DA-2
5	PP-1	Encarregado de Copa	DA-2
9	PP-1	Encarregado de Costura	DA-2
40	PP-1	Encarregado de Cozinha	DA-2
35	PP-1	Encarregado de Funilaria	DA-2
192	PP-1	Encarregado de Jardinagem	DA-2
51	PP-1	Encarregado de Lavagem e Lubrificação	DA-2
20	PP-1	Encarregado de Lavanderia	DA-2
7	PP-1	Encarregado de Manutenção	DA-4
42	PP-1	Encarregado de Máquinas	DA-2
7	PP-1	Encarregado de Marcenaria	DA-2
1	PP-1	Encarregado de Montagem	DA-5
33	PP-1	Encarregado de Pintura	DA-2
28	PP-1	Encarregado de Pintura de Veículos	DA-2
35	PP-1	Encarregado de Posto de Abastecimento	DA-2
37	PP-1	Encarregado de Serralheria	DA-2
55	PP-1	Encarregado de Serviços de Eletricidade	DA-2
42	PP-1	Encarregado de Serviços de Eletricidade de Veículos	DA-2
1	PP-1	Encarregado de Serviços de Hidráulica	DA-2
105	PP-1	Encarregado de Serviços Mecânicos	DA-2

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
4	PP-1	Tradutor Interpret	DA-2

GRUPO I

QUADRO DO ENSINO MUNICIPAL

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
300	PP-1	Assistente de Atividades Artísticas	EM-3
350	PP-1	Assistente de Diretor de Escola 19 e 20 Graus	EM-6
50	PP-1	Coordenador de Atividades Culturais	EM-6
10	PP-1	Delegado Regional de Educação	EM-10
17	PP-1	Diretor de Escola de 19 e 20 Graus	EM-6
6000	PP-1	Professor de 19 Grau - Nível 11	
		Categoria 2	EM-3
		Categoria 3	EM-4
3000	PP-1	Professor Substituto de Educação Infantil	
		Categoria 1	ENS-1
		Categoria 2	ENS-3
		Categoria 3	ENS-4
6500	PP-1	Professor Substituto de 19 Grau - Nível 1	
		Categoria 1	ENS-1
		Categoria 2	ENS-3
		Categoria 3	ENS-4
150	PP-1	Professor de 20 Grau	EM-4
25	PP-1	Professor Substituto de Deficientes Auditivos	ENS-4
400	PP-1	Secretário de Escola	EM-2

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO 1

QUADRO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
11	PP-1	Arquivista	AA-6
1	PP-1	Encarregado Geral de Cronogramas	AA-6
1	PP-1	Encarregado Geral de Sonoplastia	AA-4
1	PP-1	Encarregado Geral (Equip.T.Municipal)	AA-1
6	PP-1	Iluminador Cênico	AA-3
2	PP-1	Inspetor do Coral Municipal	AA-6
1	PP-1	Inspetor do Corpo de Baile Municipal	AA-6
1	PP-1	Inspetor de Orquestra Sinfônica Jovem Municipal	AA-6
1	PP-1	Inspetor de Orquestra Sinfônica Municipal	AA-7
10	PP-1	Montador	AL-3
6	PP-1	Operador de Equipamentos Eletrônicos	AA-3
20	PP-1	Professor de Expressão Corporal e Teatro	AA-6
5	PP-1	Professor de Música	AA-6
30	PP-1	Professor de Música (Escola Municipal de Instrução Artística)	AA-6
2	PP-1	Projeccionista	AA-3
3	PP-1	Regente	AA-17
4	PP-1	Sonoplasta	AA-3
20	PP-1	Técnico de Máquinas de Falco	AA-3

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO 1

QUADRO DA FISCALIZAÇÃO

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
2	PP-1	Assessor de Diretoria	FC-3
33	PP-1	Assistente Técnico	FC-1
30	PP-1	Chefe de Subdivisão	FC-1
2	PP-1	Director de Departamento	FC-4
14	PP-1	Director de Divisão	FC-2
14	PP-1	Encarregado de Setor	AAF-2

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO II

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
130	PP-111	Administrador 1	NS-1
81	PP-111	Administrador 11	NS-2
45	PP-111	Administrador 111	NS-3
24	PP-111	Administrador 1V	NS-4
427	PP-111	Assistente Social 1	NS-1
120	PP-111	Assistente Social 11	NS-2
60	PP-111	Assistente Social 111	NS-3
28	PP-111	Assistente Social 1V	NS-4
104	PP-111	Bibliotecário 1	NS-1
98	PP-111	Bibliotecário 11	NS-2
54	PP-111	Bibliotecário 111	NS-3
24	PP-111	Bibliotecário 1V	NS-4
379	PP-111	Cirurgião Dentista 1	NS-1
184	PP-111	Cirurgião Dentista 11	NS-2
98	PP-111	Cirurgião Dentista 111	NS-3


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
 Assessora - S.G.M. - A.T.L.

Assessoria - S.G.N.T. - A.T.E.

200	PP-111	Servente Auxiliar 11	00-1
201	PP-112	Solteiro 1	00-1
202	PP-113	Solteiro 11	00-1
203	PP-114	Capoteiro 1	00-1
204	PP-115	Capoteiro 11	00-1
205	PP-116	Torneiro Mecânico 1	00-1
206	PP-117	Torneiro Mecânico 11	00-1
207	PP-118	Gravador 1	00-1
208	PP-119	Gravador 11	00-1
209	PP-120	Gravador 11	00-1
210	PP-121	Gravador 11	00-1
211	PP-122	Gravador 11	00-1
212	PP-123	Gravador 11	00-1
213	PP-124	Gravador 11	00-1
214	PP-125	Gravador 11	00-1
215	PP-126	Gravador 11	00-1
216	PP-127	Gravador 11	00-1
217	PP-128	Gravador 11	00-1
218	PP-129	Gravador 11	00-1
219	PP-130	Gravador 11	00-1

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 79 DA LEI Nº 10.438, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1.988

QUADRO GERAL DO PESSOAL
NÍVEL OPERACIONAL

GRUPO	A	B	C	D	E
NO-1	9.154,00	10.069,00	11.077,00	12.104,00	13.401,00
NO-2	10.069,00	11.077,00	12.104,00	13.401,00	14.743,00
NO-3	11.077,00	12.104,00	13.401,00	14.743,00	16.210,00
NO-4	12.104,00	13.401,00	14.743,00	16.210,00	17.840,00
NO-5	13.401,00	14.743,00	16.210,00	17.840,00	19.623,00

QUADRO GERAL DO PESSOAL
NÍVEL MÉDIO

GRUPO	A	B	C	D	E
MO-1	9.861,00	10.847,00	11.932,00	13.125,00	14.438,00
MO-2	10.847,00	11.932,00	13.125,00	14.438,00	15.881,00
MO-3	11.932,00	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00
MO-4	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00
MO-5	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.130,00

QUADRO GERAL DO PESSOAL
NÍVEL MÉDIO

GRUPO	A	B	C	D	E
MO-1	11.932,00	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00
MO-2	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00
MO-3	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.130,00
MO-4	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.130,00	23.252,00
MO-5	17.470,00	19.216,00	21.130,00	23.252,00	25.576,00

QUADRO GERAL DO PESSOAL
NÍVEL SUPERIOR

GRUPO	A	B	C	D	E
SO-1	21.130,00	23.252,00	25.576,00	28.133,00	30.947,00
SO-2	23.252,00	25.576,00	28.133,00	30.947,00	34.043,00
SO-3	25.576,00	28.133,00	30.947,00	34.043,00	37.447,00
SO-4	28.133,00	30.947,00	34.043,00	37.447,00	41.192,00

QUADRO GERAL DO PESSOAL
CARGOS EM COMISSÃO

REFERÊNCIA	VALOR
DA-1	11.932,00
DA-2	13.125,00
DA-3	14.437,00
DA-4	15.881,00
DA-5	17.449,00
DA-6	19.216,00
DA-7	21.130,00
DA-8	23.252,00
DA-9	25.577,00
DA-10	28.135,00

DA-11	30.948,00
DA-12	34.043,00
DA-13	37.447,00
DA-14	41.192,00
DA-15	45.311,00
DA-16	49.842,00
S.M.	54.826,00

QUADRO DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS

REFERÊNCIA	VALOR
AA	11.932,00
AA-1	13.125,00
AA-2	14.438,00
AA-3	15.881,00
AA-4	17.470,00
AA-5	19.216,00
AA-6	21.130,00
AA-7	23.252,00
AA-8	25.576,00
AA-9	28.133,00
AA-10	30.947,00
AA-11	34.043,00
AA-12	37.447,00
AA-13	41.192,00

QUADRO DO ENSINO MUNICIPAL

GRUPO	A	B	C	D	E
ENS-1	4.813,00	-	-	-	-
ENS-2	5.587,00	-	-	-	-
ENS-3	7.046,00	-	-	-	-
EN-1	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.130,00
EN-2	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.130,00	23.252,00
EN-3	17.470,00	19.216,00	21.130,00	23.252,00	25.576,00
EN-4	21.130,00	23.252,00	25.576,00	28.133,00	30.947,00
EN-5	23.252,00	25.576,00	28.133,00	30.947,00	34.043,00
EN-6	25.576,00	28.133,00	30.947,00	34.043,00	37.447,00
EN-7	28.133,00	30.947,00	34.043,00	37.447,00	41.192,00
EN-8	30.947,00	34.043,00	37.447,00	41.192,00	45.311,00
EN-9	34.043,00	37.447,00	41.192,00	45.311,00	49.842,00
EN-10	37.447,00	41.192,00	45.311,00	49.842,00	54.826,00

QUADRO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

GRUPO	A	B	C	D	E
FT-1	21.130,00	23.252,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00
FT-2	23.252,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00	34.043,00
FT-3	25.577,00	28.133,00	30.948,00	34.043,00	37.447,00
FT-4	28.133,00	30.948,00	34.043,00	37.447,00	41.192,00
AAF-1	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00

REFERÊNCIA	VALOR
PC-1	41.192,00
PC-2	45.310,00
PC-3	49.842,00
PC-4	54.825,00
AAF-2	21.130,00

QUADRO DA PROSECUTORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GRUPO	A	B	C	D	E
PA-1	21.130,00	23.252,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00
PA-2	23.252,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00	34.043,00
PA-3	25.577,00	28.133,00	30.948,00	34.043,00	37.447,00

Folha n. 222 de 19 72

REF.	A	B	C	D	E
CA-1	27.702,00	30.692,00	33.761,00	37.137,00	40.931,00
CA-2	30.692,00	33.761,00	37.137,00	40.931,00	44.936,00
CA-3	33.761,00	37.137,00	40.931,00	44.936,00	49.429,00

QUADRO DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA

REF.	A	B	C	D	E
GM-1	11.945,00	13.140,00	14.453,00	15.899,00	17.489,00
GM-2	13.140,00	14.453,00	15.899,00	17.489,00	19.246,00
GM-3	14.453,00	15.899,00	17.489,00	19.246,00	21.252,00
GM-4	15.899,00	17.489,00	19.246,00	21.252,00	23.547,00
GM-5	17.489,00	19.246,00	21.252,00	23.547,00	25.559,00
GM-6	19.246,00	21.252,00	23.547,00	25.559,00	28.026,00

ANEXO II

A QUE SE REFERE O ART. 10 DA LEI Nº 10.438, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1.988

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO
NÍVEL OPERACIONAL

Padrão do Cargo Exercido	X a/ NO-5-E
DA-1	20%
DA-2	40%
DA-3	60%
DA-4	80%
DA-5	100%
DA-6	120%
DA-7	140%
DA-8	160%
DA-9	180%
DA-10	200%
DA-11 em diante	220%

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO
NÍVEL BÁSICO

Padrão do Cargo Exercido	X a/ MO-5-E
DA-1	20%
DA-2	40%
DA-3	60%
DA-4	80%
DA-5	100%
DA-6	120%
DA-7	140%
DA-8	160%
DA-9	180%
DA-10	200%
DA-11 em diante	220%

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO
NÍVEL MÉDIO

Padrão do Cargo Exercido	X a/ MO-5-E
DA-1	20%
DA-2	40%
DA-3	60%
DA-4	80%
DA-5	100%
DA-6	120%
DA-7	140%
DA-8	160%
DA-9	180%
DA-10	200%
DA-11 em diante	220%

39 de 39	Descrição	Id	Valor	Valor	Descrição	Ref.	39 de 39
Mostrar							
00	- Petróleo Cilindro 1	11	PP-110				
02	- Petróleo Cilindro 11	11	PP-110				
07	- Petróleo Cilindro 111	10	PP-110				
08	- Petróleo Cilindro 119	06	PP-110				
09	- Petróleo Cilindro 1	11	PP-110				
10	- Petróleo Cilindro 1	11	PP-110				
11	- Petróleo Cilindro 111	11	PP-110				
12	- Petróleo Cilindro 111	06	PP-110				

[illegible]

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA				
Nº do Cargo	Designação	Ref.	Parte Tabela	Nº do Cargo	Designação	Ref.	Parte Tabela
1	Assistente Secretário e Pleno	Re-11	PP-1	1	Assistente Técnico II	Re-11	PP-1
2	Assistente Secretário	Re-11	PP-1	2	Assistente de Juntas	Re-11	PP-1
3	Assistente Administrativo	Re-11	PP-1				
4	Assistente Social Geral	Re-12	PP-1	3	Chefe de Seção Técnica	Re-12	PP-1
17	Assistente Social Pleno	Re-12	PP-1	17	Relações Regionais de Serviço Social	Re-12	PP-1
20	Assistente Social Esp. de Pub. Nacional	Re-9	PP-1	20	Supervisor de Subordinação Técnica	Re-9	PP-1
3	Assistente Social Esp. de Pub. Nacional	Re-9	PP-1	3	Assistente Técnico I	Re-9	PP-1
130	Assistente Técnico	Re-11	PP-1				
3	Assistente Técnico de Compra e Manutenção	Re-11	PP-1	131	Assistente Técnico II	Re-11	PP-1
3	Assistente Técnico de Compra e Manutenção	Re-11	PP-1				
3	Assistente Técnico	Re-12	PP-1	3	Assistente Técnico	Re-12	PP-1
3	Assistente Técnico	Re-9	PP-1	3	Assistente Técnico II	Re-11	PP-1
11	Assistente Técnico	Re-12	PP-1	12	Assistente Técnico II	Re-11	PP-1
3	Assistente Técnico	Re-7	PP-1	3	Assistente Técnico I	Re-9	PP-1
3	Assistente Técnico Geral	Re-12	PP-1	3	Assistente Técnico II	Re-12	PP-1
3	Assistente Técnico de Serviço	Re-9	PP-1	3	Assistente Técnico I	Re-9	PP-1
6	Assistente Técnico de Serviço	Re-10	PP-1	6	Assistente Técnico II	Re-11	PP-1
13	Assistente Técnico de Serviço I	Re-9	PP-1	13	Assistente Técnico I	Re-9	PP-1

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos	Designação	Nº.	Parte Tabela	Nº de Cargos	Designação	Nº.	Parte Tabela
126	Assistente Técnico de Bireção II	8a-11	PP-1	126	Assistente Técnico II	8a-11	PP-1
36	Assistente Técnico de Bireção II	8a-11	PP-1	36	assessor Técnico	8a-12	PP-1
18	Assistente Técnico de Bireção II	8a-11	PP-1	18	Assistente Técnico II	8a-11	PP-1
1	Assistente Técnico de Organização e Métodos	8a-11	PP-1	1	Assistente Técnico II	8a-11	PP-1
6	Assistente Técnico de Planejamento	8a-11	PP-1	6	Assistente Técnico II	8a-11	PP-1
7	Assistente Técnico Médico Hospitalar	8a-11	PP-1	7	Assistente Técnico II	8a-11	PP-1
52	Auxiliar de Administração	13	PP-1	22	Auxiliar de Gabinete	8a-2	PP-1
23	Auxiliar de Bireção	8a-3	PP-1	23	Oficial de Gabinete	8a-5	PP-1
116	Auxiliar de Gabinete	8a-1	PP-1	131	Auxiliar de Gabinete	8a-2	PP-1
23	Auxiliar de Gabinete	8a-2	PP-1				
2	Auxiliar de Gabinete em Pradeto	8a-2	PP-1	2	Oficial de Gabinete (Sub Prefeito)	8a-5	PP-1
2	Auxiliar de Informação	13	PP-1	2	Auxiliar de Gabinete	8a-2	PP-1
2	Auxiliar de Produção	8a-4	PP-1	3	Instituto Cultural	8a-3	PP-1
6	Auxiliar de Programador Cultural	8a-4	PP-1	8	Instituto Cultural	8a-3	PP-1
2	Auxiliar de Programador Visual	8a-4	PP-1				
3	Auxiliar de Restaurantador	8a-2	PP-1	6	Auxiliar de Restaurantador	8a-2	PP-1
3	Auxiliar de Biscoitos	8a-2	PP-1				

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº do Cargo	Denominação	Nº.	Partes Tabela	Nº do Cargo	Denominação	Nº.	Partes Tabela
1	Bibliotecária Assistente	Nº-10	PP-1	1	Assistente Técnico TI	Nº-11	PP-1
200	Bibliotecária Chefe	Nº-10	PP-1	300	Chefe de Seção Técnica	Nº-10	PP-7
3	Bibliotecária Protetor Divisão Técnica	Nº-17	PP-1	5	Protetor de Divisão Técnica	Nº-12	PP-1
2	Bibliotecária Estrutura de Subdivisão	Nº-11	PP-1				
6	Bibliotecária Diretora de Subdivisão Técnica	Nº-11	PP-1	9	Diretor de Subdivisão Técnica	Nº-11	PP-1
17	Bibliotecária Encarregado	Nº-9	PP-1	17	Encarregado de Seção Técnica	Nº-9	PP-1
2	Bibliotecária Supervisor	Nº-17	PP-1	2	Supervisor Técnico TI	Nº-12	PP-1
5	Chefe de Agrupamento	Nº-10	PP-1	5	Chefe de Seção Técnica	Nº-10	PP-1
1	Chefe de Ass. e Conf. Técnica de Programas	Nº-13	PP-1				
1	Chefe de Ass. Esp. Ass. Bib. Subseccional	Nº-13	PP-1				
2	Chefe de Assessoria	Nº-13	PP-1	21	Chefe de Assessoria Técnica	Nº-13	PP-1
23	Chefe de Assessoria Técnica	Nº-13	PP-1				
1	Chefe de Assessoria Técnica e Administrativa	Nº-13	PP-1				
7	Chefe de Assessoria Técnica e Jurídica	Nº-13	PP-1				
1	Chefe de Atelier	Nº-4	PP-1	1	Restaurador	Nº-7	PP-1

[illegible]

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
SP de Cargos	Denominação	Nº.	Fator Tabela	SP de Cargos	Denominação	Nº.	Fator Tabela
1	Chefe de Seção de Imprensa Federal	10-4	PP-3	1	Chefe de Seção 1	10-4	PP-1
10	Chefe de Seção	10-10	PP-1	118	Chefe de Seção Técnica	10-10	PP-1
105	Chefe de Posto - Nível 1	10-6	PP-1	1	Chefe de Seção 11	10-7	PP-1
1	Chefe de Unidade	10-6	PP-1	1	Chefe de Seção 11	10-7	PP-1
122	Chefe de Seção Regional	10-8	PP-1	123	Chefe de Seção	10-7	PP-1
126	Chefe de Unidade	10-10	PP-1	127	Chefe de Seção Técnica 1	10-10	PP-1

[illegible]

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº do Cargo	Denominação	Nº.	Parte Tabela	Nº do Cargo	Denominação	Nº.	Parte Tabela
112	Encargado de Subvidente	24-4	PP-1	112	Encargado de Subvidente I	24-1	PP-1
51	Encargado de Subvidente	24-5	PP-1	91	Encargado de Subvidente II	24-2	PP-1
6	Encargado de Subvidente Técnica	24-6	PP-1	6	Encargado de Subvidente Técnica	24-3	PP-1
63	Encargado de Subvidente Regional	24-4	PP-1	63	Encargado de Subvidente I	24-3	PP-1
6	Encargado de Tabela	24-1	PP-1	6	Encargado de Tabela	24-3	PP-1
262	Encargado de Tráfego	24-1	PP-1	262	Encargado de Tráfego	24-2	PP-1
3	Encargado de Turma	24-2	PP-1	3	Encargado de Turma I	24-2	PP-1
234	Encargado de Turma de Construção e Conservação	24-1	PP-1	234	Encargado de Turma de Construção e Conservação	24-2	PP-1
430	Encargado de Turma de Língua Portuguesa	24-2	PP-1	430	Encargado de Turma de Língua Portuguesa	24-2	PP-1
10	Encargado de Turma de Engenharia Elétrica	24-2	PP-1	10	Encargado de Serviços de Engenharia Elétrica	24-2	PP-1
131	Encargado de Turma de Vias Públicas	24-2	PP-1	131	Encargado de Turma de Vias Públicas	24-2	PP-1
3	Encargado de Salubridade	24-2	PP-1	3	Encargado de Salubridade	24-2	PP-1
14	Encargado de Salubridade Especial	24-2	PP-1	14	Encargado de Salubridade	24-2	PP-1

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Nº do Cargo	Denominação	Nº. Posto	Nº do Cargo	Denominação	Nº. Posto
28	Engenheiro Máquinas Chefe	Nº-8 PP-1	28	Chefe do Setor Técnico	Nº-10 PP-1
3	Engenheiro Autômatas Chefe	Nº-10 PP-1			
1	Engenheiro Autômatas Diretor de Divisão Técnica	Nº-12 PP-1	1	Diretor de Divisão Técnica	Nº-12 PP-1
30	Engenheiro Chefe	Nº-10 PP-1	30	Chefe de Seção Técnica	Nº-10 PP-1
61	Engenheiro Chefe de Unidade	Nº-8 PP-1	61	Chefe de Unidade Técnica I	Nº-10 PP-1
20	Engenheiro Diretor de Divisão Técnica	Nº-10 PP-1	20	Diretor de Divisão Técnica	Nº-12 PP-1
125	Engenheiro Encarregado de Subunidade				
	Engenheiro	Nº-8 PP-1	125	Encarregado de Subunidade Técnica	Nº-8 PP-1
1	Engenheiro Autômatas	Nº-12 PP-1	1	Engenheiro Técnico II	Nº-12 PP-1
2	Engenheiro Chefe	Nº-10 PP-1	2	Chefe de Seção Técnica	Nº-10 PP-1
1	Engenheiro Diretor de Divisão Técnica	Nº-12 PP-1	1	Diretor de Divisão Técnica	Nº-12 PP-1
3	Engenheiro Chefe	Nº-10 PP-1	3	Chefe de Seção Técnica	Nº-10 PP-1
1	Técnico de Sala de Controle	Nº-8 PP-1	1	Técnico de Sala de Controle	Nº-8 PP-1
3	Engenheiro Chefe	Nº-10 PP-1	3	Chefe de Seção II	Nº-10 PP-1
14	Gerente de Projetos/Ass. Especial	Nº-12 PP-1	14	Assessor Técnico	Nº-12 PP-1
1	Inspeção Geral de Finanças	Nº-12 PP-1	1	Assessor Geral de Finanças	Nº-12 PP-1
8	Inspeção Cultural	Nº-8 PP-1	8	Técnico Cultural	Nº-8 PP-1

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA				
CV de Cargo	Denominação	Not.	Partes Cabíveis	CV de Cargo	Denominação	Not.	Partes Cabíveis
28	Núcleo Chefe	2a-9	PP-1				
28	Núcleo Chefe	2a-10	PP-1	129	Chefe de Seção Técnica	2a-10	PP-1
3	Núcleo de Saúde Especial Chefe	2a-10	PP-1				
8	Núcleo de Assistência Chefe	2a-10	PP-1				
60	Núcleo Encargado	2a-9	PP-1	60	Encargado de Seção Técnica	2a-9	PP-1
4	Núcleo de Assistência Diretor de Serviço						
	Técnicos	2a-12	PP-1	4	Coordenador de Serviço Técnico	2a-12	PP-1
4	Núcleo de Assistência Encargado	2a-9	PP-1	4	Encargado de Seção Técnica	2a-9	PP-1
9	Assessor	2a-9	PP-1	6	Assessor Cultural	2a-9	PP-1
1	Assessoria Chefe	2a-10	PP-1	1	Chefe de Seção Técnica	2a-10	PP-1
20	Oficial de Gabinete	2a-11	PP-2	20	Oficial de Gabinete	2a-11	PP-1
2	Oficial de Assistência de Prédios	2a-6	PP-2	2	Oficial de Gabinete (Com Prédios)	2a-6	PP-1
1	Organizador de Produção	2a-7	PP-1	1	Coordenador de Assuntos Culturais	2a-7	PP-1
1	Operador de Vídeo Tapes	2a-7	PP-1	1	Coordenador de Assuntos Culturais	2a-7	PP-1
10	Organizador de Atividades Esportivas	2a-1	PP-1	10	Assessor de Técnicas de Educação Física	2a-3	PP-1
2	Organizador Técnico de Planejamento	2a-12	PP-1	2	Assessor Técnico	2a-12	PP-1

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº do Curso	Denominação	Nº.	Partes Tabelas	Nº do Curso	Denominação	Nº.	Partes Tabelas
11	Passeiador (Academia Cultural)	Nº-7	PP-1	39	Passeiador de Academias Culturais	Nº-7	PP-1
11	Passeiador de Academias Culturais	Nº-7	PP-1				
12	Passeiador de Bancos	Nº-4	PP-1	12	Instituto Cultural	Nº-3	PP-1
23	Passeiador de Bancos	Nº-11	PP-1	22	Passeiador de Bancos	Nº-11	PP-1
3	Passeiador de Bancos	Nº-17	PP-1	3	Passeiador de Bancos	Nº-12	PP-1
14	Passeiador de Bancos	Nº-11	PP-1	14	Passeiador de Bancos	Nº-11	PP-1
8	Passeiador de Bancos	Nº-12	PP-1	9	Passeiador de Bancos	Nº-13	PP-1
1	Passeiador de Bancos	Nº-14	PP-1	1	Passeiador de Bancos	Nº-14	PP-1
5	Passeiador de Bancos	Nº-7	PP-1	5	Passeiador de Bancos	Nº-7	PP-1
1	Passeiador	Nº-7	PP-1				
8	Passeiador Cultural	Nº-7	PP-1	17	Passeiador de Academias Culturais	Nº-7	PP-1
8	Passeiador Cultural	Nº-7	PP-1				
1	Passeiador de Bancos	Nº-18	PP-1	1	Chefe de Seção Técnica	Nº-18	PP-1
8	Passeiador	Nº-7	PP-1	8	Passeiador	Nº-7	PP-1
8	Passeiador	Nº-7	PP-1	8	Passeiador	Nº-7	PP-1
5	Passeiador de Bancos	Nº-3	PP-1	5	Passeiador de Bancos	Nº-3	PP-1
1	Passeiador	Nº-7	PP-1	1	Passeiador de Academias Culturais	Nº-7	PP-1
1	Passeiador de Bancos	Nº-14	PP-1				

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº do Cargo	Denominação	Pos.	Parte Tabelar	Nº do Cargo	Denominação	Ref.	Parte Tabelar
1	Secretaria de Guerra (Militar)	5º	PP-1				
1	Secretaria de Planejamento	5º	PP-1	10	Secretaria Militar -	SM	PP-1
3	Secretaria das At. Militares -	5º	PP-1				
10	Secretaria de Guerra	5º	PP-1				
1	Secretaria (Militar) do Exército Brasileiro	5º-16	PP-1				
33	Secretaria Executiva	5º-1	PP-1	33	Secretaria de Gabinete	SG-1	PP-1
5	Secretaria Executiva (Administrativa -	5º-1	PP-1				
	Executiva)	5º-1	PP-1	5	Assessoria Administrativa	SA-5	PP-1
1	Secretaria Particular de Protocolo	5º-16	PP-1	1	Secretaria Particular de Protocolo	SA-15	PP-1
6	Subsecretaria de Setor de Linhas			6	Subsecretaria de Turmas de Linhas	SL-6	PP-1
	Pd/16	13	54		SL/16	SA-2	PP-1
5	Subsecretaria de	5º-16	PP-1	5	Subsecretaria de	SA-16	PP-1

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
PP de Cargos	Denominação	NºF	Parte Tabela	PP de Cargos	Denominação	NºF	Parte Tabela
300	Assistente de Atividades Artísticas	PP-3	PP-1	300	Assistente de Atividades Artísticas	PP-3	PP-1
320	Assistente de Diretor de Escola 10 e 20 Graus	PP-6	PP-1	320	Assistente de Diretor de Escola 10 e 20 Graus	PP-6	PP-1
330	Coordenador de Atividades Culturais	PP-5	PP-1	330	Coordenador de Atividades Culturais	PP-5	PP-1
340	Coordenador Pedagógico 10 e 20 Graus	PP-6	PP-11	340	Coordenador Pedagógico 10 e 20 Graus	PP-6	PP-11
3	Coordenador Pedagógico de Deficientes Auditivos	PP-6	PP-11	3	Coordenador Pedagógico de Deficientes Auditivos	PP-6	PP-11
330	Coordenador Pedagógico - Educação Infantil	PP-6	PP-11	330	Coordenador Pedagógico - Educação Infantil	PP-6	PP-11
350	Delegado Regional de Educação	PP-10	PP-1	350	Delegado Regional de Educação	PP-10	PP-1
360	Diretor de Escola de 10 e 20 Graus	PP-6	PP-11	351	Diretor de Escola 10 e 20 Graus	PP-6	PP-11
370	Diretor de Escola de 10 e 20 Graus	PP-6	PP-1	370	Diretor de Escola 10 e 20 Graus	PP-6	PP-1
3	Diretor de Escola de Deficientes Auditivos	PP-6	PP-11	3	Diretor de Escola de Deficientes Auditivos	PP-6	PP-11
380	Diretor de Escola de Educação Infantil	PP-6	PP-11	350	Diretor de Escola de Educação Infantil	PP-6	PP-11
390	Subdelegado Regional	PP-3	PP-1	390	Subdelegado Regional	PP-3	PP-1

LISTAÇÃO ATUAL					LISTAÇÃO ANUA				
NO de Anexo	CD-ANS Subseção	Denominação	Ref.	Período Tabela	NO de Anexos Número de Meses	Denominação	Ref.	Período Tabela	
20	7	Inspeção Geral Nacional	OCN-6	12-11	10	Inspeção Geral Nacional	OCN-6	12-11	
45	3	Inspeção	OCN-3	12-11	45	Inspeção	OCN-3	12-11	
80	9	Sub-Inspeção	OCN-9	12-11	80	Sub-Inspeção	OCN-9	12-11	
104	10	Guarda Civil Metropolitana			104	Guarda Civil Metropolitana			
		Classe Distância	OCN-1	12-11		Classe Distância	OCN-1	12-11	
216	22	Guarda Civil Metropolitana			216	Guarda Civil Metropolitana			
		Classe Nacional	OCN-2	12-11		Classe Nacional	OCN-2	12-11	
2041	445	Guarda Civil Metropolitana	OCN-1	12-11	2041	Guarda Civil Metropolitana	OCN-1	12-11	

* Descreção e Abreviação de 101 até 102 de 10 de dezembro de 1981

SITUAÇÃO		ANAL	SITUAÇÃO		NOVA
Nº DE CARGO	DESCRIÇÃO	Nº DE CARGO	DESCRIÇÃO	Nº DE CARGO	DESCRIÇÃO
1	SUPERINTENDENTE TÉCNICO	2a-1	1	SUPERINTENDENTE	2a-1
1	SUPERVISOR DE ÁREA	2a-1	1	SUPERVISOR TÉCNICO II	2a-12
1	SUPERVISOR DE CLARO	2a-7	1	SUPERVISOR DE CLARO	2a-7
1	1 SUPERVISOR DE EMPRESA PÚBLICA	2a-1	1	SUPERVISOR TÉCNICO II	2a-12
11	SUPERVISOR REGIONAL	2a-11	11	SUPERVISOR TÉCNICO II	2a-12
1	SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO DE MÃO E MÃO	2a-11	1	SUPERVISOR TÉCNICO II	2a-12
1	EMPRESA DE DEPARTAMENTO	2a-1	1	EMPRESA DE DEPARTAMENTO	2a-7
2	TABULETADO	17	2	TABULETADO	2a-1
3	TÉCNICO DE CONTABILIDADE GERAL, A. E	19	3	TÉCNICO DE SETOR II	2a-1
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM FÍSICA GERAL	2a-1	3	EMPRESA DE SETOR TÉCNICA	2a-10
1	TÉCNICO DE ENFERMAGEM FÍSICA GERAL, TEC	2a-1	1	EMPRESA DE SETOR TÉCNICA	2a-12
1	TÉCNICO DE ELÉTRICA	17	1	TÉCNICO DE ELÉTRICA	2a-1
1	TÉCNICO DE ENFERMAGEM GERAL	2a-7	1	TÉCNICO DE ENFERMAGEM GERAL	2a-1
1	TÉCNICO DE MÃO GERAL	16	1	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	2a-1
1	TRABALHADOR DE FÁBRICA	7	1	TRABALHADOR DE FÁBRICA	2a-1
10	TRABALHADOR DE ÁREA	3	10	TRABALHADOR DE ÁREA	2a-1
1	TRABALHADOR DE MÃO GERAL	7	1	TRABALHADOR DE MÃO GERAL	2a-1

NU. de Cargos	Payto Tabela	DESIGNAÇÃO	
1	PP-121	Assistente Social	
33	PP-122	Auditor I	
15	PP-123	Auditor II	
6	PP-124	Auditor III	
5	PP-125	Bibliotecária	
40	PP-126	Contador	

PP-111	Procurador 1	PP-1
PP-112	Procurador 2	PP-2
PP-113	Procurador 3	PP-3
PP-114	Procurador 4	PP-4
PP-115	Procurador 5	PP-5
PP-116	Procurador 6	PP-6
PP-117	Procurador 7	PP-7
PP-118	Procurador 8	PP-8
PP-119	Procurador 9	PP-9
PP-120	Procurador 10	PP-10
PP-121	Procurador 11	PP-11
PP-122	Procurador 12	PP-12
PP-123	Procurador 13	PP-13
PP-124	Procurador 14	PP-14
PP-125	Procurador 15	PP-15
PP-126	Procurador 16	PP-16
PP-127	Procurador 17	PP-17
PP-128	Procurador 18	PP-18
PP-129	Procurador 19	PP-19
PP-130	Procurador 20	PP-20

PP de Cargos	Parte Tabela	Denominação	Ref.
30	PP-111	Vigilante de Contabilidade 1	PP-1
31	PP-112	Vigilante de Contabilidade 2	PP-2
32	PP-113	Vigilante de Contabilidade 3	PP-3
33	PP-114	Vigilante de Contabilidade 4	PP-4
34	PP-115	Vigilante de Contabilidade 5	PP-5
35	PP-116	Vigilante de Contabilidade 6	PP-6
36	PP-117	Vigilante de Contabilidade 7	PP-7
37	PP-118	Vigilante de Contabilidade 8	PP-8
38	PP-119	Vigilante de Contabilidade 9	PP-9
39	PP-120	Vigilante de Contabilidade 10	PP-10
40	PP-121	Vigilante de Contabilidade 11	PP-11
41	PP-122	Vigilante de Contabilidade 12	PP-12
42	PP-123	Vigilante de Contabilidade 13	PP-13
43	PP-124	Vigilante de Contabilidade 14	PP-14
44	PP-125	Vigilante de Contabilidade 15	PP-15
45	PP-126	Vigilante de Contabilidade 16	PP-16
46	PP-127	Vigilante de Contabilidade 17	PP-17
47	PP-128	Vigilante de Contabilidade 18	PP-18
48	PP-129	Vigilante de Contabilidade 19	PP-19
49	PP-130	Vigilante de Contabilidade 20	PP-20

PP de Cargos	Parte Tabela	Denominação	Ref.
50	PP-131	Procurador 21	PP-21
51	PP-132	Procurador 22	PP-22
52	PP-133	Procurador 23	PP-23
53	PP-134	Procurador 24	PP-24
54	PP-135	Procurador 25	PP-25
55	PP-136	Procurador 26	PP-26
56	PP-137	Procurador 27	PP-27
57	PP-138	Procurador 28	PP-28
58	PP-139	Procurador 29	PP-29
59	PP-140	Procurador 30	PP-30
60	PP-141	Procurador 31	PP-31
61	PP-142	Procurador 32	PP-32
62	PP-143	Procurador 33	PP-33
63	PP-144	Procurador 34	PP-34
64	PP-145	Procurador 35	PP-35
65	PP-146	Procurador 36	PP-36
66	PP-147	Procurador 37	PP-37
67	PP-148	Procurador 38	PP-38
68	PP-149	Procurador 39	PP-39
69	PP-150	Procurador 40	PP-40
70	PP-151	Procurador 41	PP-41
71	PP-152	Procurador 42	PP-42
72	PP-153	Procurador 43	PP-43
73	PP-154	Procurador 44	PP-44
74	PP-155	Procurador 45	PP-45
75	PP-156	Procurador 46	PP-46
76	PP-157	Procurador 47	PP-47
77	PP-158	Procurador 48	PP-48
78	PP-159	Procurador 49	PP-49
79	PP-160	Procurador 50	PP-50
80	PP-161	Procurador 51	PP-51
81	PP-162	Procurador 52	PP-52
82	PP-163	Procurador 53	PP-53
83	PP-164	Procurador 54	PP-54
84	PP-165	Procurador 55	PP-55
85	PP-166	Procurador 56	PP-56
86	PP-167	Procurador 57	PP-57
87	PP-168	Procurador 58	PP-58
88	PP-169	Procurador 59	PP-59
89	PP-170	Procurador 60	PP-60
90	PP-171	Procurador 61	PP-61
91	PP-172	Procurador 62	PP-62
92	PP-173	Procurador 63	PP-63
93	PP-174	Procurador 64	PP-64
94	PP-175	Procurador 65	PP-65
95	PP-176	Procurador 66	PP-66
96	PP-177	Procurador 67	PP-67
97	PP-178	Procurador 68	PP-68
98	PP-179	Procurador 69	PP-69
99	PP-180	Procurador 70	PP-70
100	PP-181	Procurador 71	PP-71
101	PP-182	Procurador 72	PP-72
102	PP-183	Procurador 73	PP-73
103	PP-184	Procurador 74	PP-74
104	PP-185	Procurador 75	PP-75
105	PP-186	Procurador 76	PP-76
106	PP-187	Procurador 77	PP-77
107	PP-188	Procurador 78	PP-78
108	PP-189	Procurador 79	PP-79
109	PP-190	Procurador 80	PP-80
110	PP-191	Procurador 81	PP-81
111	PP-192	Procurador 82	PP-82
112	PP-193	Procurador 83	PP-83
113	PP-194	Procurador 84	PP-84
114	PP-195	Procurador 85	PP-85
115	PP-196	Procurador 86	PP-86
116	PP-197	Procurador 87	PP-87
117	PP-198	Procurador 88	PP-88
118	PP-199	Procurador 89	PP-89
119	PP-200	Procurador 90	PP-90
120	PP-201	Procurador 91	PP-91
121	PP-202	Procurador 92	PP-92
122	PP-203	Procurador 93	PP-93
123	PP-204	Procurador 94	PP-94
124	PP-205	Procurador 95	PP-95
125	PP-206	Procurador 96	PP-96
126	PP-207	Procurador 97	PP-97
127	PP-208	Procurador 98	PP-98
128	PP-209	Procurador 99	PP-99
129	PP-210	Procurador 100	PP-100
130	PP-211	Procurador 101	PP-101
131	PP-212	Procurador 102	PP-102
132	PP-213	Procurador 103	PP-103
133	PP-214	Procurador 104	PP-104
134	PP-215	Procurador 105	PP-105
135	PP-216	Procurador 106	PP-106
136	PP-217	Procurador 107	PP-107
137	PP-218	Procurador 108	PP-108
138	PP-219	Procurador 109	PP-109
139	PP-220	Procurador 110	PP-110
140	PP-221	Procurador 111	PP-111
141	PP-222	Procurador 112	PP-112
142	PP-223	Procurador 113	PP-113
143	PP-224	Procurador 114	PP-114
144	PP-225	Procurador 115	PP-115
145	PP-226	Procurador 116	PP-116
146	PP-227	Procurador 117	PP-117
147	PP-228	Procurador 118	PP-118
148	PP-229	Procurador 119	PP-119
149	PP-230	Procurador 120	PP-120
150	PP-231	Procurador 121	PP-121
151	PP-232	Procurador 122	PP-122
152	PP-233	Procurador 123	PP-123
153	PP-234	Procurador 124	PP-124
154	PP-235	Procurador 125	PP-125
155	PP-236	Procurador 126	PP-126
156	PP-237	Procurador 127	PP-127
157	PP-238	Procurador 128	PP-128
158	PP-239	Procurador 129	PP-129
159	PP-240	Procurador 130	PP-130
160	PP-241	Procurador 131	PP-131
161	PP-242	Procurador 132	PP-132
162	PP-243	Procurador 133	PP-133
163	PP-244	Procurador 134	PP-134
164	PP-245	Procurador 135	PP-135
165	PP-246	Procurador 136	PP-136
166	PP-247	Procurador 137	PP-137
167	PP-248	Procurador 138	PP-138
168	PP-249	Procurador 139	PP-139
169	PP-250	Procurador 140	PP-140
170	PP-251	Procurador 141	PP-141
171	PP-252	Procurador 142	PP-142
172	PP-253	Procurador 143	PP-143
173	PP-254	Procurador 144	PP-144
174	PP-255	Procurador 145	PP-145
175	PP-256	Procurador 146	PP-146
176	PP-257	Procurador 147	PP-147
177	PP-258	Procurador 148	PP-148
178	PP-259	Procurador 149	PP-149
179	PP-260	Procurador 150	PP-150
180	PP-261	Procurador 151	PP-151
181	PP-262	Procurador 152	PP-152
182	PP-263	Procurador 153	PP-153
183	PP-264	Procurador 154	PP-154
184	PP-265	Procurador 155	PP-155
185	PP-266	Procurador 156	PP-156
186	PP-267	Procurador 157	PP-157
187	PP-268	Procurador 158	PP-158
188	PP-269	Procurador 159	PP-159
189	PP-270	Procurador 160	PP-160
190	PP-271	Procurador 161	PP-161
191	PP-272	Procurador 162	PP-162
192	PP-273	Procurador 163	PP-163
193	PP-274	Procurador 164	PP-164
194	PP-275	Procurador 165	PP-165
195	PP-276	Procurador 166	PP-166
196	PP-277	Procurador 167	PP-167
197	PP-278	Procurador 168	PP-168
198	PP-279	Procurador 169	PP-169
199	PP-280	Procurador 170	PP-170
200	PP-281	Procurador 171	PP-171
201	PP-282	Procurador 172	PP-172
202	PP-283	Procurador 173	PP-173
203	PP-284	Procurador 174	PP-174
204	PP-285	Procurador 175	PP-175
205	PP-286	Procurador 176	PP-176
206	PP-287	Procurador 177	PP-177
207	PP-288	Procurador 178	PP-178
208	PP-289	Procurador 179	PP-179
209	PP-290	Procurador 180	PP-180
210	PP-291	Procurador 181	PP-181
211	PP-292	Procurador 182	PP-182
212	PP-293	Procurador 183	PP-183
213	PP-294	Procurador 184	PP-184
214	PP-295	Procurador 185	PP-185
215	PP-296	Procurador 186	PP-186
216	PP-297	Procurador 187	PP-187
217	PP-298	Procurador 188	PP-188
218	PP-299	Procurador 189	PP-189
219	PP-300	Procurador 190	PP-190
220	PP-301	Procurador 191	PP-191
221	PP-302	Procurador 192	PP-192
222	PP-303	Procurador 193	PP-193
223	PP-304	Procurador 194	PP-194
224	PP-305	Procurador 195	PP-195
225	PP-306	Procurador 196	PP-196
226	PP-307	Procurador 197	PP-197
227	PP-308	Procurador 198	PP-198
228	PP-309	Procurador 199	PP-199
229	PP-310	Procurador 200	PP-200
230	PP-311	Procurador 201	PP-201
231	PP-312	Procurador 202	PP-202
232	PP-313	Procurador 203	PP-203
233	PP-314	Procurador 204	PP-204
234	PP-315	Procurador 205	PP-205
235	PP-316	Procurador 206	PP-206
236	PP-317	Procurador 207	PP-207
237	PP-318	Procurador 208	PP-208
238	PP-319	Procurador 209	PP-209
239	PP-320	Procurador 210	PP-210
240	PP-321	Procurador 211	PP-211
241	PP-322	Procurador 212	PP-212
242	PP-323	Procurador 213	PP-213
243	PP-324	Procurador 214	PP-214
244	PP-325	Procurador 215	PP-215
245	PP-326	Procurador 216	PP-216
246	PP-327	Procurador 217	PP-217
247	PP-328	Procurador 218	PP-218
248	PP-329	Procurador 219	PP-219
249	PP-330	Procurador 220	PP-220
250	PP-331	Procurador 221	PP-221
251	PP-332	Procurador 222	PP-222
252	PP-333	Procurador 223	PP-223
253	PP-334	Procurador 224	PP-224
254	PP-335	Procurador 225	PP-225
255	PP-336	Procurador 226	PP-226
256	PP-337	Procurador 227	PP-227
257	PP-338	Procurador 228	PP-228
258	PP-339	Procurador 229	PP-229
259	PP-340	Procurador 230	PP-230
260	PP-341	Procurador 231	PP-231
261	PP-342	Procurador 232	PP-232
262	PP-343	Procurador 233	PP-233
263	PP-344	Procurador 234	PP-234
264	PP-345	Procurador 235	PP-235
265	PP-346	Procurador 236	PP-236
266	PP-347	Procurador 237	PP-237
267	PP-348	Procurador 238	PP-238
268	PP-349	Procurador 239	PP-239
269	PP-350	Procurador 240	PP-240
270	PP-351	Procurador 241	PP-241
271	PP-352	Procurador 242	PP-242
272	PP-353	Procurador 243	PP-243
273	PP-354	Procurador 244	PP-244
274	PP-355	Procurador 245	PP-245
275	PP-356	Procurador 246	PP-246
276	PP-357	Procurador 247	PP-247
277	PP-358	Procurador 248	PP-248
278	PP-359	Procurador 249	PP-249
279	PP-360	Procurador 250	PP-250
280	PP-361	Procurador 251	PP-251
281	PP-362	Procurador 252	PP-252

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha 12 de 12
do 1992
Condida

ANO 35

SÃO PAULO - QUARTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 1990

NÚMERO 131

GABINETE DO PREFEITO

Rev. Padre Manoel da Nóbrega - Pq. Barapuera - PAIX: 549-0885

LEI Nº 10.869, DE 17 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre a estrutura dos Distritos de Saúde de Campo Limpo e de Ermelino Matarazzo, da Secretaria Municipal de Saúde; cria cargos, e dá outras providências.

LUÍZA BRUNDA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 29 de junho de 1990, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os Distritos de Saúde de Campo Limpo e de Ermelino Matarazzo, constantes do Decreto Nº 27.724, de 5 de abril de 1989, ficam estruturados na seguinte conformidade:

- I - Conselho Distrital de Saúde;
- II - Direção Geral;
- III - Direção Adjunta;
- IV - Assessoria Técnica;
- V - Assessoria Jurídica;
- VI - Comissão de Ética Profissional;
- VII - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;

VIII - Núcleo de Epidemiologia, Pesquisa e Informação;

IX - Equipe Técnica de Informação em Saúde;

X - Divisão Técnica de Recursos Humanos;

a) Seção Técnica de Administração, Recrutamento e Seleção de Pessoal;

b) Seção Técnica de Desenvolvimento de Pessoal;

XII - Divisão Técnica de Finanças, com:

a) Setor de Compras;

b) Seção Técnica de Contabilidade e Custos, com: Setor do Patrimônio;

c) Setor de Almoxarifado;

XIII - Divisão Técnica Administrativa, com:

a) Seção Técnica de Abastecimento de Material e Medicamentos;

b) Seção de Encargos Gerais, com:

1 - Setor de Lavanderia e Costura;

2 - Setor de Tráfego;

3 - Setor de Comunicação e Reprografia;

c) Setor de Expediente;

XIV - Divisão Técnica de Atenção à Saúde I,

a) Assistência Técnica;

b) Hospital Dia;

c) Lar Abrigado;

d) Unidade de Reabilitação;

e) Ambulatório de Especialidade;

f) Unidade Básica de Saúde;

g) Pronto Socorro - Seção Técnica - com:

Setor Técnico de Enfermagem;

com:

a) Assistência Técnica;

b) Clínica Médica - Seção Técnica - com:

Setor Técnico de Enfermagem;

c) Clínica Pediátrica - Seção Técnica - com:

Setor Técnico de Enfermagem;

d) Clínica de Ginecologia e Obstetrícia - Seção Técnica - com: Setor Técnico de Enfermagem;

e) Berçário - Seção Técnica - com: Setor Técnico de Enfermagem;

f) Clínica Cirúrgica - Seção Técnica - com:

Setor Técnico de Enfermagem;

g) Clínica de Saúde Mental - Seção Técnica - com: Setor Técnico de Enfermagem;

h) Unidade de Terapia Intensiva - Seção Técnica - com: Setor Técnico de Enfermagem;

XVI - Divisão Técnica de Apoio - Auxiliar,

a) Assistência Técnica;

b) Hemoterapia;

c) Centro Cirúrgico - Seção Técnica - com:

Setor Técnico de Enfermagem;

d) Centro Obstétrico - Seção Técnica - com: Setor Técnico de Enfermagem;

e) Laboratório de Anato-Pathologia;

f) Patologia;

g) Nutrição e Dietética;

h) Radiologia;

i) Laboratório de Patologia Clínica;

j) Eletrocardiografia;

k) Anestesia e Anestesiologia;

l) Esterilização de Material;

XVII - Divisão Técnica de Manutenção, com:

a) Setor de Manutenção Predial;

b) Setor de Manutenção de Equipamentos;

XVIII - Comissão de Proteção à Saúde;

Art. 2º - Os equipamentos de saúde referidos no Anexo V desta lei ficam subordinados aos Distritos de Saúde de Campo Limpo e Ermelino Matarazzo, na forma e com as denominações que constam da "Situação Nova", do mesmo anexo.

Art. 3º - As atribuições das unidades referidas no artigo 1º desta lei serão regulamentadas por decreto.

Art. 4º - Ficam criados na PF-I do Quadro Geral de Pessoal, os cargos discriminados nas Tabelas A e B do Anexo II desta lei, destinados aos Distritos de Saúde de Campo Limpo e Ermelino Matarazzo.

Art. 5º - Ficam criados na PF-III do Quadro Geral de Pessoal, os cargos discriminados nas Tabelas A e B do Anexo II desta lei, destinados aos Distritos de Saúde de Campo Limpo e Ermelino Matarazzo.

Art. 6º - O provimento dos cargos constantes da Tabela A do Anexo II desta lei far-se-á:

I - Mediante concurso público, para os cargos da classe inicial;

II - Mediante concurso de acesso, dentre titulares de cargos da classe imediatamente inferior, para os cargos das classes superiores.

Art. 7º - Os cargos constantes da Tabela B do Anexo II desta lei serão providos mediante concurso público, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º - Com a criação dos cargos previstos no artigo 5º, discriminados na Tabela A do Anexo

II desta lei, as respectivas carreiras passam a ter as estruturas indicadas na Situação Nova do Anexo III.

Art. 9º - Os cargos provisoriamente constantes no Anexo III da forma do Anexo III desta lei, correspondem aos cargos vagos existentes nos níveis superiores das carreiras ora estruturadas, e permitirão o atendimento imediato das necessidades da Administração, com quantidade de servidores a ser determinada pela Administração.

Art. 10 - Na vacância de cargos no Nível I, por acaso de seus titulares a cargos superiores da carreira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - Quando se tratar de cargo provisoriamente situado no Nível I, será ele excluído dessa situação;

II - Quando se tratar de cargo definitivamente situado no Nível I, será ele preenchido por titular de cargo em situação provisória, sendo este, por sua vez, dele excluído.

Parágrafo Único - O procedimento adotado no "caput" deste artigo será obedecido até que a quantidade de cargos situados no Nível I da carreira fique reduzida aos cargos constantes, de forma definitiva, do Anexo III desta lei.

Art. 11 - Respeitado o exposto nesta lei, mantidas as delimitações geográficas constantes do Anexo VI, o organograma dos Distritos de Saúde de Campo Limpo e Ermelino Matarazzo será aprovado por decreto do Executivo.

Art. 12 - Os ocupantes de cargos de Diretoria de Distritos, de Divisões, de Assessorias, de Assessorias Técnicas e Encargos de Setores Técnicos ficarão sujeitos à jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 13 - Os cargos previstos nas Tabelas A e B do Anexo I, de livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, serão providos dentre funcionários públicos municipais, titulares de cargos da respectiva carreira.

§ 1º - Na ausência de funcionários nas condições previstas no "caput" deste artigo, os cargos serão ocupados por servidores públicos municipais em exercício em funções correspondentes.

§ 2º - Excluem-se das condições estabelecidas no "caput" e no parágrafo, os funcionários públicos de Saúde oriundos de Instituições públicas federais e estaduais na decorrência da implementação do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 14 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 18 de Julho de 1990, 4379 da Fundação de São Paulo.

LUÍZA BRUNDA DE SOUSA, PREFEITA

WALTER PIVA RODRIGUES, Secretário dos Negócios Jurídicos

ANTONIO KNAUL, Secretário dos Negócios de Administração

FERNANDO FRECHIO FILHO, Secretário Municipal de Administração

CARLOS ALBERTO FLEISHER, Secretário Municipal de Saúde

LADIELAS DOMINGOS, Secretária dos Recursos Humanos

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 17 de Julho de 1990.

JOSE EDUARDO MARTINS CARDOSO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI Nº 10.869, DE 17 DE JULHO DE 1990

DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO - TABELA A			
DESCRIÇÃO DO CARGO	REF.	LOT.	FORMA DE PROVIMENTO
I - DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO	01-01	01	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, de nível universitário, de área de Saúde (1 cargo)
II - DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO	01-02	01	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, de nível universitário, de área de Saúde (1 cargo)
III - DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO	01-03	01	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, de nível universitário, de área de Saúde (1 cargo)

DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO - TABELA B			
DESCRIÇÃO DO CARGO	REF.	LOT.	FORMA DE PROVIMENTO
I - DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO	01-01	01	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, de nível universitário, de área de Saúde (1 cargo)
II - DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO	01-02	01	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, de nível universitário, de área de Saúde (1 cargo)
III - DISTRITO DE SAÚDE DE CAMPO LIMPO	01-03	01	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, de nível universitário, de área de Saúde (1 cargo)

INDICADORES ECONÔMICOS MUNICIPAIS

- 1) UFM - Unidade Fiscal do Município
• Valor mensal (Jul/90) - Cr\$ 3.064,00
- 2) IPTU
3,3811
(Fator de correção da parcela de Jul/90)

Fonte: Secretaria das Finanças

SUMÁRIO

Secretarias	8
Serviço Funerário do Município	24
Editais	24
Licitações	27
Câmara Municipal	28
Tribunal de Contas	28

Esta edição é composta de 28 páginas.



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

EDITADO PELO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
DA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Jornalista Responsável
ÁLVARO L. A. GUERRA
M.T.C. 7619 — MS 2381

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Alameda Santos, 2.356 — CEP 01416 — Cerqueira César.
Publicação — Telefone: Direto 853-0335
PBK 853-0866 — Ramal 113

Recebimento de originais das unidades municipais até 17 horas

ASSINATURAS

IMPENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. — IMESP
Telefone 291-3344 — Ramais 221 e 238

Assinatura com Remessa		Anual Cr\$ 7.820,00
Assinatura com Remessa		Semanal Cr\$ 3.610,00

— VENDA AVULSA —

Exemplar do dia Cr\$ 35,00 — Exemplar atrasado Cr\$ 70,00

Impressão em

 **IMPENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP**

Rua da Mooca, 1 921 — CEP 03101 FONE (PBK) 291-3344

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
PP	DESCRIÇÃO	REF.	PP	DESCRIÇÃO	PP	DESCRIÇÃO	REF.	PP	DESCRIÇÃO
01	Podólogo III	01-3	PP-111	01	Podólogo III	01-3	PP-111	01	Podólogo III
02	Podólogo II	02-3	PP-111	02	Podólogo II	02-3	PP-111	02	Podólogo II
03	Podólogo I	03-3	PP-111	03	Podólogo I	03-3	PP-111	03	Podólogo I
04					04				
05					05				
06					06				
07					07				
08					08				
09					09				
10					10				
11					11				
12					12				
13					13				
14					14				
15					15				
16					16				
17					17				
18					18				
19					19				
20					20				
21					21				
22					22				
23					23				
24					24				
25					25				
26					26				
27					27				
28					28				
29					29				
30					30				
31					31				
32					32				
33					33				
34					34				
35					35				
36					36				
37					37				
38					38				
39					39				
40					40				
41					41				
42					42				
43					43				
44					44				
45					45				
46					46				
47					47				
48					48				
49					49				
50					50				
51					51				
52					52				
53					53				
54					54				
55					55				
56					56				
57					57				
58					58				
59					59				
60					60				
61					61				
62					62				
63					63				
64					64				
65					65				
66					66				
67					67				
68					68				
69					69				
70					70				
71					71				
72					72				
73					73				
74					74				
75					75				
76					76				
77					77				
78					78				
79					79				
80					80				
81					81				
82					82				
83					83				
84					84				
85					85				
86					86				
87					87				
88					88				
89					89				
90					90				
91					91				
92					92				
93					93				
94					94				
95					95				
96					96				
97					97				
98					98				
99					99				
100					100				


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

QUADRO ILUSTRATIVO "B"

TOTAL GERAL DOS DISTRITOS DE SAÚDE

DE: CAMPO LIMPO E ERMELINO MATARAZZO

TOTAL FUNCIONÁRIOS	QTD.
DS - ERMELINO MATARAZZO	2346
DS - CAMPO LIMPO	1829
TOTAL GERAL	4175

LEI Nº 10.955, DE 28 DE JANEIRO DE 1.991.
"D.O.M." , DE 29 DE JANEIRO DE 1.991.

Folha n.º	30	de proc.
n.º	0202	de 19 92
Candido		

LEI Nº 10.955, DE 28 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a estrutura dos Distritos de Saúde de Vila Maria, Butantã, Sapopemba e Vila Matilde da Secretaria Municipal da Saúde; cria cargos, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de dezembro de 1990, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os Distritos de Saúde de Vila Maria, Butantã, Sapopemba e Vila Matilde, constantes do Decreto nº 27.724, de 6 de abril de 1989, ficam estruturados na seguinte conformidade:

I - Conselho Distrital de Saúde;

II - Direção Geral;

III - Direção Adjunta;

IV - Conselho Técnico Administrativo;

V - Assessoria Técnica;

VI - Assessoria Jurídica;

VII - Comissão de Ética Profissional;

VIII - Núcleo de Epidemiologia, Pesquisa e Informação, com:

a) Comissão de Controle de Infecção;

b) Equipe Técnica de Epidemiologia;

c) Equipe Técnica de Informação em Saúde;

IX - Divisão Técnica de Recursos Humanos, com:

a) Seção Técnica de Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal;

b) Seção Técnica de Administração de Pessoal;

X - Divisão Técnica de Finanças, com:

a) Seção Técnica de Contabilidade, com:

- Setor de patrimônio;

b) Seção Técnica de Suprimentos, com:

1. Setor de Compras;

2. Setor de Almoxarifado;

XI - Divisão Técnica Administrativa, com:

a) Seção de Encargos Gerais, com:

1. Setor de Lavanderia e Costura;

2. Setor de Comunicação e Reprografia;

b) Setor de Transportes Internos;

c) Setor de Protocolo;

XII - Divisão Técnica de Internação, com:

a) Clínica Médica e Cirúrgica, com Setor Técnico de Enfermagem;

b) Clínica Pediátrica, com Setor Técnico de Enfermagem;

c) Clínica de Ginecologia e Obstetrícia, com Setor Técnico de Enfermagem;

d) Berçário, com Setor Técnico de Enfermagem;

XIII - Divisão Técnica de Emergência, com Setor Técnico de Enfermagem;

XIV - Divisão Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, com:

a) Assistência Técnica;

b) Laboratório de Análises Clínicas;

c) Diagnóstico por Imagem;

d) Farmácia;

e) Anestesia e Gasoterapia;

f) Esterilização de Material;

g) Nutrição e Dietética;

h) Centro Cirúrgico e Obstétrico, com Setor Técnico de Enfermagem;

XV - Seção Técnica de Manutenção, com:

a) Setor de Manutenção Predial;

b) Setor de Manutenção de Equipamentos;

XVI - Centro Infantil de Proteção à Saúde.

Parágrafo único - A Divisão Técnica de Internação do Distrito de Saúde do Butantã terá apenas as Clínicas arroladas sob alíneas "c" e "d" no item XII deste artigo.

Art. 2º - Os equipamentos de saúde referidos no Anexo V desta lei ficam subordinados aos Distritos de Saúde de Vila Maria, Butantã, Sapopemba e Vila Matilde, com as denominações que constam da "Situação Nova" do mesmo anexo.

Art. 3º - As atribuições das unidades referidas no artigo 1º desta lei serão regulamentadas por decreto.

Art. 4º - Ficam criados na PP-I do Quadro Geral do Pessoal os cargos discriminados nas Tabelas "A", "B", "C" e "D" do Anexo I, destinados aos Distritos de Saúde ora estruturados.

SMS

Proc. 02.001.455.30.997

Dec. 29.711/91
Equip. de Saúde

Dec. 11.045/91

Lei 11.150/91

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 241 / 90

EXECUTIVO

Art. 59 - Ficam criados na PP-III do Quadro Geral do Pessoal os cargos discriminados nas Tabelas "A" e "B" do Anexo II desta lei.

Art. 69 - O provimento dos cargos constantes da Tabela "A" do Anexo II, far-se-á:

I - Mediante concurso público, para os cargos da classe inicial;

II - Mediante concurso de acesso, para titulares de cargos da classe imediatamente inferior, para os cargos das classes superiores.

Art. 79 - Os cargos indicados na Tabela "B" do Anexo II serão providos mediante concurso público, na forma da legislação em vigor.

Art. 89 - Com a criação dos cargos previstos no artigo 59, discriminados na Tabela "A" do Anexo II desta lei, as respectivas carreiras passam a ter as estruturas indicadas na "Situação Nova" do Anexo III.

Art. 99 - Os cargos provisoriamente constantes no Nível I, na forma do Anexo III desta lei, correspondem aos cargos vagos existentes nos níveis superiores das carreiras ora reestruturadas, e permitirão o atendimento imediato das necessidades da Administração, com quantidade de servidores suficientes.

Art. 10 - Na vacância de cargos no Nível I, por acesso de seus titulares a cargos superiores da carreira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - Quando se tratar de cargo provisoriamente situado no Nível I, será ele excluído dessa situação;

II - Quando se tratar de cargo definitivamente situado no Nível I, será ele preenchido por titular de cargo em situação provisória, sendo este, por sua vez, dela excluído.

Parágrafo Único - O procedimento adotado no "caput" deste artigo será obedecido até que a quantidade de cargos situados no Nível I da carreira fique reduzida aos cargos constantes, de forma definitiva, do Anexo III desta lei.

Art. 11 - Ficam aprovados, na conformidade dos Anexos IV e IV-A desta lei, os organogramas dos Distritos de Saúde da Vila Maria, Sapopemba, Vila Matilde e Butantã, com as delimitações geográficas constantes do Anexo VI.

Art. 12 - Os ocupantes de cargos de Diretoria de Distrito, de Divisões, de Assessorias, de Assistência Técnica, de Chefias Técnicas, e de Encarregaturas de Setores Técnicos ficam sujeitos à jornada de trabalho "H-40".

Art. 13 - (VETADO).

Art. 14 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, as quais fica desde já o Executivo autorizado a suplementar até o montante em que incorrer no presente exercício, além do limite previsto na lei orçamentária.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de janeiro de 1991, 4389 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

WALTER FIVA RODRIGUES, Respondendo pelo Cargo de Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

FERMINO FECHIO FILHO, Secretário Municipal da Administração

CARLOS ALBERTO PLETZ NEDER, Secretário Municipal da Saúde

SÉRGIO RABELLO TAMM RENAULT, Secretário Especial da Reforma Administrativa

LAURA BERNARDES, Respondendo pelo Cargo de Secretária dos

Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 28 de

janeiro de 1991.

ALBA REGINA DO VAL, Respondendo pelo Cargo de Secretária

do Governo Municipal


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO

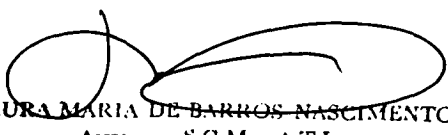
Folha n.º 33 de proc.
n.º 222 do 19 92
Concluído

ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 4º DA LEI Nº 10.955
DE 28 DE JANEIRO DE 1991

TABELA "A"

DISTRITO DE SAÚDE DE VILA MARIA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QTD.	REP.	PART. TABELA	FORMA DE PROVIMENTO
I - DIRETOR DE DISTRITO DE SAÚDE Direção Geral	01	DA-14	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre profissionais da área da Saúde, portadores de diploma de nível universitário com curso de Saúde Pública ou Administração Hospitalar ou Administração de Serviços de Saúde.
II - DIRETOR ADJUNTO Direção Adjunta	01	DA-13	PP-I	Livre provimento pelo Prefeito, em comissão dentre funcionários públicos da área da Saúde, portadores de diploma de nível universitário, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
III - ASSESSOR JURÍDICO - Assessoria Jurídica	01	DA-12	PP-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, titulares da carreira da Procurador.
IV - ASSESSOR TÉCNICO - Assessoria Técnica	04	DA-12	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos da área da Saúde, portadores de diploma de nível universitário. (2) Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos da área da Saúde, portadores de diploma de nível universitário, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde. (2)


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

34 de prov.
222 do 19 92
Condição

Laura Maria de Barros Nascimento
Assessoria Social - N.º 1

I - CHEFE DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa	01	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
II - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	02	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
III - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	03	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
IV - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	04	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
V - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	05	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
VI - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	06	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
VII - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	07	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
VIII - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	08	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
IX - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	09	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
X - ENCARREGADO DE SEÇÃO II - Direção Geral - Divisão Técnica Administrativa - Direção de Transportes e Comunicações - Divisão Técnica Administrativa (2)	10	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.

ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 40 DA LEI Nº 10.933
DE 28 DE JANEIRO DE 1971
TABELA "B" - DISTRITO DE SAÚDE DO BOMFIM

DESCRIÇÃO DO CARGO	QDSE	DEF.	FORMA DE PROVIMENTO
I - DIRETOR DE DISTRITO DE SAÚDE - Direção Geral	01	DA-14	PP-1 Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
II - DIRETOR ADJUNTO - Direção Geral	02	DA-13	PP-1 Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
III - ASSESSOR JURÍDICO - Assessoria Jurídica	03	DA-12	PP-1 Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
IV - ASSESSOR TÉCNICO - Assessoria Técnica	04	DA-12	PP-1 Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
V - DIRETOR DE SEÇÃO I - Direção Geral	05	DA-11	PP-1 Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
VI - DIRETOR DE SEÇÃO II - Direção Geral	06	DA-11	PP-1 Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
VII - DIRETOR DE SEÇÃO III - Direção Geral	07	DA-11	PP-1 Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
VIII - DIRETOR DE SEÇÃO IV - Direção Geral	08	DA-11	PP-1 Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
IX - DIRETOR DE SEÇÃO V - Direção Geral	09	DA-11	PP-1 Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.
X - DIRETOR DE SEÇÃO VI - Direção Geral	10	DA-11	PP-1 Livre provimento pelo Prefeito, dentro das condições públicas, com experiência mínima de 2 anos na área de saúde.

DE 28 DE JANEIRO DE 1991

TABLE 1

DISTRITO DE SAO DE SAPORENA

DESCRIÇÃO DO CARGO	OTIM.	NºF.	PARTES TABELA	FORMA DE PROVIMENTO
V - DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA - Divisão Técnica Administrativa	07	DA-12	PF-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Administração de Empresas ou Publico em habilitação profissional equivalente.
- Divisão Técnica de Finanças				Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Ciências Contábeis ou habilitação profissional equivalente.
- Médico de Epidemiologia, Pesquisas e Informação				Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Medicina ou habilitação profissional equivalente.
- Divisão Técnica de Secretos Munes				Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Direito Administrativo ou Direito Público.
- Divisão Técnica de Sanidade				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Medicina ou habilitação profissional equivalente.
- Divisão Técnica de Inspeção				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Engenharia ou Arquitetura.
- Divisão Técnica de Interação				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Psicologia ou Sociologia.
DEMONSTRAÇÃO DO CARGO	OTIM.	NºF.	PARTES TABELA	FORMA DE PROVIMENTO
- Divisão Técnica de Apoio Diagnóstico e de Suprimentos				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Farmácia ou Química.
VI - ASSISTENTE TÉCNICO II - Assistência Técnica - Divisão Técnica de Apoio Diagnóstico e de Suprimentos	02	DA-11	PF-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Farmácia ou Química.
VII - ASSISTENTE TÉCNICO I - Equipe Técnica de Epidemiologia, em Saúde - Núcleo de Epidemiologia, Pesquisa e Informação	02	DA-9	PF-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Medicina ou Epidemiologia.
VIII - CHEFE DE SEÇÃO TÉCNICA - Seção Técnica de Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento da Pessoal - Seção Técnica de Administração da Pessoal - Divisão Técnica de Recursos Humanos	17	DA-16	PF-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma em Administração de Recursos Humanos ou Administração Geral.

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.TL;

TABELA Nº 1
RESUMO DE SALDOS DE VAGA VANTAGEM

DESCRIÇÃO DO CASO	OTIM.	REZ.	PLANTE TABELA	FORMA DE PROVIMENTO
I - DIRETOR DE DISTRITO DE SAÚDE Direção Geral	01	DA-14	PP-1	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre profissionais de área da saúde, portadores de diploma de nível universitário em curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
II - DIRETOR ADJUNTO Direção Adjunta	01	DA-13	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, em comissão, dentre funcionários públicos da área da saúde, portadores de diploma de nível universitário em curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
III - ASSESSOR JURÍDICO Assessoria Jurídica	01	DA-12	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, titulares da carreira de Procurador.
IV - ASSESSOR TÉCNICO Assessoria Técnica	04	DA-12	PP-1	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre profissionais de área da saúde, portadores de diploma de nível universitário. (2)
V - DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA Divisão Técnica Administrativa	07	DA-12	PP-1	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de Administração de Empresas ou Publicidade ou habilitação profissional equivalente.
Divisão Técnica de Triagem				Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre profissionais de área da saúde, portadores de diploma de nível universitário. (2)
Divisão Técnica de Epidemiologia, Pesquisas e Diagnóstico				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de nível universitário, com experiência de 2 anos na área de Recursos Humanos.
Divisão Técnica de Recursos Humanos				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
Divisão Técnica de Emergência				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
Divisão Técnica de Internação				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
VI - ASSISTENTE TÉCNICO II Assessoria Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico	02	DA-11	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos da área da saúde, portadores de diploma de nível universitário, com experiência de 2 anos na área de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
VI - ASSISTENTE TÉCNICO I Assessoria Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico	02	DA-9	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos da área da saúde, portadores de diploma de nível universitário, com experiência de 2 anos na área de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
VII - CHEFE DE SEÇÃO TÉCNICA Assessoria Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico	17	DA-10	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos da área da saúde, portadores de diploma de nível universitário, com experiência de 2 anos na área de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
VIII - ASSISTENTE TÉCNICO I Assessoria Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico	02	DA-9	PP-1	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos da área da saúde, portadores de diploma de nível universitário, com experiência de 2 anos na área de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
IX - DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA Divisão Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico	07	DA-12	PP-1	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de Administração de Empresas ou Publicidade ou habilitação profissional equivalente.
Divisão Técnica de Triagem				Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre profissionais de área da saúde, portadores de diploma de nível universitário. (2)
Divisão Técnica de Epidemiologia, Pesquisas e Diagnóstico				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de nível universitário, com experiência de 2 anos na área de Recursos Humanos.
Divisão Técnica de Recursos Humanos				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
Divisão Técnica de Emergência				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
Divisão Técnica de Internação				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
X - DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA Divisão Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico	07	DA-12	PP-1	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de Administração de Empresas ou Publicidade ou habilitação profissional equivalente.
Divisão Técnica de Triagem				Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre profissionais de área da saúde, portadores de diploma de nível universitário. (2)
Divisão Técnica de Epidemiologia, Pesquisas e Diagnóstico				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de nível universitário, com experiência de 2 anos na área de Recursos Humanos.
Divisão Técnica de Recursos Humanos				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
Divisão Técnica de Emergência				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.
Divisão Técnica de Internação				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Médico, com curso de Saúde Pública ou Administração de Serviços de Saúde.

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

- Seção Técnica de Manutenção				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de Engenheiro, titulares da carreira de Engenheiro.
- Centro Infantil de Proteção à Saúde				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de nível universitário na área de Ciências Humanas.
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QTD.	REF.	PART. TABELA	FORMA DE PROVIMENTO
- Seção Técnica de Contabilidade - Divisão Técnica de Finanças - Seção Técnica de Suprimentos - Divisão Técnica de Finanças				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Contador.
IX - ENCARREGADO DE SETOR TÉCNICO	04	DA-9	PP-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, portadores de diploma de nível universitário, com 2 anos de experiência na área.
- Setor Técnico de Enfermagem - Divisão Técnica de Emergência				Livre provimento pelo Prefeito, dentre titulares de cargos de Enfermeiro.
- Setor Técnico de Enfermagem, Clínica Médica e Cirúrgica				
- Setor Técnico de Enfermagem de Clínica Pediátrica				
- Setor Técnico de Enfermagem de Clínica de Ginecologia e Obstetrícia				
- Setor Técnico de Enfermagem - Setor de Pronto Atendimento (2)				
- Setor Técnico de Enfermagem do Centro Cirúrgico e Obstétrico				
- Divisão Técnica de Apoio Diagnóstico e Terapêutico				
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QTD.	REF.	PART. TABELA	FORMA DE PROVIMENTO
X - CHEFE DE SEÇÃO II	01	DA-7	PP-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre integrantes da carreira de Auxiliar Administrativo da Saúde.
- Seção de Encargos Gerais				
- Divisão Técnica Administrativa				
XI - ENCARREGADO DE SETOR II	07	DA-5	PP-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre integrantes da carreira de Auxiliar Administrativo da Saúde.
- Setor de Protocolo				
- Divisão Técnica Administrativa				
- Setor de Transportes Internos				Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, com experiência mínima de 2 anos na área de atuação.
- Divisão Técnica Administrativa (2)				
- Setor de Almozarifado				
- Setor de Compras				
- Seção Técnica de Suprimentos				
- Divisão Técnica de Finanças (2)				
- Setor de Patrimônio				
- Seção Técnica de Contabilidade				
- Divisão Técnica de Finanças				
- Setor de Manutenção Predial				
- Setor de Manutenção de Equipamentos				
- Seção Técnica de Manutenção (2)				
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QTD.	REF.	PART. TABELA	FORMA DE PROVIMENTO
XII - ENCARREGADO DE SETOR I	02	DA-2	PP-I	Livre provimento pelo Prefeito, dentre funcionários públicos, com experiência mínima de 2 anos na área de atuação.
- Setor de Comunicação e Reprografia				
- Setor de Lavanderia e Costura				
- Seção de Encargos Gerais				
- Divisão Técnica Administrativa (2)				

ANEXO II A QUE SE REFERE O ARTIGO 50 DA LEI Nº 10.955,

DE 28 DE JANEIRO DE 1991

TABELA "A"

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	Distrito de Saúde V. Maria	Distrito de Saúde Butantã	Distrito de Saúde Sapopemba	Distrito de Saúde V. Matilde	Total
Agente de Controle de Zoonoses	-	-	04	04	08
Almozarifa	02	02	02	02	08
Armazenador	04	04	04	04	16
Auxiliar de Enfermagem	122	61	61	61	305
Auxiliar de Farmacêutico	04	04	04	04	16
Auxiliar de Laboratório	15	08	08	08	39
Bibliotecário	-	1	1	1	3
Biólogo	-	2	2	2	6
Caldeireiro	04	04	04	04	16
Carpinteiro	01	01	01	01	04
Cirurgião Dentista	07	-	-	-	07
Contador	01	01	01	01	04
Contínuo-Porteiro	11	12	12	12	47
Copeiro-Hospitalar	03	07	08	08	26
Cosmetólogo	02	03	03	03	11

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

Folha n.º 37 de progr.
 de 1992 de 1992
 Condide

Costureiro	02	02	02	02	08
Eletricista	04	04	04	04	16
Encanador	04	02	02	02	10
Enfermeiro	36	18	18	18	90
Engenheiro	01	01	01	01	04
Estatístico	01	01	01	01	04
Farmacêutico	04	02	02	02	10
Fisioterapeuta	02	02	02	02	08
Jardineiro	01	01	01	01	04
Mecânico	01	01	01	01	04
Médico	74	90	110	110	384
Motorista	26	30	30	30	116
Operador de Máq. Médio Porte	05	05	05	05	20
Oper. de Telecomunicações-Rádico	05	05	05	05	20
Pedreiro	01	01	01	01	04
Servente	20	25	25	25	95
Técnico de Contabilidade	03	03	03	03	12
Técnico de Eletrocardiografia	04	-	-	-	04
Técnico de Gasoterapia	04	04	04	04	16
Técnico de Hemoterapia	04	04	04	04	16
Técnico de Laboratório	19	12	12	12	55
Técnico de Radiologia	09	09	09	09	36
Telefonista	08	08	08	08	32
Vigia	-	08	08	08	24
Zelador	01	02	02	02	07

ANEXO II A QUE SE REFERE O ARTIGO 50 DA LEI Nº 10.955
 DE 20 DE JANEIRO DE 1991

TABELA "B"

DEMONOMIAÇÃO DO CARGO	DISTRITO DE SAÚDE DE VILA MARIA	DISTRITO DE SAÚDE DE BUTANTÁ	DISTRITO DE SAÚDE DE SAPOREIRA	DISTRITO DE SAÚDE DE VILA MATILDE	TOTAL
Assistente Social na Saúde I	04	06	06	06	22
Auxiliar Administrativo da Saúde I	48	60	60	60	228
Auxiliar de Administração Hospitalar	-	03	03	03	09
Auxiliar de Costura	03	02	02	02	09
Auxiliar de Cozinha	06	10	10	10	36
Auxiliar de Hidráulica	02	03	03	03	11
Auxiliar de Marcenaria	-	02	-	-	02
Auxiliar de Serviços de Eletricidade	02	-	-	-	02
Nutricionista na Saúde I	01	02	03	03	09
Operador de Máquinas Reprográficas	-	02	02	02	06
Psicólogo na Saúde I	-	04	04	04	12
Técnico de Arquivo Médico e Estatístico	-	02	02	01	05
Técnico de Lavanderia Hospitalar	-	01	01	01	03

ANEXO III A QUE SE REFERE O ARTIGO 90 DA LEI Nº 10.955
 DE 20 DE JANEIRO DE 1991

AGENTE DE CONTROLE DE ZOONOSES

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DEMONOMIAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DEMONOMIAÇÃO	REF.	PART. TABELA
60	Agente de Controle de Zoonoses II	NO-5	PP-III	63	Agente de Controle de Zoonoses II	NO-5	PP-III
90	Agente de Controle de Zoonoses I	NO-4	PP-III	95	Agente de Controle de Zoonoses I	NO-4	PP-III
138				138			

ALMOXARIFE

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DEMONOMIAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DEMONOMIAÇÃO	REF.	PART. TABELA
51	Almoxarife III	NO-3	PP-III	52	Almoxarife III	NO-3	PP-III
76	Almoxarife II	NO-2	PP-III	79	Almoxarife II	NO-2	PP-III
127	Almoxarife I	NO-1	PP-III	131	Almoxarife I	NO-1	PP-III
257				257			

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
 Assessora - S.C.M. - A.T.L.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
1.365	Auxiliar de Enfermagem III	NO-3	PP-III	1426	Auxiliar de Enfermagem III	NO-3	PP-III
2.047	Auxiliar de Enfermagem II	NO-2	PP-III	2139	Auxiliar de Enfermagem II	NO-2	PP-III
3.413	Auxiliar de Enfermagem I	NO-1	PP-III	3565	Auxiliar de Enfermagem I	NO-1	PP-III
5.825				7130			

ARMAZENADOR

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
106	Armadador II	NO-3	PP-III	112	Armadador II	NO-3	PP-III
159	Armadador I	NO-2	PP-III	169	Armadador I	NO-2	PP-III
713				717			

AUXILIAR DE FARMACÊUTICO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
14	Auxiliar de Farmacêutico III	NO-3	PP-III	17	Auxiliar de Farmacêutico III	NO-3	PP-III
21	Auxiliar de Farmacêutico II	NO-2	PP-III	25	Auxiliar de Farmacêutico II	NO-2	PP-III
34	Auxiliar de Farmacêutico I	NO-1	PP-III	43	Auxiliar de Farmacêutico I	NO-1	PP-III
69				85			

AUXILIAR DE LABORATÓRIO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
41	Auxiliar de Laboratório III	NO-3	PP-III	48	Auxiliar de Laboratório III	NO-3	PP-III
61	Auxiliar de Laboratório II	NO-2	PP-III	71	Auxiliar de Laboratório II	NO-2	PP-III
101	Auxiliar de Laboratório I	NO-1	PP-III	121	Auxiliar de Laboratório I	NO-1	PP-III
203				242			

BIBLIOTECÁRIO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
30	Bibliotecário IV	NS-4	PP-III	50	Bibliotecário IV	NS-4	PP-III
107	Bibliotecário III	NS-3	PP-III	200	Bibliotecário III	NS-3	PP-III
201	Bibliotecário II	NS-2	PP-III	202	Bibliotecário II	NS-2	PP-III
359	Bibliotecário I	NS-1	PP-III	360	Bibliotecário I	NS-1	PP-III
717				720			

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
8	Biólogo IV	NS-4	PP-III	9	Biólogo IV	NS-4	PP-III
11	Biólogo III	NS-3	PP-III	12	Biólogo III	NS-3	PP-III
20	Biólogo II	NS-2	PP-III	22	Biólogo II	NS-2	PP-III
36	Biólogo I	NS-1	PP-III	37	Biólogo I	NS-1	PP-III
72				78			


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
 Assessora - S.G.M. - A.T.L.

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
21	Caldeiraire II	NO-3	PP-111	20	Caldeiraire II	NO-3	PP-111
32	Caldeiraire I	NO-4	PP-111	41	Caldeiraire I	NO-4	PP-111
33				42			

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
110	Corpineteiro II	NO-3	PP-111	111	Corpineteiro II	NO-3	PP-111
164	Corpineteiro I	NO-4	PP-111	167	Corpineteiro I	NO-4	PP-111
274				278			

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
67	Cirurgião Dentista IV	NS-4	PP-111	67	Cirurgião Dentista IV	NS-4	PP-111
143	Cirurgião Dentista III	NS-3	PP-111	144	Cirurgião Dentista III	NS-3	PP-111
267	Cirurgião Dentista II	NS-2	PP-111	278	Cirurgião Dentista II	NS-2	PP-111
478	Cirurgião Dentista I	NS-1	PP-111	481	Cirurgião Dentista I	NS-1	PP-111
933				967			

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
31	Contador IV	NS-4	PP-111	31	Contador IV	NS-4	PP-111
67	Contador III	NS-3	PP-111	67	Contador III	NS-3	PP-111
123	Contador II	NS-2	PP-111	126	Contador II	NS-2	PP-111
222	Contador I	NS-1	PP-111	225	Contador I	NS-1	PP-111
245				248			

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
1.496	Contínuo-Porteiro II	NO-2	PP-111	1.716	Contínuo-Porteiro II	NO-2	PP-111
2.346	Contínuo-Porteiro I	NO-1	PP-111	2.575	Contínuo-Porteiro I	NO-1	PP-111
2.724				2.791			

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
138	Copeiro Hospitalar II	NO-3	PP-111	148	Copeiro Hospitalar II	NO-3	PP-111
207	Copeiro Hospitalar I	NO-2	PP-111	223	Copeiro Hospitalar I	NO-2	PP-111
323				377			

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - D. N. M. - A. T. L.

COZIMUKING

[illegible]

COSTUMEING

[illegible]

"ELETTRICISTA"

[illegible]

E:CA7A2CB

[illegible]

EXHIBIT

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO ANTER.			
NO DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REV.	PART. TABELA	NO DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REV.	PART. TABELA
112	Enfermeiro IV	NS-4	PP-III	120	Enfermeiro IV	NS-4	PP-III
243	Enfermeiro III	NS-3	PP-III	256	Enfermeiro III	NS-3	PP-III
433	Enfermeiro II	NS-2	PP-III	478	Enfermeiro II	NS-2	PP-III
809	Enfermeiro I	NS-1	PP-III	854	Enfermeiro I	NS-1	PP-III
1.619				1708			

[illegible]

Laura Maria de Barros Nascimento
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
3	Estatístico IV	NS-4	PP-III	3	Estatístico IV	NS-4	PP-III
4	Estatístico III	NS-3	PP-III	4	Estatístico III	NS-3	PP-III
10	Estatístico II	NS-2	PP-III	11	Estatístico II	NS-2	PP-III
16	Estatístico I	NS-1	PP-III	21	Estatístico I	NS-1	PP-III

FARMACÊUTICO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
12	Farmacêutico IV	NS-4	PP-III	13	Farmacêutico IV	NS-4	PP-III
27	Farmacêutico III	NS-3	PP-III	28	Farmacêutico III	NS-3	PP-III
49	Farmacêutico II	NS-2	PP-III	52	Farmacêutico II	NS-2	PP-III
88	Farmacêutico I	NS-1	PP-III	93	Farmacêutico I	NS-1	PP-III

FIOTERAPÊUTA

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
4	Fisioterapeuta IV	NS-4	PP-III	4	Fisioterapeuta IV	NS-4	PP-III
8	Fisioterapeuta III	NS-3	PP-III	9	Fisioterapeuta III	NS-3	PP-III
15	Fisioterapeuta II	NS-2	PP-III	17	Fisioterapeuta II	NS-2	PP-III
28	Fisioterapeuta I	NS-1	PP-III	31	Fisioterapeuta I	NS-1	PP-III

JARDINEIRO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
437	Jardineiro II	NO-5	PP-III	438	Jardineiro II	NO-5	PP-III
655	Jardineiro I	NO-4	PP-III	658	Jardineiro I	NO-4	PP-III

MECÂNICO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
250	Mecânico II	NO-5	PP-III	252	Mecânico II	NO-5	PP-III
375	Mecânico I	NO-4	PP-III	377	Mecânico I	NO-4	PP-III

MÉDICO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA	NP DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TABELA
443	Médico IV	NS-4	PP-III	476	Médico IV	NS-4	PP-III
949	Médico III	NS-3	PP-III	1.006	Médico III	NS-3	PP-III
1.771	Médico II	NS-2	PP-III	1.879	Médico II	NS-2	PP-III
3.163	Médico I	NS-1	PP-III	3.355	Médico I	NS-1	PP-III

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.C.M. - A.T.L.

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	
2.180	Motorista II	NO-3	PP-III	2.226	Motorista II	NO-3	PP-III	
3.270	Motorista I	NO-4	PP-III	3.348	Motorista I	NO-4	PP-III	807
5.450				5.546				

OPERADOR DE MÁQUINAS DE MÚLTIPO PORTO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	
113	Operador de Máquinas de Múltiplo Porto II	NO-3	PP-III	121	Operador de Máquinas de Múltiplo Porto II	NO-3	PP-III	
169	Operador de Máquinas de Múltiplo Porto I	NO-4	PP-III	181	Operador de Máquinas de Múltiplo Porto I	NO-4	PP-III	67
283				383				

OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES - RÁDIO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	
50	Operador de Telecomunicações-Rádio III	NO-3	PP-III	54	Operador de Telecomunicações-Rádio III	NO-3	PP-III	
72	Operador de Telecomunicações-Rádio II	NO-3	PP-III	80	Operador de Telecomunicações-Rádio II	NO-3	PP-III	
126	Operador de Telecomunicações-Rádio I	NO-4	PP-III	134	Operador de Telecomunicações-Rádio I	NO-4	PP-III	134
248				268				

PECEIREIRO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	
370	Pedreiro II	NO-3	PP-III	372	Pedreiro II	NO-3	PP-III	
556	Pedreiro I	NO-4	PP-III	558	Pedreiro I	NO-4	PP-III	89
926				930				

SERVEANTE

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	
2.672	Serveante II	NO-2	PP-III	2.710	Serveante II	NO-2	PP-III	
4.008	Serveante I	NO-3	PP-III	4.066	Serveante I	NO-3	PP-III	1.007
8.581				8.776				

TÉCNICO DE CONTABILIDADE

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO	REF.	PART. TABELA	
91	Técnico de Contabilidade III	NO-3	PP-III	94	Técnico de Contabilidade III	NO-3	PP-III	
137	Técnico de Contabilidade II	NO-4	PP-III	140	Técnico de Contabilidade II	NO-4	PP-III	
228	Técnico de Contabilidade I	NO-5	PP-III	234	Técnico de Contabilidade I	NO-5	PP-III	94
456				468				

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - ATIL

Condi

TÉCNICO DE CAFOTERAPIA

SECRET DE EMPLACEMENT

TÉCNICO DE LABORATÓRIO

TÉCNICO DE RADIOLOGIA

TELEPHONE:

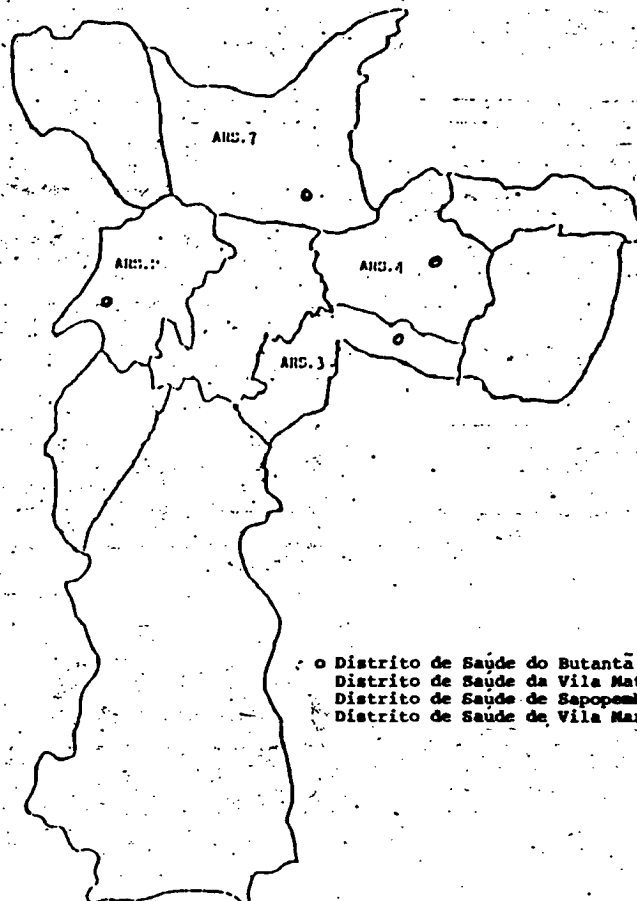
[illegible]

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Apostila de S.G.M. - A.T.U.

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO ANTERIOR		Folha n.º 41 de proc. n.º 322 do 1992	
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE VILA MATILDE		UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - DR. ANTONIO PARES - VILA LOBOS		Condado	
POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - DR. ANTONIO PARES - VILA LOBOS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - DR. ANTONIO PARES - VILA LOBOS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - JARDIM BRASÍLIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - JARDIM BRASÍLIA		
POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - JARDIM BRASÍLIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - JARDIM BRASÍLIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - VILA ITAPEMA/ARIST	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - VILA ITAPEMA/ARIST		
POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - VILA ITAPEMA/ARIST	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - VILA ITAPEMA/ARIST	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PE. JOSÉ DE ASCHEITA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PE. JOSÉ DE ASCHEITA		
POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - PADRE JOSÉ DE ASCHEITA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PE. JOSÉ DE ASCHEITA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PE. MANOEL DA SÓBRICA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PE. MANOEL DA SÓBRICA		
POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - PADRE MANOEL DA SÓBRICA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PE. MANOEL DA SÓBRICA				

ANEXO VI A QUE SE REFERE O ARTIGO 11 DA LEI Nº 10.955,

DE 28 DE JANEIRO DE 1991



- o Distrito de Saúde do Butantã - ARS.2
- o Distrito de Saúde da Vila Matilde - ARS.1
- o Distrito de Saúde de Sapopemba - ARS.3
- o Distrito de Saúde de Vila Maria - ARS.7

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.



Folha n.º 42 de proc.
n.º 322 do 19.º 92
Candidato

LEI Nº 11.024, DE 02 DE JULHO DE 1.991.

"D.O.M." , DE 03 DE JULHO DE 1.991.

LEI Nº 11.024 , DE 2 DE JULHO DE 1991

Cria cargos para a Secretaria Municipal da Saúde, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de junho de 1991, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados, na PP-III do Quadro Geral do Pessoal, os cargos discriminados nas Tabelas A e B do Anexo desta lei, visando a permitir o atendimento imediato das necessidades de pessoal da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Os cargos ora criados, constantes das Tabelas A e B, permanecerão provisoriamente na classe inicial das carreiras correspondentes.

Parágrafo Único - No prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta lei, o Departamento de Recursos Humanos - DRH, da Secretaria Municipal da Administração - SMA, efetuará a redistribuição dos cargos ora criados nas classes das respectivas carreiras, encaminhando a proposta ao Executivo, que a aprovará mediante decreto.

Art. 3º - Os cargos constantes das Tabelas A e B serão providos mediante concurso público, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - O artigo 1º da Lei nº 10.937, de 28 de fevereiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Até 31 de dezembro de 1991, a vedação contida no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989, não se aplica aos contratados no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, que poderão ser novamente contratados por mais 6 (seis) meses."

Art. 5º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o exercício de 1991, créditos adicionais suplementares até o limite de Cr\$ 9.412.000.000,00 (nove bilhões e quatrocentos e doze milhões de cruzeiros), além do percentual fixado no artigo 17 da Lei nº 10.920, de 30 de dezembro de 1990, mediante a utilização de recursos nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - O valor constante do "caput" deste artigo fica sujeito à atualização prevista no artigo 16 e seus parágrafos, da Lei nº 10.920, de 30 de dezembro de 1990.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 2 de julho de 1991, 4389 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

DALMO DE ABREU DALLARI, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

FERMINO FECHIO FILHO, Secretário Municipal da Administração

CARLOS ALBERTO PILETI MEDER, Secretário Municipal da Saúde

PAUL ISRAEL SINGER, Secretário Municipal do Planejamento

SÉRGIO RABELLO TAMM RENAULT, Secretário Especial da Reforma Administrativa

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 2 de julho de 1991.

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

SMS

SMA

Lei 10.957/91

PL

Proc. 10.003.671/91*60.

Dec. 30.960/91

Dec. 31.046/91

4. Lei 11.150/91

ORIUNDA DO PROJETO DE LEI N.º 291/91

EXECUTIVO

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO

Assessora - S.G.M. - A.T.L.

1971 年 12 月 1 日

DE 1991

TABELA "A" e "B"

RELATÓRIO DA CITAÇÃO DE CARLOS A SEU PAI, POR CASSIMIRO FURTADO, QUE INTERVEIO NOS NEGÓCIOS DE CARLOS E PEDIMOS DE SEU PAI APOIO E PROTEÇÃO

13561

Assessora - S.G.M. - A.T.L.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....47.....

do processo nº.....222.....de 19.....92 26 06 92.....(a).....*Candida*.....

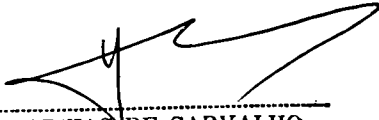
Sobre o assunto, consta:

Leis : 10.788/89
10.860/90
10.430/88
10.869/90
10.955/91
11.024/91
9.160/80

em 26.06.92

MARIA CANDIDA MOREIRA PORTA
Assist. Parlamentar

À D.ªta Comissão de
Constituição e Justiça;
Em 26/06/92


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe-
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 29/06/92 às 1200 hs. *Rj*

Ao Nobre Vereador Valfredo Ferreira
para relatar
Sala da Comissão da Constituição e Justiça
em 02 de Julho de 19.92
[Assinatura]
Presidente

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 48

Em 14.08.92

(a)..... *e*



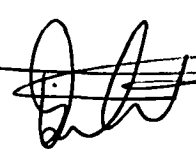
Folha n.º 48 de proc.
N.º 222 de 92
O.º 1.º de 92

Câmara Municipal de São Paulo

Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, solicito a V.Exa. a prorrogação de prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em, 34/08/92.

Ver. 
Relator

DEFERIDO


Ver. HENRIQUE PACHECO

Presidente da C.C.J.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE, Juntado nesta data ^{papel para informacao} _{de numero}, rubricado sob

folha n. 49/51 21/08/92 a) ®

*Quem sabe se
frente rel. 1013
SP, 17-01-92*

Folha n.º	49	do proc.
N.º	222	de 19 92
O funcionário	e	

PARECER No. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI No. 222/92

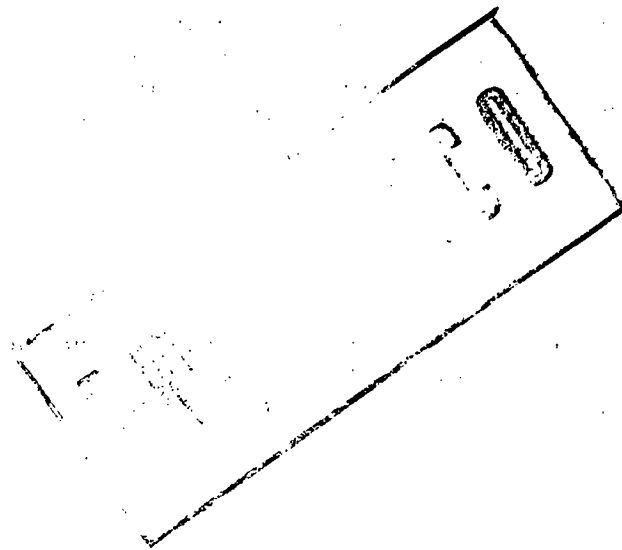
RELATÓRIO

Projeto de Lei, de iniciativa do Executivo, objetiva restabelecer cargos de Psicólogo, alterando parcialmente a Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revogando a alínea "a" do inciso I do art. 2º. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990 e dando outras providências correlatas.

Conforme se constata do teor da propositura, é adotada salutar medida, unificando-se a carreira de Psicólogo, com o desaparecimento dos atuais cargos de "Psicólogo na Saúde".

Em linhas gerais correto, o projeto padece, contudo, de uma impropriedade.

Está ela contida no art. 8º., que faz menção à manutenção dos atuais titulares dos cargos restabelecidos "no mesmo grau" anterior, quando, em verdade, evidentemente que se trata de "mesma referência e grau", conforme conceituação do art. 9º. e parágrafos da Lei no. 8989/79. Equívoco que, sanado, afastará de vez qualquer dúvida, acaso existente, sobre a legalidade do projeto, eis que, permanecendo os servidores no mesmo nível atual,, não haverá lugar para nenhuma cogitação de desatendimento ao disposto no art. 29 da Lei Federal no. 8214/91.



Folha n.º	50	do proc.
N.º	222	de 1992
O funcionário	R	

Sugere-se, em consequência, o seguinte

SUBSTITUTIVO No. AO PROJETO DE LEI 222/92

Art. 1o. - Ficam restabelecidos como cargos de Psicólogo, integrantes da carreira de Psicólogo, organizada pela Lei no.10.430, de 29 de fevereiro de 1988, os cargos de Psicólogo na Saúde, constantes da coluna "Situação Nova" do Anexo Único da Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989.

Art. 2o. - Em razão do disposto no artigo anterior, os cargos de Psicólogo na Saúde I, constantes da Tabela "B" do Anexo II da Lei no. 10.869, de 17 de julho de 1990, da Tabela "B" do Anexo II da Lei no. 10.955, de 28 de janeiro de 1991 e do Anexo Único da Lei no. 11.024, de 2 de julho de 1991, ficam com a denominação alterada para Psicólogo I.

Art. 3o. - Em decorrência do disposto nos artigos 1o. e 2o., a carreira de Psicólogo fica reorganizada na conformidade da coluna "Situação Nova" do Anexo Único, integrante desta lei.

Art. 4o. - O provimento dos cargos constantes do Anexo Único desta lei far-se-á:

I - Mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, para os cargos da classe inicial;

II - Mediante concurso de acesso, dentre titulares de cargos da classe imediatamente inferior, para os cargos das classes superiores.

Art. 5o. - Os cargos provisoriamente constantes no Nível I, conforme Anexo Único desta lei, correspondem aos cargos vagos existentes nos níveis superiores da carreira ora reestruturada e visam permitir que a Administração conte, de imediato, com a quantidade de titulares suficientes ao atendimento das suas necessidades.

Art. 6o. - Quando ocorrer a vacância de cargos no Nível I, em consequência do acesso de seus titulares a cargos superiores da carreira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - Quando se tratar de cargo provisoriamente situado no Nível I, será ele excluído dessa situação;

Forma n.º 51 do proc.
N.º 222 de 19 92
O funcionário P

II - Quando se tratar de cargo definitivamente situado no Nível I, será ele preenchido por um titular de cargo em situação provisória, sendo este por sua vez dela excluído.

Parágrafo Único - O procedimento estabelecido no "caput" deste artigo será obedecido até que a quantidade de cargos situados no Nível I da carreira fique reduzida aos cargos constantes, de forma definitiva, do Anexo Único desta lei.

Art. 7o. - Os cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal da Saúde, privativos da carreira de Psicólogo na Saúde, retornam à situação anterior, de privativos da carreira de Psicólogo.

Art. 8o. - Os atuais titulares dos cargos ora restabelecidos manterão, na "Situação Nova", o mesmo grau e referência que detinham na situação anterior.

Art. 9o. - Os tempos de permanência no cargo e na carreira de Psicólogo na Saúde, a que se referem os artigos 1o. e 2o. desta lei, serão considerados como de exercício no cargo e na carreira de Psicólogo, para todos os efeitos legais.

Art. 10 - Os atuais servidores admitidos nos termos da Lei no. 9.160, de 3 de dezembro de 1980, que exerçam funções correspondentes aos cargos constantes da "Situação Atual" do Anexo Único, integrante desta lei, terão a denominação das respectivas funções alterada, nos termos do estabelecido na "Situação Nova" do mesmo Anexo.

Art. 11 - As disposições desta lei aplicam-se nas mesmas bases e condições aos aposentados e pensionistas.

Art. 12 - Fica revogada a alínea "a", do inciso I, do artigo 2o. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Amparada que está a propositura na Lei Orgânica do Município, arts. 13, I e XIII e 37, parágrafo 2o., I, o parecer é pela legalidade.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em

21/08/92.

Ulisses

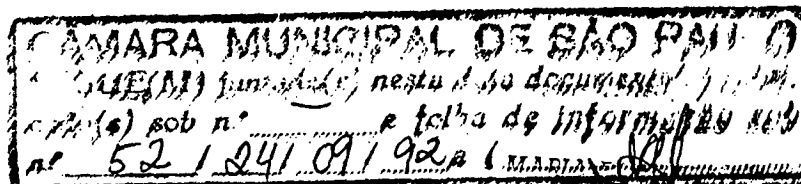
À Douta Comissão de
Administração Pública
Em, 18/09/92

131

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária

Ao nobre Vereador ALBERTO NUNES
para relatar Regimento até 30/09/92.
Sala da Comissão de Administração Pública
21/09/92.

Presidente



MARGO



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	52	do proc.
n.º	222	de 1992
O funcionário		

PARECER
146/92
DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SO-
BRE O PROJETO DE LEI Nº 222/92.

Projeto de lei, encaminhado pelo Executivo, preten-
de restabelecer como cargos de Psicólogo os cargos existentes
de Psicólogo na Saúde.

Segundo os termos da propositura e a Exposição de
Motivos a ela anexa, objetiva-se unificar a carreira de Psi-
cólogo com a supressão dos atuais cargos de Psicólogo na Saú-
de.

O projeto prevê, também, a reorganização da carrei-
ra, estabelecendo a forma de provimento dos cargos e a situa-
ção dos atuais servidores admitidos.

A proposta não acarreta nenhuma despesa à Adminis-
tração, vez que somente reorganiza a carreira referida.

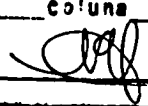
Esta Comissão, entendendo que o projeto só traz be-
nefícios à Administração Pública manifesta-se favoravelmente
à sua aprovação.

Sala da Comissão de Administração Pública, em
21/09/92.

Presidente

Relator

À Comissão de Finanças e Orçamento
Em 28.09.92.

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 25/09/1992
pagina 60 coluna 12
nº: 

MARIA ELIZABETH P. CAMARGO

Secretária

Recebido na Comissão de

Finanças e Orçamento

Em 28.9.92 as 16h

MARGARETE NUNES SILVA

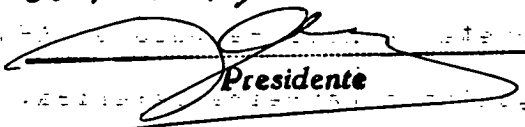
Secretária

Ao nobre Vereador Bruno Fede

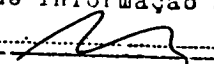
para relatar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

30/09/92


Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

REGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º e folha de informação sob
n.º 53254, de 10/92 a 



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 53 do proc
N.º PL 222 de 1974
O funcionário

Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicito de V.Exa. as providências cabíveis a fim de que o Executivo responda o seguinte quesito sobre o Projeto de Lei nº 222/92:

A Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - GASS, é concedida aos ocupantes dos cargos de Psicólogo na Saúde. Com a transformação da denominação desses cargos para Psicólogo, qual seria o critério para concessão dessa Gratificação?

Bruno Feder, em 06.10.92

Relator

Deferido

Jamil Achôa
Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento

Senhor Presidente:

Encaminho-lhe para as devidas providências.

Jamil Achôa
Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento



Câmara Municipal de São Paulo

À AT.1 - Senhora Assessora Chefe.

Para as devidas providências.

07, 10, 92

Secretária da
Comissão de Finanças e Orçamento

À Presidência.

Encaminho a V. Exa. conforme solici-
tado.

07, 10, 92

Marilena C. Andreoli M. Ezquina
Assessora Técnico Legislativo Chefe
da AT.1

D E F I R O =

8, 10, 92,

P R E S I D E N T E

A 3ª
Senhora Chefe

Por solic. do Presidente

para providências

SP. 087014

NILCE BUENO S. GONZALEZ

Secretaria de Finanças

RG. 21247

Sr. Marcos,

Oficiar ao Executivo solicitando informações ao presente Projeto de Lei.

13-10-92

Sônia Maria Verzolla
Chefe Seção Técnica IV

Sra. Chefe,

Providenciado conforme solicitado.

13-10-92

Marcos Antonio Leônidas
Oficial Legislativo

SEQUE M juntado 2 media data
documento 1 e papel de informação
rubricado 2 sob folha 2 n.o 55a 58
Em 11.5 11/0 92



Câmara Municipal de São Paulo

Folha Nº. 65	do proc.
Nº. 222	de 1992
O funcionário	

São Paulo, 13 de outubro de 1992.

DT7-LEG3
OFICIO N.300315/92

Senhora Prefeita.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Finanças e Orçamento e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho da referida Comissão, referente ao Projeto de Lei nº 222/92 de autoria desse Executivo - que restabelece cargos de Psicólogo; altera parcialmente a Lei nº 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revoga a alínea "a" do inciso I do artigo 2º da Lei 10.860, de 28 de junho de 1990, e dá outras providências, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

PAULO KOBAYASHI
Presidente

Anexo: Cópia xerográfica do despacho da Comissão solicitante.

A Sua Excelência a Senhora
Professora Luiza Erundina de Sousa
Digníssima Prefeita do Município de São Paulo.

MAL

DT7-LEG3
OFICIO N.º 300315/92

Folha n.º 53 do pro
N.º PL 222 da 1974
O funcionário



Câmara Municipal de São Paulo

Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicito de V.Exa. as providências cabíveis a fim de que o Executivo responda o seguinte quesito sobre o Projeto de Lei nº 222/92:

A Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - GASS, é concedida aos ocupantes dos cargos de Psicólogo na Saúde. Com a transformação da denominação desses cargos para Psicólogo, qual seria o critério para concessão dessa Gratificação?

Bruno Feder, em 06.10.92

Relator

Deferido

Jamil Achôa

Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento

Senhor Presidente:

Encaminho-lhe para as devidas providências.

Jamil Achôa

Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL DE

Folha Nº 57	do proc.
Nº 222	de 1992
SÃO PAULO	

São Paulo, 13 de outubro de 1992.

Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº 300315 de 13/10/92, em caminhando cópia do despacho da Comissão de Finanças e Orçamento, solicitando informações referentes ao PL nº 222/92 de autoria desse Executivo.

Anexo: cópia xerográfica do despacho da comissão solicitante.

Recebido
Em 14/10/92
[Assinatura]
José Milton Graziaro de Oliveira
Chefe de Seção - SGM - ATI.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 58

do processo nº 222 de 1992-15, 10, 92 (a)

A Comissão de Finanças e Orçamento -
Para as devidas providências.

15/10/92

Sônia C. Zóia
Chefe Seção Técnica IV

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento

Em 15/10/92 as 16h

MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

A COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sra. Secretária,

Tendo percebido nesta data que o presente processo foi encaminhado por engano para a Comissão de Finanças e Orçamento, (fls. 52.verso), devolvemos para regularização.

Em 20.10.92

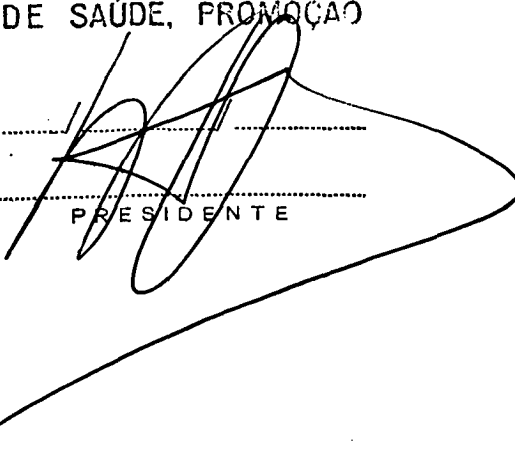
MARGARETE NUNES DA SILVA
Oficial Legislativa

Conforme despanho às folhas 58, encaminho à
Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho.

Em 20.10.92
MARIA ELIZABETH P. CAMARGO
Comissão de Administração
Pública

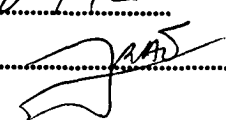
Recebido na Comissão de
Saúde Pr. Soc. e Trabalho
Em 20/10/92 às 14:00 h, 

AO NOBRE VEREADOR Edson Falanga
PARA RELATAR.
SALA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO
SOCIAL E TRABALHO.


PRESIDENTE

SE GUE juntado nesta data, documento e papel para Informação, rubricado
sob folha nº 59 a 60.

Em 26.10.92

(a) 

Procurar Projeto

DIGITADO
A. T. M.

Folha n.º 59 do proc.
n.º 222 de 19 92
O funcionário [assinatura]



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 22 de outubro

de 1992

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. T. L. n.º 503/92
Processo no. 10-004.550-92*61

10 - OFICIO
10-0440/92-4

Senhor Presidente

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 22 / 10 / 92
às 17h15 horas

Em atenção ao requerido pela D. Comissão

de Finanças e Orçamento, no ofício no. DT.7/Leg.3/300315/92, dessa Egrégia Câmara, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópia da informação prestada pela Unidade competente desta Prefeitura, relativa ao Projeto de Lei no. 222/92, de autoria deste Executivo, que restabelece cargos de Psicólogo; altera parcialmente a Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revoga a alínea "a" do inciso I do artigo 2o. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

[Assinatura]
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
Prefeita

Anexos: cópia xerográfica de fls. 136 do processo no. 10-004.550-92*61.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Paulo Seiti Kobayashi
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
SPF/rmn

A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
26/10/92

LEONARDO DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 26/10/92 as 18:45 h.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 60 do proc.
n.º 222 de 19 92
O funcionário [assinatura]

Folha de informação nº 136

d. o processo nº 10-004.550-92*61 em 19 / 10 / 92 (a) [assinatura]

Ana Paula de Moura Silva
Cl. C. P. S.

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL

ASSUNTO : Informações sobre o P.L. nº 222/92 - Executivo -
restabelece cargos de Psicólogo.

SGM - ATL

Sra. Assessora Chefe

Em resposta ao quesito formulado pela Comissão de Finanças e Orçamento (fls. 133), relativamente ao critério para a concessão da Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - GASS aos integrantes das carreiras a serem unificadas, temos a informar que após a unificação somente poderão perceber a gratificação aqueles que atenderem ao requisito previsto no art. 5º da Lei 10.860/90, qual seja, exercício de suas atividades em áreas de serviços de saúde.

19-outubro-92

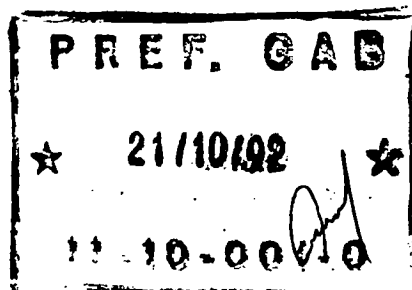
[assinatura] MARIA CRISTINA L. V. SARLI

MARIA CRISTINA L. V. SARLI

Chefe da Assessoria Jurídica

SMA

[assinatura] /ams.



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

SEQUE, Juntado nesta data papel para informação
documento, rubricado sob

folha nº 61 / 04/11/92 a) 



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....61.....

do processo nº 222..... de 1992 04 11 / 92 (a)..... 2.....

À

ATM

A PEDIDO

Em, 04.11.92.


ROSMARI CURTYA DOS SANTOS
Secretaria

S E G U E juntado, nesta data, documento e papel para Informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)



Câmara Municipal de São Paulo

REQUERIMENTO DE INVERSÃO

222/92.

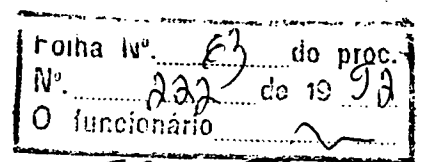
Assinado em 4/11/92.

SENHOR PRESIDENTE,

REQUEIRO NA FORMA REGIMENTAL, OUVIDO O EGRÉGIO
PLENÁRIO, SEJA INVERTIDA A PAUTA DA ORDEM DO DIA DA
PRESENTE SESSÃO, CONSIDERANDO-SE COMO ÍTEM 3
O ATUAL ÍTEM Nº 37.

SALA DAS SESSÕES.....DE..... DE 1991.

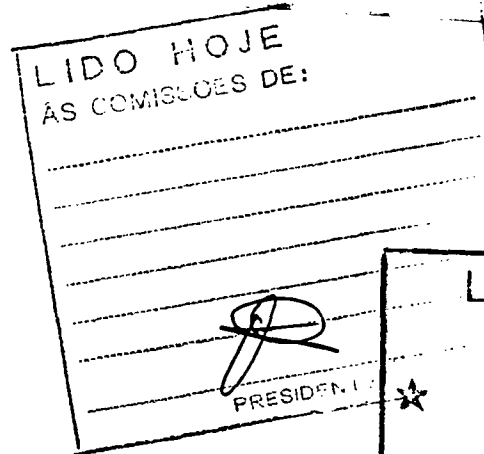
[Assinatura]
Osnardo Madureira



GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 04 de ~~novembro~~ de 1992

10 - OFICIO
10-0464/92-0



LIDO HOJE

04 NOV 1992

PRESIDENTE

A propositura em pauta cuida de



restabelecer cargos de Psicólogo, alterar parcialmente a Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989 e revogar a alínea "a" do inciso I do artigo 2o. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990.

Ora, com a preconizada unificação das carreiras de Psicólogo e Psicólogo na Saúde, tornou-se necessário adequar-se a legislação vigente à nova regulamentação. Dessa forma, a mensagem se faz acompanhar de Anexo Único, a estampar a nova estrutura da carreira de Psicólogo.

Sucedee, no entanto, que, durante a tramitação do projeto em pauta, veio a lume a Lei no. 11.258, de 7 de outubro de 1992, que, criou para o Distrito de Saúde de Vila Maria, dentre outros, 2 (dois) cargos de Psicólogo. Em decorrência, surgiu a necessidade de aditar-se o Projeto de Lei no. 222/92, de molde a substituir-se o anexo mencionado, por outro, de tal sorte que os cargos de Psicólogo criados pela Lei no. 11.258/92 passem a integrar a respectiva carreira. Resta, pois, plenamente justificada a primeira providência alvitrada.

Por outro lado, no sentido de assegurar-se a permanência, na Secretaria Municipal da Saúde, dos cargos a ela destinados em virtude de lei, afigura-se indispensável a inclusão, no texto, de outro dispositivo,



identificado como artigo 11.

Em razão dessa disposição, os cargos de Psicólogo e Psicólogo na Saúde I, criados pelas Leis nos. 10.869, de 17 de julho de 1990, 10.955, de 28 de janeiro de 1991, 11.024, de 2 de julho de 1992 e 11.258, de 7 de outubro de 1992, permanecem direcionadas à Secretaria Municipal da Saúde, respeitado, dessa forma, o objetivo do legislador manifestado nos textos referidos.

De outra parte, à época da elaboração da propositura, os órgãos técnicos da Prefeitura entenderam que a simples reorganização da carreira em pauta não teria qualquer reflexo financeiro.

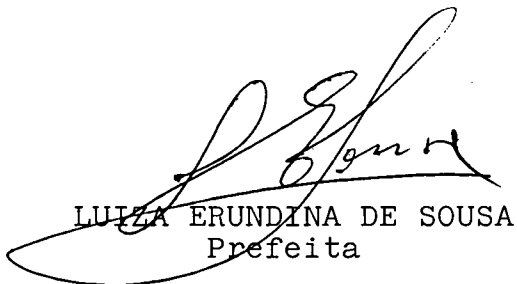
Ocorre, porém, que na redistribuição dos cargos pelos diversos níveis da carreira houve aumento de número deles nas classes superiores, o que, à evidência, reclamará mais recursos.

Em assim sendo, e para suportar os gastos advindos pretende-se incluir dispositivo, como artigo 12, prevendo os recursos orçamentários garantidores de tais despesas, na esteira da previsão já existente, manifestada pelo órgão municipal competente, no bojo do ofício no. 767/92-SMA.G.



Em remate, e como consequência da inclusão dos dispositivos mencionados, é proposta a renumeração dos artigos 11, 12 e 13 do projeto, que passam, respectivamente, a artigos 13, 14 e 15.

Nestes termos, justificada a presente mensagem aditiva e considerando as alterações anexas integradas ao projeto original, para todos os efeitos legais, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.


LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
Prefeita

Anexas: alterações propostas e xerox do Ofício no. 767/92-SMA-G.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Paulo Seiti Kobayashi
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/fsc



ANEXO AO OFÍCIO ATL. No. 524/92

Modificações propostas ao Projeto de Lei no. 222/92:

I - Substitua-se o Anexo Único, integrante do Ofício ATL. no. 277/92, pelo Anexo Único deste ofício.

II - Inclua-se, sob o número "11", o seguinte artigo:

"Art. 11 - Dos cargos de Psicólogo e Psicólogo na Saúde I ora restabelecidos, os 569 (quinhentos e sessenta e nove) criados na forma dos textos legais enunciados nos incisos deste artigo permanecem destinados à Secretaria Municipal da Saúde, com a mesma destinação neles prevista e mantidas as seguintes quantidades:

I - Lei no. 10.869, de 17 de julho de 1990 - 37 (trinta e sete) cargos;

II - Lei no. 10.955, de 28 de janeiro de 1991 - 12 (doze) cargos;

III - Lei no. 11.024, de 2 de julho de 1991 - 518 (quinhentos e dezoito) cargos;



IV - Lei no. 11.258, de 7 de outubro de 1992 - 2 (dois) cargos.".

III - Inclua-se, sob o número "12", o seguinte artigo:

"Art. 12 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.".

IV - Renumerem-se, como 13, 14 e 15, respectivamente, os atuais artigos 11, 12 e 13.

LMBN/fsc

Anexo Único a que se refere o art. da Lei nº

PSICÓLOGO

Folha Nº 69 do PPGC
de 1982

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA	Nº DE	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TABELA	CARGOS SITUADOS PROVISORIAMENTE NO NÍVEL I
22	Psicólogo IV	NS-4	PP-III	61	Psicólogo IV	NS-4	PP-III	
--	Psicólogo na Saúde IV	NS-4	PP-III					
47	Psicólogo III	NS-3	PP-III	132	Psicólogo III	NS-3	PP-III	
--	Psicólogo na Saúde III	NS-3	PP-III					
86	Psicólogo II	NS-2	PP-III	246	Psicólogo II	NS-2	PP-III	
--	Psicólogo na Saúde II	NS-2	PP-III					
156	Psicólogo I	NS-1	PP-III	439	Psicólogo I	NS-1	PP-III	383
567	Psicólogo na Saúde I	NS-1	PP-III					
878				878				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha Nº	70	do proc.
Nº	222	de 1992
funcionário		

São Paulo, 26 de Outubro

de 19 92.

Ofício n.º 767/92 S.M.A.-G.

Senhora Assessora Chefe

Tendo em vista a edição da Lei nº 11.258, de 7 de outubro de 1.992, que dispõe sobre a criação de cargos de Psicólogo destinados à Secretaria Municipal da Saúde, vimos pelo presente encaminhar novo Anexo Único a ser substituído pelo constante do Projeto de Lei nº 01-0222/92-8, em tramitação na Câmara Municipal que restabelece cargos de Psicólogo e reorganiza a carreira.

Na oportunidade, nos moldes das modificações feitas no Projeto de Lei nº 147/92, que deu origem a Lei nº 11.249, de 1 de outubro de 1.992, que restabelece cargos de Nutricionista, solicitamos a inclusão no projeto de dispositivo com a seguinte redação:

"As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário."

Seguem em anexo os cálculos efetuados pela Secretaria das Finanças e pela Secretaria Municipal do Planejamento.

Além disso, de forma a assegurar a permanência dos cargos destinados em lei para a Secretaria Municipal da Saúde deve ser incluído na propositura dispositivo com



Folha Nº. 71 do proc.
Nº. 222 de 1990
O funcionário. *[assinatura]*

.../...

o seguinte teor:

"Os 569 (quinhentos e sessenta e nove) cargos de Psicólogo e Psicólogo na Saúde I ora restabelecidos, criados na conformidade dos incisos deste artigo, permanecem destinados à Secretaria Municipal da Saúde com a destinação e quantidades previstas.

* I - Lei nº 10.869, de 17 de julho de 1.990 - 37 (trinta e sete) cargos;

II - Lei nº 10.955, de 28 de janeiro de 1991- 12 (doze) cargos; *

III - Lei nº 11.024, de 02 de julho de 1.991 - 518 (quinhentos e dezoito) cargos;

IV - Lei nº 11.258, de 07 de outubro de 1992- 2 (dois) cargos."

Na oportunidade reitero protestos de elevada estima e consideração.

SÉRGIO RABELLO TAMM RENAULT
Secretário Municipal da Administração

Ilustríssima Senhora
SUELLY PENHARRUBIA FAGUNDES
MD. Assessora Chefe - ATL
NESTA
MCLVS/lcp

PARECER No. DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO E FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI No. 222/92.

Lido Hoje
4/11/92.

Projeto de Lei, de iniciativa do Executivo, objetiva restabelecer cargos de Psicólogo, alterando parcialmente a Lei no. 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revogando a alínea "d" do inciso I do art. 2o. da Lei no. 10.860, de 28 de junho de 1990 e dando outras providências correlatas.

Posteriormente a tramitação de referida matéria, o Executivo Municipal, através de Ofício ATL, enviou proposta complementar de alteração, voltada para o Anexo Único do projeto, como decorrência do surgimento, no interregno, das Leis nos. 11.239, de 24 de agosto de 1992 e 11.258, de 07 de outubro último, buscando, também, assegurar a vinculação dos cargos restabelecidos à Secretaria Municipal de Saúde e, ainda trazendo previsão de recursos orçamentários para suportar as consequentes despesas.

Conforme se constata do teor da propositura, é adotada salutar medida em termos de Administração Pública, unificando-se a carreira de Psicólogo, com o desaparecimento dos atuais cargos de "Psicólogo na Saúde". E, ainda, garante-se a vinculação de adequado número dos cargos da carreira à área municipal de saúde.

Do ponto de vista da legalidade, nada há também que objetar ao projeto, que encontra suporte na Lei Orgânica do Município, artigos 13, I e XIII, e 37, parágrafo 2o., I.

Pela legalidade.

Por igual, em termos financeiros e orçamentários,

havendo sido incluído no projeto artigo próprio, de no. 12, com estimativa também das despesas pelas Secretarias competentes, inexistem impedimentos à propositura.

Favorável, pois, o parecer.

Sala das Comissões Reunidas, em

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



Câmara Municipal de São Paulo

Folha Nº. 79 do proc.
Nº. 222 de 1992
Funcionário
No. 222/92

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA
VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR:

22º

SESSÃO

☐ ORDINÁRIA

☒ EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE novembro DE 1992

VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO	VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO
	SIM	NÃO			SIM	NÃO	
1. Adriano Diogo	X			28. Jamil Achôa	X		
2. Albertino Nobre	X			29. João Carlos Alves			
3. Francisco Santos Batista Fo.				30. Jooji Hato	X		
4. Alfredo Martins	X			31. José F. do Nascimento	X		
5. Almir Guimarães	X			32. José Viviani Ferraz	X		
6. Andrade Figueira	X			33. Juarez Soares			
7. Antônio Carlos Caruso				34. Jucelino Silva Neto	X		
8. Antonio José S. Fo. (BIRO-BIRO)	X			35. Júlio Cesar Filho			
9. Antônio Sampaio				36. Lídia Correa	X		
10. Arnaldo de Abreu Madeira	X			37. Luiz Carlos Moura			
11. Arselino Tatto	X			38. Marcos Mendonça			
12. Aurelino de Andrade	X			39. Mario Noda	X		
13. Brasil Vita				40. Mauricio Faria	X		
14. Bruno Féder				41. Nelson Guerra	X		
15. Chico Whitaker	X			42. Osvaldo Giannotti	X		
16. Devanir Ribeiro	X			43. Osvaldo Sanches	X		
17. Eder Jofre	X			44. Paulo Kobayashi			
18. Edson Falanga	X			45. Roberto Trípoli	X		
19. Fausto Tomaz de Lima	X			46. Tereza Cristina S. Lajolo	X		
20. Fermio Fechio	X			47. Terezinha Martins	X		
21. Gabriel Ortega	X			48. Tita Dias	X		
22. Geraldo Blota	X			49. Ushitaro Kania			
23. Gilberto Nascimento	X			50. Valfredo Ferreira Silva	X		
24. Guilherme Gianetti	X			51. Vital Molasco	X		
25. Henrique Pacheco	X			52. Walter Abrahão	X		
26. Iredé Cardoso				53. Walter Feldman	X		
27. Ítalo Cardoso	X						

VOTARAM "SIM": 40 Srs. Vereadores

VOTARAM "NÃO": Srs. Vereadores

ABSTENÇÕES: Srs. Vereadores

VISTO:

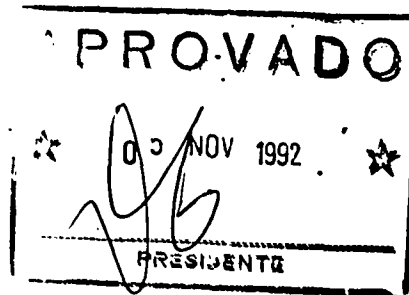
SECRETARIO



Câmara Municipal de São Paulo

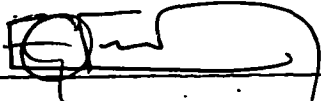
REQUERIMENTO DE INVERSÃO

SENHOR PRESIDENTE,



REQUEIRO NA FORMA REGIMENTAL, OUVIDO O EGRÉGIO
PLENÁRIO, SEJA INVERTIDA A PAUTA DA ORDEM DO DIA DA
PRESENTE SESSÃO, CONSIDERANDO-SE COMO ÍTEM 2º
O ATUAL ÍTEM Nº 26º.

SALA DAS SESSÕES,.....DE..... DE 1991.


JOSÉ INÁCIO G. DE TRAICHMANN



Câmara Municipal de São Paulo

Folha Nº. 76 do proc.
Nº. 222 de 1992
O funcionário

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA
VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO

P.L.

No. 1 222/12

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR:

☐ ORDINÁRIA

221ª SESSÃO

☒ EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 5 DE novembro DE 1992

Requerimento de Turvação

VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO	VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO
	SIM	NÃO			SIM	NÃO	
1. Adriano Diogo		/		28. Jamil Achôa			
2. Albertino Nobre		/		29. João Carlos Alves	X		
3. Francisco Santos Batista Fo.		/		30. Jooji Hato			
4. Alfredo Martins		/		31. José F. do Nascimento	X		
5. Almir Guimarães	X			32. José Viviani Ferraz	X		
6. Andrade Figueira	X			33. Juarez Soares			
7. Antônio Carlos Caruso				34. Jucelino Silva Neto	X		
8. Antonio José S. Fo. (BIRO-BIRO)				35. Júlio Cesar Filho			
9. Antônio Sampaio	X			36. Lídia Correa			
10. Arnaldo de Abreu Madeira	X			37. Luiz Carlos Moura			
11. Arselino Tatto	X			38. Marcos Mendonça			
12. Aurelino de Andrade	X			39. Mario Noda	X		
13. Brasil Vita				40. Mauricio Faria	X		
14. Bruno Féder	X			41. Nelson Guerra			
15. Chico Whitaker	X			42. Osvaldo Giannotti			
16. Devanir Ribeiro	X			43. Osvaldo Sanches			
17. Eder Jofre	X			44. Paulo Kobayashi	X		
18. Edson Falanga		X		45. Roberto Trípoli			
19. Fausto Tomaz de Lina	X			46. Tereza Cristina S. Lajolo			
20. Fermão Fecchio	X			47. Terezinha Martins	X		
21. Gabriel Ortega				48. Tita Dias			
22. Geraldo Blota				49. Ushitaro Kania			
23. Gilberto Nascimento	X			50. Valfredo Ferreira Silva	X		
24. Guilherme Gianetti				51. Vital Molasco	X		
25. Henrique Pacheco	X			52. Walter Abrahão	X		
26. Irde Cardoso	X			53. Walter Feldman	X		
27. Ítalo Cardoso	X						

VOTARAM "SIM": 29 Srs. Vereadores

VOTARAM "NÃO": Srs. Vereadores

VISTO:

SECRETARIO



Câmara Municipal de São Paulo

Folha Nº. 72 do proc.
Nº. 222 de 1998
O funcionário

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA
VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO P.L.

No. 1 222/92

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR:

☐ ORDINÁRIA

☒ EXTRAORDINÁRIA

221ª SESSÃO

REALIZADA EM 5 DE novembro DE 1998

adiamento por 3 sessões P.L.

VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO	VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO
	SIM	NÃO			SIM	NÃO	
1. Adriano Diogo	/			28. Jamil Achôa	/		
2. Albertino Nobre	/			29. João Carlos Alves		X	
3. Francisco Santos Batista Fo.	/			30. Jooji Hato	/		
4. Alfredo Martins	/			31. José F. do Nascimento		X	
5. Almir Guimarães		X		32. José Viviani Ferraz		X	
6. Andrade Figueira		X		33. Juarez Soares	/		
7. Antônio Carlos Caruso	/			34. Jucelino Silva Neto		X	
8. Antonio José S. Fo. (BIRO-BIRO)	/			35. Júlio Cesar Filho	/		
9. Antônio Sampaio		X		36. Lídia Correa	/		
10. Arnaldo de Abreu Madeira		X		37. Luiz Carlos Moura	/		
11. Arselino Tatto		X		38. Marcos Mendonça	/		
12. Aurelino de Andrade		X		39. Mario Noda		X	
13. Brasil Vita	/			40. Mauricio Faria		X	
14. Bruno Féder		X		41. Nelson Guerra	/		
15. Chico Whitaker		X		42. Osvaldo Giannotti	/	X	
16. Devanir Ribeiro		X		43. Osvaldo Sanches	/		
17. Eder Jofre	X	/		44. Paulo Kobayashi		X	
18. Edson Falanga	X			45. Roberto Trípoli	/		
19. Fausto Tomaz de Lina		X		46. Tereza Cristina S. Lajolo	/		
20. Fernão Fechio		X		47. Terezinha Martins		X	
21. Gabriel Ortega	/			48. Tita Dias		X	
22. Geraldo Blota	/			49. Ushitaro Kania	/		
23. Gilberto Nascimento		X		50. Valfredo Ferreira Silva		X	
24. Guilherme Gianetti				51. Vital Molasco		X	
25. Henrique Pacheco		X		52. Walter Abrahão		X	
26. Irede Cardoso	/			53. Walter Feldman		X	
27. Ítalo Cardoso		X					

VOTARAM "SIM": 28 Srs. Vereadores

VOTARAM "NÃO": 2 Srs. Vereadores

VISTO:

SECRETARIO



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 13 de Janeiro

de 1993

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º 04 /93

10 - OFÍCIO
10-0017/93-2

Senhor Presidente

Foram encaminhados pelo Executivo, para deliberação dessa Egrégia Câmara, no decorrer da legislatura que se encerrou em 31 de dezembro passado, projetos de lei versando sobre diversas matérias, os quais não mereceram, até a presente data, a necessária aprovação dos ilustres membros dessa Casa de Leis.

Sobrevindo esta Administração, tais proposituras deverão ser objeto de reexame pelos órgãos municipais competentes, para posterior reencaminhamento, à deliberação legislativa, das que forem consideradas de real interesse para a Cidade e para os munícipes.

Em decorrência, com o propósito de alcançar tal finalidade, solicito a Vossa Excelência a retirada e consequente arquivamento dos projetos de lei relacionados nos Anexos I a IV, integrantes deste, por mim rubricados.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Sampaio
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
SPF/rmn



n.º 17 do 1º 93
xlk

Folha Nº 20 do prec.
N.º 222 de 19 92
O 10. Junho

P.L. Nº

EMENTA

37. 222/92 ✓ Restabelece cargos de Psicólogo; altera parcialmente a Lei nº 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revoga a alínea "a" do inciso I do artigo 2º da Lei nº 10.860, de 28 de junho de 1990, e dá outras providências.
38. 223/92 ✓ Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Geral do Pessoal e no Quadro de Engenharia e Arquitetura; reestrutura as respectivas carreiras, e dá outras providências.
39. 226/92 Dispõe sobre alteração e reclassificação do cargo que especifica, e dá outras providências.
40. 227/92 Dispõe sobre a reabilitação disciplinar de servidores municipais, e dá outras providências.
41. 235/92 ✓ Define normas de ocupação e uso do solo para a área de renovação urbana de Santana; altera o projeto da Rua Darzan, e dá outras providências.
42. 236/92 ✓ Dispõe sobre a transferência de contribuições e recursos para o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo — IPREM, prevista no artigo 103 da Lei Orgânica do Município, e dá outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha No 81 do proc.
222 de 1990
O. Taquígrafo

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
22	6	Monteiro	7 ord.	16.02.93		

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PDS) - Srs. Vereado

res, a Mesa pede a atenção de todos. O que vai ser posto a votos agora é o ofício do Sr. Prefeito pelo qual ele retira inúmeros projetos de lei para reestudo.

O SR. VIVIANI FERRAZ (PL) - (Pela ordem) - Sr. Presiden

te, dentro de um acordo amplo de lideranças e de acordo com a orientação do Sr Prefeito, concordamos com a retirada de todos os projetos com exceção do da anistia. Ou seja, que o projeto da anistia fique na Casa/aguardando manifestação para ser apreciado. Ou, então, que venha su plementação ou substitutivo.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presiden

te, gostaria que o Vice-Líder do Governo esclarecesse de quantos dias será o prazo e se há o compromisso de que, após esse período, o projeto irá a votos nesta Casa.



ORDEN	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
22	5	Monteiro	7 ord.	16.02.93		

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PDS) - O Sr. Secre-
tário procederá à leitura do Ofício 17/93, do Sr. Prefeito Paulo
Maluf, que pede a retirada e^oconseqüente arquivamento dos projetos
de lei relacionados nos seus anexos de I a IV.

- o - o -

- É lido o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

23 de proc.
22 de 1992
0

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
23	1	ANA	7ª S.Ord.	16.2.93		

O SR. JOSÉ VIVIANI FERRAZ (PL) (Pela ordem) - O prazo é de 30 dias no máximo. Vai haver a discussão e neste período, chegaremos ao entendimento.

OSR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PDS) - Então a votos o destaque do projeto da anistia. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam com o estão. (Pausa) Aprovado.

A votos o ofício do Sr. Prefeito. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Passemos à leitura dos papéis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....

- 29 -

do processo nº..... de 19..... (a).....

SPB

À Leg.3 - Sra. Chefe:

Comunico que na 7a. Sessão ordinária realizada em 16 de fevereiro do corrente, foi aprovado o Of.ATL.004/93 (Processo 10-0017/93), de retirada e arquivamento do presente processo.

18.02.93


LUIZ AREFIAS DE CARVALHO
Ass.Tec.Legislativo Chefe-ATM

RECEBIDO EM LEG. 3

03 / 03 / 93

15:00h



SEGUE , juntado 5, nesta cota
documento 5 e papel de informação
rubricado 5 sob folha 5 n.º 85 à 89
Em 19/03/1931

K. M. M. M.



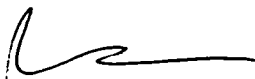
Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 45	do proc
N.º 222	de 19 93
C funcionário	RAA JPO

Sr. Zuzi,

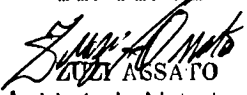
Preparar ofício comunicando ao Executivo a retirada e consequente arquivamento do presente processo conforme solicitação feita através do Ofício A.T.L. nº 04/93.

15/03/93


SÔNIA MARIA VERZOLLA
Chefe Seção Técnica IV

Sra. Chefe,

Preparado o ofício conforme despacho de V.Sa.

15/03/93

ZUZÍ ASSATO
Assistente de Administração



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	96	do proc
N.º	222	de 1992
C funcionário	Rafael	

São Paulo, 15 de março de 1993.

DT7-LEG3
OFICIO N.300027/93

Senhor Prefeito.

Comunico a Vossa Excelência a retirada e consequente arquivamento dos Projetos de Lei citados em relação anexa, de autoria do Executivo, de acordo com a solicitação feita através do Ofício A.T.L. nº 04/93, de 13 de janeiro do corrente.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ANTONIO SAMPAIO
Presidente

Anexo: Anexos I e II

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

z.a.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 07 do proc
N.º 222 de 19 92
C funcionário *HTA*

187/92

Aprova plano de melhoramento viário consistente em abertura de via de ligação, entre a Rua dos Medinas e a Rua Bucuituba, na Vila Prudente, e dá outras providências.

188/92

Revoga, em todos os seus termos, a Lei 5.899, de 12 de dezembro de 1961, que aprovou plano de alargamento e prolongamento na Rua Iguatemi, no Jardim Paulista, e dá outras providências.

210/92

Modifica parcialmente o traçado de faixa de terreno aprovado pela Lei 9.793, de 11 de dezembro de 1984, e dá outras providências.

211/92

Dispõe sobre a participação dos cidadãos nas decisões do Poder Municipal, e dá outras providências.

218/92

Estende a todos os pensionistas de Inspetores Fiscais a gratificação de nível superior instituída pela Lei 9.708, de 2 de maio de 1984.

222/92

Restabelece cargos de Psicólogo; altera parcialmente a Lei nº 10.788, de 8 de dezembro de 1989, revoga a alínea "a" do inciso I do artigo 2º da Lei 10.860, de 28 de junho de 1990, e dá outras providências.

223/92

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Geral do Pessoal e no Quadro de Engenharia e Arquitetura, reestrutura as respectivas carreiras, e dá outras providências.

235/92

Define normas de ocupação e uso do solo para a área de renovação urbana de Santana; altera o projeto de alargamento da Rua Darzan, e dá outras providências.

236/92

Dispõe sobre a transferência de contribuições e recursos para o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, prevista no artigo 103 da Lei Orgânica do Município, e dá outras providências.

LEI Nº 9.160, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1.980

"D.O.M.", DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980

43
222
do 12 92
Candido

LEI Nº 9.160, DE 3 DE dezembro DE 1.980
Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em serviço de caráter temporário e contratados para funções de natureza técnica especializada, nos termos do artigo 106 da Constituição Federal.
REYNALDO EMYGDI DE BARROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 11 de novembro de 1.980, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA ADMISSÃO E DA CONTRATAÇÃO

Art. 1º - Além dos funcionários públicos poderá haver na administração municipal servidores admitidos em serviços de caráter temporário e contratados para funções de natureza técnica especializada.

Art. 2º - Consideram-se serviços de caráter temporário:

I - O exercício de funções públicas, até a criação e provimento dos cargos respectivos;

II - O trabalho desenvolvido na execução de obras e serviços determinados, até seu término.

Art. 3º - É vedada a admissão prevista no artigo 1º:

I - Para funções correspondentes a cargos de direção, chefia ou encarregatura;

II - Para funções que não correspondam à classe inicial, quando se tratar de carreira;

III - Quando existir cargo vago e candidatos aprovados em concurso com prazo de validade não extinto.

Art. 4º - Terão preferência para ser admitidos, nos termos desta lei, os candidatos habilitados em concursos públicos municipais com prazo em vigor, sem prejuízo de direito à nomeação e obedecida, em qualquer caso, a ordem de classificação.

Art. 5º - Trienalmente, o Executivo procederá a levantamento dos servidores admitidos nos termos da presente lei, criando os cargos e providenciando a realização de concursos públicos para seu provimento.

Parágrafo único - Os servidores admitidos serão inscritos de ofício nos concursos que se destinem ao provimento dos cargos correspondentes às funções que exerçam; a não aprovação acarretará obrigatoriamente sua dispensa, a operar-se dentro de 180 dias contados da data da homologação do concurso.

ESTATUTO

Lei n.º 8.989/79

P.L. n.º 125/79

Rec. 17.242-81

(Município - Emenda)

De. 17 470/81

Delegado de controle
Técnico dos Serviços

De. 17 552/81

Exame médico para
novos funcionários

Dec. 17 614/81

Requadramento - Mo-
nitores do NORAL

Lei 9 368/81

Admissão de menores
entre 14 e 18 anos

DOM 13-12-80

Registração da publicação do dia 4/12/1980
Lei nº 9.160, de 3 de dezembro de 1.980.
Na ementa - Lei-se como segue e não como constou:
Art. 1º - Institui o regime jurídico
VI - física incompatível com o f.....

EXECUTIVO

ORUNDA DO PROJETO DE LEI Nº 224/80

Regulamento
P/SEC:
25.053/81

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A. P.B.

9 407/81
MISSÃO DE MEMBROS
C. 7RA

17 812/82
ntes Distritos

1 9438/82
mento dos funcio
rios da Prefeitura

9439/82
mento do funcio
rio da Prefeitura

17 925/82
MENTO - IPRGM

18 115/82
plamenta a
sobre admissões
menores.

9575/82
mento dos funcio
rios da Prefeitura

124/83 da
marca - real
vencimentos

C. 18 789/83
nível afetamos
de servidor

1 9615/83
origens dos
bens de funcio
nários.

Art. 68 - A contratação para o exercício de funções técnicas especializadas ocorrerá no caso em que se exija particular domínio de ramo determinado de conhecimento ou arte, podendo fazer-se:

I - A prazo certo e determinado, não superior a dois anos, renovável por uma única vez;

II - Para trabalhos desenvolvidos na execução de serviços certos e determinados, até seu término.

Parágrafo único - É vedada a contratação para o cumprimento de tarefas que correspondam a funções normais pertencentes a cargos existentes nos quadros do funcionalismo público.

Art. 69 - As admissões e contratações serão sempre precedidas de processo, iniciado por proposta devidamente justificada, e serão feitas com autorização do Prefeito, ouvida a Secretaria Municipal da Administração.

Art. 89 - Constarão obrigatoriamente das propostas de admissão a função a ser desempenhada, o salário, a dotação orçamentária própria e a demonstração da existência de recursos.

Art. 99 - A proposta de contratação será instruída com os seguintes documentos:

I - Justificação da necessidade da contratação, contendo pormenorizada descrição das atividades a serem desempenhadas;

II - Indicação do salário;

III - Indicação da dotação orçamentária própria e demonstração da existência de recursos;

IV - Minuta de contrato;

V - Prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar, e no gozo dos direitos políticos, se brasileiro o candidato;

VI - Prova de situação regular no país, que possibilite a contratação, se estrangeiro o candidato;

VII - Declaração de bons antecedentes, firmada pelo candidato ou seu procurador;

VIII - Títulos científicos ou profissionais que comprovem a habilitação para o desempenho da função e recomendem a contratação;

IX - Comprovação de, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência no ramo.

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO



CAPÍTULO II

DO EXERCÍCIO

Art. 10 - O servidor admitido deve assumir o exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único - Se o exercício não se iniciar dentro do prazo estabelecido neste artigo será a admissão declarada sem efeito.

Art. 11 - Para assumir o exercício o servidor admitido deverá comprovar os seguintes requisitos:

- I - Ser brasileiro;
- II - Ter completado dezoito anos de idade;
- III - Estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - Estar quite com as obrigações militares;
- V - Ter boa conduta;

VI - Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência física incompatível com o exercício das funções;

VII - Possuir habilitação profissional para o exercício das funções, quando for o caso;

VIII - Atender às condições especiais, prescritas em lei ou decreto, para determinadas funções.

§ 1º - A contagem do prazo a que se refere o artigo 10 poderá ser suspensa pelo tempo necessário, a partir da data em que o admitido apresentar guia ao órgão médico encarregado da inspeção, até a data da expedição do laudo de sanidade e capacidade física e mental.

§ 2º - A suspensão de prazo prevista no parágrafo anterior poderá, a juízo da Administração, não ser considerada se o admitido deixar de submeter-se aos exames nas épocas determinadas.

Art. 12 - O servidor contratado assumirá o exercício dentro do prazo convencionado, apresentando na oportunidade a comprovação de suas condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das funções, consubstanciada em laudo de sanidade e capacidade emitido pelo órgão referido no artigo anterior.

Art. 13 - A apuração do tempo de serviço do servidor admitido ou contratado obedecerá, no que couber, ao disposto nos artigos 63 e 64 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979.

Art. 14 - Para os efeitos de aposentadoria compulsória ou voluntária, será computado integralmente o tempo de serviço público prestado à União, aos Estados e a outros

Folha n. 44 de 92

222 do 19 92

Dec. 18 84/83

Complementação de

prejizete - TP

Dec. 19 04/83

Ordem Procuradoria

de Auditoria do

Pessoal. m. S.T.

Comunicado - SMA

cadastramento de

menor.

Lei 9 650/83

Comissão de

Orçamento

Dec. 19 308/83

Reestruturação

IPREM

Dec. 19 346/83

Prorrogação de

prazo de afastamento

Dec. 19 354/83

Absorção aos puni-

dos do IPREM

Dec. 19 355/83

Absorção aos puni-

dos do FUNERARI

Lei 9 665/83

Revisão de

documentos/84

Dec. 19 512/84

Delegação de

competência

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

Municípios e Autarquias em geral, bem como o tempo em que o servidor esteve afastado em licença para tratamento da própria saúde.

Art. 15 - Aplicam-se aos servidores regidos por esta lei as disposições vigentes para os funcionários públicos do Município de São Paulo relativas a horário, ponto e regimes de trabalho, salvo cláusula contratual específica, na hipótese de função técnica especializada.

CAPÍTULO - III

DOS DIREITOS E VANTAGENS EM GERAL

Art. 16 - O salário do servidor admitido não poderá ultrapassar os limites fixados por lei para o vencimento do grau A da referência do cargo a que corresponder; o do servidor contratado será livremente convencionado entre as partes, observado sempre o limite máximo de duas vezes e meia o valor da mais elevada referência de vencimentos do funcionalismo municipal.

Art. 17 - O servidor perderá:

I - O salário do dia, quando não comparecer ao serviço, quando o fizer após a hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou se retirar antes da última hora;

II - 1/3 (um terço) do salário do dia, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar dentro da última hora;

III - O salário correspondente aos domingos, feriados e dias de ponto facultativo intercalados, no caso de faltas sucessivas justificadas ou injustificadas.

Parágrafo único - As faltas ao serviço até o máximo de 10 (dez) por ano, não excedendo a 2 (duas) por mês, poderão ser abonadas por moléstia ou por outro motivo justificado a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o servidor comparecer ao serviço.

Art. 18 - Ao servidor admitido nos termos da presente lei assistem os seguintes direitos e vantagens dos funcionários públicos do Município de São Paulo, previstos nos artigos 96 e seu parágrafo único e 97, 99 a 106, 112 a 114, 115 e 116, 117 a 123, 125 e seu parágrafo único, 126, 128 e 129, 130 a 131, 132 a 135 e 137, 139 a 142, 143 a 145, 146 e 147, 148, 150 a 152, 157 a 159, 166 a 168 e 170 a 174, 176 e 177 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979, conformente abaixo discriminados:

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.



I - Reposições parceladas;

II - Gratificações por:

- a) prestação de serviço extraordinário;
- b) prestação de serviço noturno;
- c) prestação de serviço especial, com risco de vida ou saúde;
- d) outros casos previstos em lei;
- e) exercício em Gabinete do Prefeito, de Secretário Municipal e de outras autoridades, até o nível de Diretor de Departamento;
- f) elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico de utilidade para o serviço público;
- g) participação em Conselhos, Comissões ou Grupos de Trabalho especiais, quando sem prejuízo das atribuições normais;

III - Gratificação de Natal;

IV - Quinquênios;

V - Sexta-parte;

VI - Salário-família e salário-esposa;

VII - Auxílio funeral;

VIII - Auxílio-doença;

IX - Diárias e ajuda de custo;

X - Gratificação de caixa;

XI - Férias anuais;

XII - Licença, a ser concedida:

- a) para tratamento de saúde;
- b) por motivo de doença em pessoa da família;
- c) à gestante;
- d) para cumprir serviços obrigatórios por lei;
- e) compulsória;

XIII - Aposentadoria, por invalidez, compulsória e voluntária;

XIV - Direito de petição.

§ 1º - Por necessidade de serviço ou qualquer outro motivo justo, devidamente comprovado, poderá o servidor admitido converter em tempo de serviço, para todos os efeitos legais, as férias não gozadas, que serão contadas em dobro.

§ 2º - Ao servidor admitido estudante de curso superior será permitido entrar em serviço até uma hora mais tarde, ou retirar-se uma hora mais cedo da marcada para início ou fim do expediente normal, bem como ausentar-se do serviço nos dias em que se realizarem provas, sem qualquer desconto no salário e demais vantagens.

45 de proc.
DEC 24.073/85.
Concedido Serv. do Bono
Esp. 15%

DEC. 21.073/85.
Serv. do Serv. FUNERA-
rio 45ono 25%

DEC. 21.083/85
Criação Creche.

V. Dec. 21.085/85
Criação de Creche

V. Dec. 21.086/85
Criação de Creche

Dec. 22.658/86

Regulamento
disposições

P/ Dec. 22.753/86

Lei 10.115/86

PL. 156/86

Lei 10.182/86

PL. 238/86

Dec. 23.878/87

DEC. 23.929/87

Detenção de Campe-
fência

Lei 10.330/87

PL. 114/87

Aumento Funcio-
nário

Dec. 24.018/87

Dec. 24.019/87

Creche Municipal

Dec. 24.312/87

Creche Municipal

Dec. 24.361/87

Vencimentos

Dec. 24.534/87

Regulamento
Lei 10.056/87

LAURA MARTIN DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.

22.22.74-144
Posfamento

ic.26.358/88
Af. Salazar

29.907/81
quadrante

REVOGADO
p/ Lei 10.779/83

§ 39 - Assistem ao servidor admitido os benefícios decorrentes de acidente de trabalho ou doença profissional, nos termos dos artigos 160 a 163 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979.

§ 49 - Os servidores admitidos nos termos da presente lei terão direito à assistência médica prestada pela Municipalidade aos funcionários públicos e previdenciária nos termos da legislação própria.

§ 59 - Aplicam-se aos servidores admitidos as normas de afastamento previstas nos artigos 46 a 48 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979, e a licença prevista no artigo 149 da mesma lei.

Art. 19 - Aos servidores contratados nos termos da presente lei assistem os seguintes direitos e vantagens dos funcionários públicos do Município de São Paulo:

I - Reposições parceladas;

II - Gratificação de Natal;

III - Salário-família e salário-esposa;

IV - Auxílio funeral;

V - Auxílio doença;

VI - Diárias e ajuda de custo;

VII - Férias anuais;

VIII - Licença, a ser concedida:

a) para tratamento de saúde;

b) por motivo de doença em pessoa da família;

c) à gestante;

d) para cumprir serviços obrigatórios por lei;

e) compulsória;

IX - Direito de petição.

§ 19 - Assiste também ao servidor contratado, nos termos do artigo anterior, o direito à aposentadoria por invalidez.

§ 29 - Aplicam-se ao servidor contratado as disposições contidas nos parágrafos 39 e 49 do artigo anterior.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADE

Art. 20 - Os servidores admitidos ou contratados nos termos da presente lei estão sujeitos aos mesmos deveres, às mesmas proibições e ao mesmo regime de responsabi-

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assistente Social - A.T.L.



lidade, bem como as penas de repreensão e suspensão vigentes para o funcionário público municipal.

Art. 21 - Estendem-se aos servidores admitidos ou contratados as proibições de acumulação de cargos e funções previstas nos artigos 58 a 61 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979.

Art. 22 - É vedado o afastamento do servidor para exercício em órgãos ou entidades diversas para as quais foi admitido ou contratado, salvo autorização expressa do Prefeito, em casos excepcionais.

CAPÍTULO V

DA DISPENSA E DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Art. 23 - Ocorrerá a dispensa do servidor admitido:

I - A pedido;

II - Pela conveniência da administração, a juízo da autoridade que procedeu à admissão;

III - Quando o desempenho do servidor não corresponder às necessidades do serviço;

IV - Quando o servidor incorrer em responsabilidade disciplinar;

V - Quando não aprovado em concurso, nos termos do artigo 59, parágrafo único.

§ 1º - A dispensa, no caso do inciso II deste artigo, somente poderá efetuar-se após notificação ao servidor, com 30 (trinta) dias de antecedência e mediante a redução da jornada de trabalho, nesse período, na proporção de 50% (cinquenta por cento), sem qualquer desconto no salário e demais vantagens.

§ 2º - A dispensa, nos casos dos incisos III e IV deste artigo, dependerá de procedimento sumário, no qual, após a instrução, dar-se-á vista dos autos ao servidor para apresentação de defesa, em 5 (cinco) dias.

Art. 24 - Na hipótese do inciso I do artigo anterior, o servidor terá direito à Gratificação de Natal, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho.

Art. 25 - Na hipótese do inciso II do artigo 23, o servidor terá direito a:

I - Receber em pecúnia as férias não gozadas ou averbá-las em dobro;

46 de proc.
de 19 92
Candida

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.C.M. - A.T.L.

Revogado
Lei 10.779/89

REVOGADO
P/lei 10.779/81

II - Gratificação de Natal, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho;

III - Um mês de salário e demais vantagens por ano de serviços prestados a partir da vigência da presente lei.

Art. 26 - Nos casos em que ocorrer o recebimento da importância prevista no artigo 25, inciso III, o servidor não poderá ser novamente admitido pelo prazo de um ano.

Art. 27 - As disposições deste Capítulo aplicam-se aos casos de rescisão contratual.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - O tempo de serviço como admitido ou contratado será considerado como tempo de serviço municipal para os efeitos previstos em lei.

Art. 29 - No prazo de 60 (sessenta) dias, será expedido decreto estabelecendo o número máximo de contratos admissíveis na administração municipal.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 30 - Os atuais servidores contratados para funções correspondentes às dos cargos públicos passam a ser considerados admitidos e ficam enquadrados no inciso I do artigo 29 desta lei, com salários equivalentes ao vencimento do Grau A da classe correspondente.

Art. 31 - Os atuais servidores contratados para funções não correspondentes às dos cargos públicos, bem como para as funções enumeradas no inciso I do artigo 32 desta lei, terão seu enquadramento revisto e procedido pela Secretaria Municipal da Administração.

Art. 32 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 33 - A presente lei entrará em vigor em 19 de janeiro de 1.981, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 3 de dezembro de 1.980, 4279 da fundação de São Paulo.

REYNALDO EMYGIDIO DE BARROS, PREFEITO

MANOEL FIGUEIREDO FERRAZ, Secretário dos Negócios Jurídicos

PEDRO CIPOLLARI, Secretário das Finanças

JOÃO LOPES GUIMARÃES, Secretário Municipal da Administração

TUPI JUBRAN, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 3 de dezembro de 1.980.

ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, Secretário do Governo Municipal

LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL

Folha n.º 88 do proc.
N.º 222 DE SAO de PAULO
O funcionário R. May

São Paulo, 15 de março de 19 93

Recebi ofício DT.7/Leg.3 n.º 27/93 de 15.03.93
comunicando ao Executivo a retirada e arquivamento dos Projetos
de lei relacionados nos Anexos I e II.

Anexo: Anexos I e II.





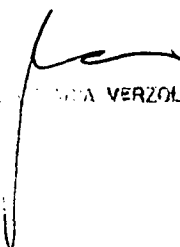
Câmara Municipal de São Paulo

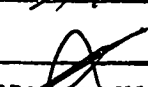
Folha n° 89 do proc
N° 222 de 1992
C funcionário 12110

Ao DT.94 - arquivo,

Para as devidas providências.

18 / 03 / 93


MARIA VERZOLLA

DEPARTAMENTO	
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA	
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	89 fls.
Arquivo em	23/03/93
O Func.º	

LOUIZ TALENTI DE CARVALHO
Chefe de Seção Técnica de Arquivo